

PÓLIS

Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais

Nº 28
1997

CIDADANIA CULTURAL EM SÃO PAULO 1989 - 1992

Leituras de uma política pública

ORGANIZADORES:

Hamilton Faria
Valmir de Souza

PÓLIS

ASSESSORIA, FORMAÇÃO E ESTUDOS EM POLÍTICAS SOCIAIS

Diretoria: Hamilton José Barreto de Faria, Anna Luíza Salles Souto Ferreira, Jorge Kayano, Silvio Caccia Bava.

Equipe técnica: Alexandre Fortes, Ana Amélia da Silva, Ana Luíza Motta, Anna Luíza Salles Souto Ferreira, Christiane de Almeida Costa, Emiliano de Castro Caccia-Bava, Fabiano Pereira, Gabriela Vianna, Hamilton José Barreto de Faria, Jane Casella, João André Ribeiro Lepsch, Jorge Kayano, José Carlos Vaz, Marco Antonio de Almeida, Maria Elisabeth Grimberg, Nelson Saule Jr., Osmar de Paula Leite, Raquel Rolnik, Renata Villas-Boas, Renato Cymbalista, Ricardo Indig Teperman, Ruth Simão Paulino, Selva Ribas Bejarano, Silvio Caccia Bava, Valmir de Souza, Victor Augusto Petrucci.

Equipe administrativa: Aurélio Serafim, Benedita Aparecida Alegre de Oliveira, João Carlos Ignácio, Lucimar Carneiro, Patrícia Gaturamo, Valéria Ferreira de Aguiar.

Organização e edição: Valmir de Souza e Hamilton Faria

Revisão dos textos: Veronika Paulics

Fotos: Sossô Parma, K. K. Alcover, João Mussolini, Valmir de Souza e Taus Leal

Programação visual e editoração eletrônica: Escrituras Editora

Fotolitos: Binhos

Agradecimentos: Marilena de Souza Chauí e sua equipe de trabalho na Secretaria Municipal de Cultura/SP (1989-1992).

A todos os funcionários e servidores da SMC/SP, que nos auxiliaram com entrevistas e depoimentos.

À equipe do Instituto Pólis, pelo apoio constante nos debates culturais.

À Sossô Parma e a João Mussolini, do CCSP, pelas fotos cedidas.

Aos participantes dos seminários realizados no Instituto Pólis, colaboradores nas nossas reflexões.

A todos os autores dos artigos aqui publicados.

À Rita Joly pelo grande apoio na fase de pesquisa desta publicação.

CIDADANIA CULTURAL
EM SÃO PAULO
1989 - 1992

Leituras de uma política pública

Publicação Pólis
ISSN-0104-2335

FAR FARIA, Hamilton e SOUZA, Valmir de (Organizadores)
Cidadania Cultural. Leituras de uma política pública.
São Paulo, Pólis, 1997. 120p.
(Publicações Pólis, 28)

1. Cidadania Cultural. 2. Cultura Urbana. 3. Desenvolvimento Cultural. 4. Desenvolvimento Humano. 4. Política Cultural. 5. Ação Cultural. 6. Descentralização Cultural. 7. Informação Cultural. 8. Formação Cultural. 9. Equipamento Cultural.
I. Pólis. II. Título. III. Série

Fonte: CDI - Pólis

Esta publicação contou com o apoio financeiro de:

EZE - Evangelische Zentrale für Entwicklungshilfe E. V. Alemanha

NOVIB - Organização Holandesa para a Cooperação Internacional de Desenvolvimento

Rua Joaquim Floriano, 462 CEP 04534-002 São Paulo, SP
Contatos: Tel.: (011) 820.3514 E-mail: polis@polis.com.br
Visite nossa HomePage <http://www.polis.com.br>
e utilize o e-mail na seção “Fale Conosco”

NOTA PRELIMINAR

Esta publicação Pólis constitui-se no resultado de pesquisas e debates realizados ao longo de quatro anos, que agora trazemos a público dada a importância e a atualidade da experiência cultural, na gestão de Marilena de Souza Chauí, durante o governo de Luiza Erundina de Sousa na prefeitura da cidade de São Paulo.

Podemos afirmar que o trabalho desenvolvido pela Secretaria Municipal de Cultura, no período de 1989-1992, contribuiu não só como um projeto conceitual, mas também concretizou e desenvolveu ações que qualificam esta Gestão como matriz de uma nova proposta cultural a partir do poder público.

Faz-se necessário registrar que não se trata de avaliação de uma Gestão Pública de Cultura, mas de reflexões polifônicas de atores que viveram direta ou indiretamente a efervescência cultural daquele momento.

Desta forma, distante destes acontecimentos, os atores da sociedade civil e do Estado poderão olhar com serenidade as contribuições do Projeto Cidadania Cultural para a construção de novos paradigmas de gestão pública de cultura.

Dedicamos esta publicação a

José Américo Motta Pessanha
(1930 - 1993) *in memoriam*

Filósofo e professor na Universidade
Federal do Rio de Janeiro e na
Fundação Getúlio Vargas - RJ

Coordenador Geral da Coleção
“Os Pensadores” (Editora Abril)

Diretor do Centro Cultural São Paulo,
e um dos inspiradores do Projeto
“Cidadania Cultural”
na Gestão Cultural de Marilena Chauí
(1989-1992)

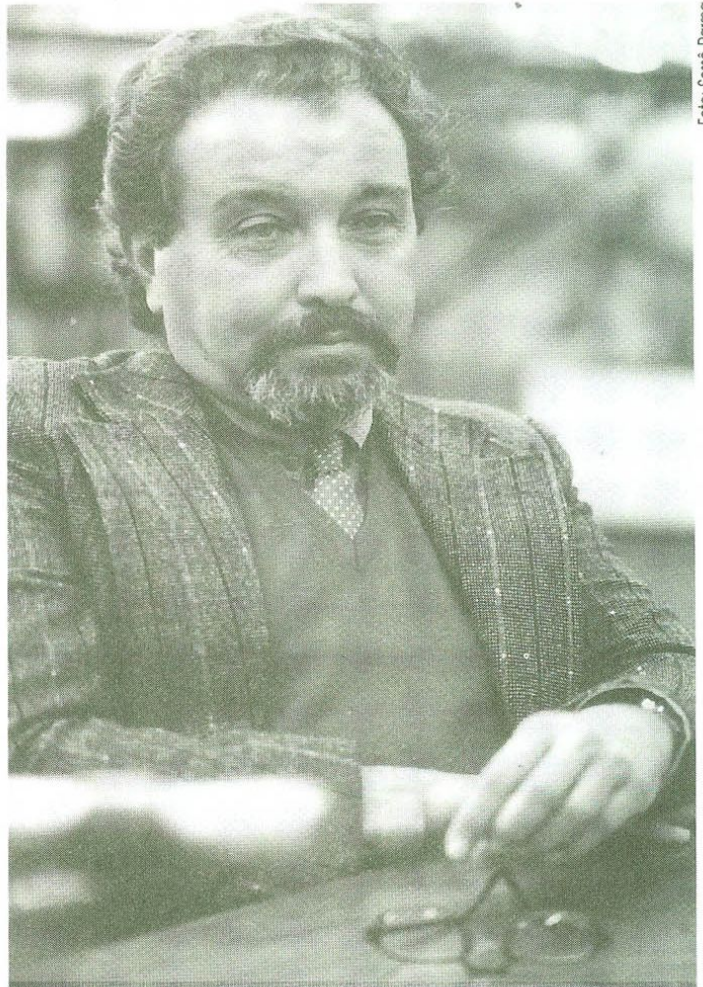


Foto: Sossó Parra

*Nós queremos a grande música, as maravilhas, queremos as delícias da humanidade,
a grande arte, queremos ouvir a bela música, recriar em nossos ouvidos,
na nossa sensibilidade, nos nossos olhos, na nossa fala, as coisas maiores que a humanidade fez.*

*Não queremos migalhas. Nós não merecemos as migalhas.
O que nós merecemos é o que há de melhor e de maior. É assim que a humanidade se constrói, é esse o
direito básico do homem, o direito de pensar, de sonhar, de usufruir a arte,
a grande arte, a bela arte, que é erudita, que é popular, que tem todas as faixas possíveis,
mas na sua força maior, na sua autenticidade maior.
Não simplesmente a produção em série daquilo que só alimente grandes vendas, os “hits”,
as faixas de sucesso, aquilo que simplesmente é o consumo, que eu quero
“porque todo mundo está pedindo” e eu simplesmente sou o eco de um rebanho.
Nós merecemos não ser tratados como rebanho. Não merecemos e não queremos ser massa, porque esse é um
conceito fascista. Nós queremos ser cidadãos com as nossas diferenças,
com os nossos gostos diferenciados, mas altamente apurados, altamente aprofundados.*

*Se gostamos de música popular, nós temos o direito de seguir na música popular,
para usufruí-la naquilo que ela tem de melhor, naquilo que ela tem de maior, não no puro, barato e
habitual consumismo. Nós temos que sair da caverna algum dia.
Nós temos que saber que as sombras que estamos contemplando no fundo da caverna são sombras. Enquanto
nós não soubermos que são sombras, nós vamos nos deliciar com elas,
se elas nos distraem e nos entorpecem. Nós nascemos para ficar acordados
de olhos bem abertos - diz Platão - depois fugimos e vamos contemplar a beleza da realidade,
o céu estrelado, o sol brilhando e isso é que é o fundo da realidade.*

Nós merecemos uma outra coisa.

(Edição da fala inédita de José Américo Motta Pessanha, a bibliotecários da Secretaria Municipal de Cultura,
em 16 de maio de 1991. Transcrição de Maurício Stocco)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
<i>Danilo Santos de Miranda (SESC-SP)</i>	
UMA POLÍTICA CULTURAL PARA A CIDADE DE SÃO PAULO	11
<i>Hamilton Faria</i>	
SÃO PAULO: DIVERSIDADE CULTURAL E DISCURSO OFICIAL	23
<i>Valmir de Souza</i>	
DESAFIOS DO PROJETO CIDADANIA CULTURAL	31
<i>Entrevista com o vereador Maurício Faria</i>	
ADMINISTRAÇÃO CULTURAL EM SÃO PAULO: 1989-1992 (UMA DISCUSSÃO PRELIMINAR)	43
<i>Claudio Willer</i>	
DEMOCRACIA CULTURAL E BIBLIOTECAS PÚBLICAS (SP - 1989-1992): A GESTÃO <i>MEXE COM TUDO</i>	49
<i>Maria Conceição A. Sepúlveda</i>	
CASAS DE CULTURA E O PROJETO DE CIDADANIA CULTURAL	61
<i>Paulo Sérgio Barreto</i>	
PATRIMÔNIO, CIDADANIA CULTURAL E MEMÓRIA SOCIAL	71
<i>Valmir de Souza e Marinalda Garcia</i>	
PRAÇA COBERTA OU NAVE LOUCA?	83
<i>José Américo Motta Pessanha</i>	
EXPERIÊNCIA DE DESCENTRALIZAÇÃO NA CIDADE DE SÃO PAULO: AÇÃO CULTURAL REGIONALIZADA	87
<i>Seminário</i>	
ANEXOS	109

APRESENTAÇÃO

A oportuna edição da revista *Pólis - Cidadania Cultural: São Paulo (1989-92)* - tem significado ímpar porque condensa o esforço e resgata para todos nós as idéias que suportaram as propostas de política cultural na gestão de Marilena de Souza Chauí. Os autores foram consistentes e com maestria explicitaram os choques de interesses, as tensões, as opções feitas por pessoas e grupos e assim procuram desclausurar as relações entre o governo e a sociedade.

A formulação da democratização do acesso, a expansão do território das ofertas, a qualidade implícita no processo de produção, fruição e criação dos fatos e feitos culturais apontam para a busca de resultados que transcendem o tempo e se lançam para uma perenidade circunstanciada pela participação. O desafio de dilacerar o passado recente e anteciper o futuro que se delineia apenas reforça a necessidade de imersão dialética nos programas de governo para revelar os resíduos detectáveis da ação dos diversos autores e agentes no momento de pensar, inventar, fazer e agir.

Abordar a cultura como a arena de consumação da catarse pela emoção recria e alarga o imaginário, fonte de conquista da metrópole pelo indivíduo. Como substrato de todos os programas está o paulistano como sujeito da criação que deve recuperar a capacidade de operar a escolha do processo e a intensidade de fruição do produto cultural.

Se os articulistas merecem a mais alta consideração, o Instituto *Pólis* merece aplauso e respeito pelo esforço em registrar a experiência realizada e disponibilizar os resultados. A ação pioneira de reportar e analisar o fato social que produz e reproduz capacidades e habilidades artísticas incrustadas numa área tão difícil de ser delimitada em sua abrangência, quantificada em suas necessidades e transformada em resultados, por si mesma já manifesta coragem e competência. Entendemos que na metrópole o fenômeno cultural é demanda cotidiana que impregna o espaço vital de todas as outras dinâmicas para dar liga e sustentação a essas lides. Da mesma forma a pesquisa e a documentação fornecem significado às intenções e ações engendradas e interligam os diversos componentes de poder e ação numa democracia integral.

Danilo Santos de Miranda
Diretor Regional do SESC-SP

UMA POLÍTICA CULTURAL PARA A CIDADE DE SÃO PAULO

Hamilton Faria*



Foto: João Mussolini

“São Paulo dos Mil Povos” - Vale do Anhangabaú, 1991

Diz-se que quanto mais o tempo passa mais a memória sedimenta e então podemos olhar com maior clareza as realizações humanas. Isto parece cada vez mais verdadeiro porque sempre o tempo histórico é visto a partir de outros olhares e novos paradigmas. Não é fácil olhar para trás, principalmente quando nosso olhar se dirige para uma pluralidade de ações e pensares que geraram acontecimentos significativos na cidade.

No final da década passada estávamos vivendo um momento criativo da nossa história. Emergente de uma ditadura de 20 anos, o país vivia a euforia da construção de processos de democratização local e, em consequência, o surgimento de governos democráticos. Na cidade de São Paulo a eleição de Luiza Erundina de Sousa, mulher, nordestina, sem ligação com as elites da cidade, mexia com os padrões estabelecidos

por décadas de política. São Paulo era então uma cidade dirigida por um governo democrático que se propunha a inverter prioridades a favor dos excluídos, viabilizar direitos, enraizar a cidadania, fortalecer a participação popular, enfim, mudar sua centenária cultura política.

Dentro desse contexto, a cultura deveria jogar papel relevante, diferente daquele tradicional - palco, som, luz, eventos, clientela, tudo isso dirigido por um aliado menor, um posto sem brilho feito para compor o quadro político. As secretarias de cultura dos municípios sempre foram secundarizadas: orçamentos mínimos (nunca superior a 2%), com pessoas pouco especializadas e uma presença zero à esquerda no debate público.

* *Diretor do Instituto Pólis, Membro da Secretaria-Executiva do Fórum Intermunicipal de Cultura (FIC); Poeta; Professor Universitário*

1

No caso de São Paulo seria necessário uma pessoa forte, com legitimidade na vida cultural, que pudesse tematizar a cultura de forma relevante. O Partido dos Trabalhadores, longe de compreender a importância da cultura, ainda marchava na velha apartação entre o social e o cultural.

É interessante dizer que, ao mesmo tempo em que a cultura não era levada a sério pelos partidos, o presidente Collor tomava como primeira medida do seu governo extinguir grande número de órgãos culturais.

Sob a batuta da palavra mágica cultura abre-se um enorme “guarda-chuva” que comporta muitos apelos, exigindo o direito à vida, um novo lugar na sociedade e o direito de criar novas referências

No entanto, as conjunturas global e local conspiravam a favor. O fim do socialismo real e o processo de globalização traziam consigo dimensões identitárias sufocadas pelas hegemonias impostas e afirmação de diferenças (negros, índios, mulheres, imigrantes, homossexuais, etc.); o questionamento da modernização compulsiva por inúmeros atores sociais, o nascimento de redes nacionais e globais que tematizavam direitos e começavam a ver na cultura um cenário importante, a crise de paradigmas do conhecimento e da sociedade e a emergência de saberes até então negados passam a compor o novo cenário de perplexidades. E sob a batuta da palavra mágica **cultura** abre-se um enorme “guarda-chuva” que comporta muitos apelos, todos eles exigindo o direito à vida, um novo lugar na sociedade e o direito de criar novas referências para compor a vida social.

O nome forte escolhido para a secretaria da cultura foi Marilena Chauí - intelectual de grande vigor, prestígio e legitimidade.

UM PROJETO CULTURAL DEMOCRÁTICO

Ao contrário das anteriores, a nova gestão definia não apenas um programa de atividades mas uma política cultural. Seu ponto de partida era uma “definição alargada de cultura” que a diferencia das belas artes e

entra no terreno complexo dos valores símbolos, idéias, comportamentos, pelos quais uma sociedade dividida e hegemônica por uma classe social se relaciona com os seres humanos e a natureza.

Completa esta definição um viés político de cultura como *direito de todos os cidadãos* e outro conceitual: “cultura como trabalho de criação: trabalho da sensibilidade, da imaginação e da inteligência na criação de obras de arte, trabalho de reflexão, da memória e da crítica na criação das obras do pensamento”. (Chauí, Marilena. “Uma opção radical e moderna: democracia cultural”, in Revista Pólis nº 12).

O direito à cultura no projeto é entendido como:

- o direito de produzir cultura, apropriando-se dos meios culturais já existentes ou inventando outros significados;
- o direito de usufruir dos bens da cultura ao possibilitar à população o acesso a esses mesmos bens;
- o direito à informação em geral e sobre os serviços culturais da cidade;
- o direito a usufruir os espaços para debater, refletir e criticar;
- o direito “à experimentação e à invenção do novo nas artes e nas humanidades;” e, finalmente um direito propositalmente sempre esquecido, e absolutamente inédito:
- o direito de participar das decisões quanto ao fazer cultural.

Dentro desta concepção eram afirmadas três recusas que, mais ou menos, povoam os projetos culturais: a cultura oficial onde o estado é produtor de cultura, cria um imaginário de nação que se confunde com o estado, resgata símbolos de uma identidade nacional e legitima-se a partir da cultura (exemplo: Estado novo, ditadura militar 64).

A tradição populista (anos 50/60) onde o estado apropria-se da cultura popular, reelabora e a devolve com outro significado, ideologizado. “Os órgãos públicos de cultura surgem, então, como agentes da salvação sócio-política, desde que traduzam para um nível de consciência mais claro a função

pedagógica da cultura popular e sua missão redentora, conseguindo que o “povo” se reconheça nas formas e conteúdos que lhe são devolvidos pelo estado”. (Chauí, idem)

A tradição neoliberal, que desde os anos 80 vem se constituindo, propõe um estado mínimo no campo da cultura e guia-se pela dinâmica da indústria cultural e do mercado. A parceria estado - iniciativa privada é a impulsionadora das atividades culturais para sua realização no mercado, quase sempre consagrando o já consagrado ou realizando eventos culturais que trazem resultados para marca dos produtos ou imagem institucional de empresas patrocinadoras. A cultura do bom negócio.

O projeto ia mais além, não tomava como referência cultural apenas o centro ou a periferia, mas os aproximava construindo um campo cultural fruto desta interação. Por outro lado, o projeto não polarizava cultura popular e cultura erudita como nos velhos debates onde a cultura popular tinha uma “verdade” de origem e o erudito, como consequência, uma “mentira” de origem, um se afirmando contra o outro. O que interessava para o projeto Cidadania Cultural era privilegiar a cultura que inova, cria rupturas, transforma. Nesta via a arte clássica pode dialogar com a cultura indígena e o trabalhador pode ir para casa e ouvir tranqüilamente Chopin, o forró pode conversar com a ópera, e assim por diante.

Enfim, a discussão passa a um outro patamar, tecendo uma abordagem intercultural.

Ainda o projeto procurava desestabilizar certas tradições clientelistas. A cultura nunca havia sido considerada enquanto um projeto estratégico que pode ampliar e dar substância ao projeto político sem servir a ele, mas compondo o cenário com ele. Pelo contrário, a secretaria de cultura sempre foi albergue por excelência de clientes da cidade. O show que o vereador quer trazer para o seu bairro, que o cabo eleitoral havia prometido na sua rua, a casa de cultura que os moradores solicitavam ao prefeito, o artista local que apoiou este ou aquele candidato-pão e circo para a massa. Quanto ao pão, virem-se. O circo, a secretaria garante.

A secretaria deixa claro desde o início que não seria balcão de demandas de pedidos ou projetos, mas teria uma política cultural que tomava como referência a constituição do cidadão, seus direitos e sua cidadania.

A INTERVENÇÃO CULTURAL NA CIDADE

A nova gestão inicia o seu trabalho com um campo conceitual muito claro, principalmente para alguns integrantes do staff. O conjunto das chefias vai percebendo aos poucos o projeto, e a grande maioria dos funcionários tem dificuldades de assimilá-lo, mesmo com a intensidade das ações que se desencadearam. As dificuldades começaram a surgir. Uma das principais tarefas, dificultando, logo de início, o andamento do projeto, foi a necessidade de restaurar equipamentos, fruto do abandono de gestões anteriores: reformas, reparos, manutenções o que revela o descaso com a cultura, principalmente da gestão Jânio Quadros. Seguem-se obras de adaptação e reformas de equipamentos e restauros que acompanharam grande parte da gestão (Teatro Municipal, Biblioteca Mário de Andrade).

A tradição neoliberal propõe um estado mínimo no campo da cultura e guia-se pela dinâmica da indústria cultural e do mercado

Outra grande dificuldade inicial foi sintonizar o projeto com a realidade da cidade e da secretaria. Os novos técnicos, apesar da vivência acadêmica, não tinham a sensibilidade necessária para auscultar as demandas dos movimentos, entidades e grupos culturais que se dirigiam à secretaria. Com o temor de transformar em balcão começaram a afastar demandas legítimas, em grande parte de grupos populares. Em muitos casos os técnicos negavam a história dos trabalhos e propunham palestras e outras atividades com intelectuais, nem sempre sintonizados com o trabalho cultural cotidiano. Isso levou, num primeiro momento, ao afastamento de inúmeros grupos culturais da secretaria que não viam suas demandas atendidas e eram mal recebidos.

7

Mas passadas estas dificuldades iniciais, os trabalhos começaram a correr pelo veio de uma proposta diferente. Já nos primeiros eventos, o mais expressivo destes “Cidade, Cidadão, Cidadania 1789-1989: pela declaração dos direitos do homem e do cidadão”, realizado em agosto de 1989, a secretaria mobiliza toda a cidade, entidades, movimentos, grupos culturais, artistas, professores universitários para se manifestarem em todas as linguagens artísticas, científicas e culturais e possibilitar à população a ampliação da consciência dos direitos e o debate entre movimentos que lutam por eles. Grande parte das organizações, personalidades, movimentos que haviam afirmado a sua luta contra a ditadura trazem a público esta memória, bem como a dos direitos humanos desrespeitados pela própria democracia.

Outros eventos de grande dimensão agitam a cidade e seus atores durante a gestão. Cabe destacar “500 anos: caminhos da memória, trilhas do futuro: 1992, 1922, 1792, 1492”. Um inventário dos acontecimento destas datas marcantes à luz de uma reconstrução crítica e uma desconstrução da historiografia oficial. Uma minuciosa viagem pelos dilemas do Brasil real e a busca de uma nova cultura e sociedade. Os silenciosos vencidos e as matrizes culturais mais significativas do país tiveram

oportunidade de se expressar e contar a história não oficial: índios, negros, mulheres, idosos, meninos/meninas de rua, trabalhadores imigrantes e migrantes, mostraram as caras e vozes do Brasil, contrastando-as com a história monumental e celebrista das comemorações oficiais.

O trabalho foi para as ruas, escolas, casas de cultura, aulas públicas no centro da cidade, parques, exposições, teatro e outras atividades.

As aulas públicas integrando o projeto “Pátria Amada Esquartejada” realizaram-se em praças e parques da cidade, estimulando um diálogo entre as várias partes da nação com a participação do cidadão comum. Participaram das aulas meninos e meninas de rua, idosos(as), migrantes, sem-teto e sem-terra, nações indígenas, negros(as) e trabalhadores(as). Uma experiência impressionante, não apenas pelo ineditismo mas pelos horizontes culturais que se abriram através do diálogo.

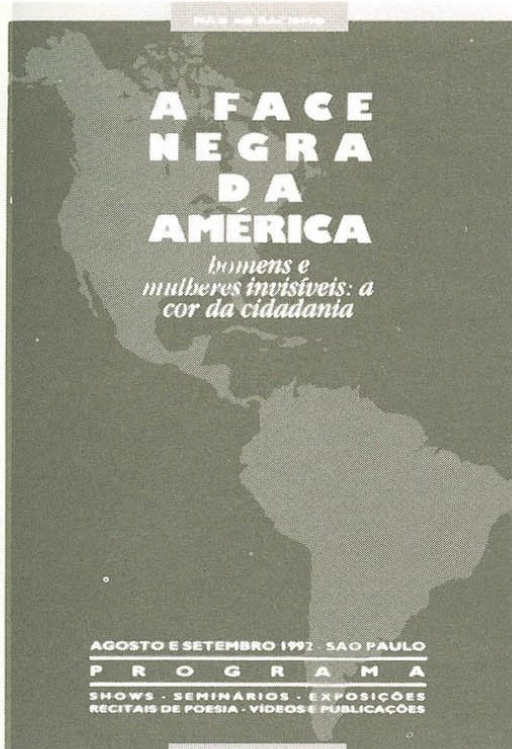
Em 1996, o Fórum Intermunicipal de Cultura (FIC) incorporou entre suas ações culturais as aulas públicas nas cidades onde realiza seus encontros intermunicipais (EICs), contato direto com a população visando o diálogo com a diversidade e gerando saberes e práticas cidadãs.

O evento especial “500 anos de América: São Paulo dos 1.000 povos: diga não ao

Projeto “Cultura nas Praças”



Foto: Taus Leal



Capa de Folder da SMC

preconceito, diga sim à solidariedade”, mostra uma São Paulo com outra face, não a do Bandeirante e do colonizador ou da mitificação da modernidade (tardia ou doentia?) mas a São Paulo dos migrantes, imigrantes, índios(as) e negros(as), e busca criar laços de solidariedade numa cidade fragmentada e competitiva. Música caipira, grupos tradicionais da cidade, leitura de poemas, música regional, exposição de material fotográfico, aulas públicas, (coleta seletiva do lixo, sexualidade em tempo de AIDS), festa no Vale e uma centena de outras apresentações e performances comemoram o aniversário da cidade.

Os projetos especiais foram viabilizados sob coordenação e financiamento da secretaria envolvendo todos os seus departamentos e com a participação ativa dos grupos que lutam pela cidadania. Conforme afirma Marilena Chauí “foram o espaço onde os grandes temas políticos e culturais da cidade e do país se traduziram em programas e atividades realizados pela própria cidade...”

Segundo a própria secretária, estes projetos foram o laboratório e a concretização da idéia de cidadania cultural. No entanto, cabe enfatizar, além do envolvimento da cidade nestes eventos e do debate levado à população, as oportunidades ímpares de se

debater temas relevantes com a cidade; alguns deles – Rede Imaginária, Ética, Dissonâncias - ainda circularam à comunidade dos intelectuais de São Paulo e sem conexão com a cotidiano da cidade.

BIBLIOTECAS E CASAS DE CULTURA: CORAÇÃO DO PROJETO CIDADANIA CULTURAL

A gestão 89/92 criou 14 Casas de Cultura, pontos de referência nos bairros da periferia; em alguns casos apoiando-se no dinamismo já existente na região (Santo Amaro e Butantã, por exemplo). Exposição, eventos artísticos, cursos de formação, fóruns regionais de cultura, debates pluritemáticos, além do ponto de encontro de artistas e moradores, criam um certo dinamismo local. Além de desenvolverem suas próprias atividades sediavam eventos já existentes nas regiões.

As Casas de Cultura envolveram milhares de moradores na discussão de temas de interesse da comunidade e do País

No entanto, as casas de cultura que deveriam ser um dos pólos da inversão de prioridades foram implementadas no último ano. Muitas delas ainda viveram esvaziadas até o final da gestão e sofriram da falta de verbas, de animadores, de divulgação e estrutura. Mesmo assim, as Casas de Cultura envolveram milhares de moradores na discussão de temas de interesse da comunidade e do país através de fóruns locais, ações descentralizadas e ações intersecretariais.

Quanto às bibliotecas, conforme aponta Maria da Conceição Sepúlveda, nesta revista, a gestão mexeu com tudo. Realizou desde o trabalho de defesa física do acervo, condenado por inúmeros problemas, à renovação do acervo, estímulo à leitura e formação de funcionários.

A secretaria adquiriu 300 mil livros que dobraram o acervo de 29 bibliotecas públicas e 34 infanto-juvenis, acontecimento inigualável desde Mário de Andrade. E não foram quaisquer obras, mas aquelas referendadas por comissões de especialistas da sociedade, de diversas áreas.

7

Ainda nas bibliotecas não se pode deixar de lado o “Programa Leitor Infinito” o maior programa de formação já assumido por um órgão público que se tem conhecimento, com a participação de cerca de mil trabalhadores(as). A idéia era transformar os trabalhadores de biblioteca (do porteiro ao especialista) em agentes culturais sensibilizados pela leitura, servidores do público com conhecimentos do projeto cultural da secretaria e com noções da história da cidade e de seu fazer cultural.

Conforme afirma Vera Tokairim, o projeto **Leitor Infinito** “apresenta três pressupostos básicos: pensar o servidor público não como recurso mas como fim; pensar os “usuários” não como meros receptores de uma mercadoria, mas como cidadãos e como tais, com direito a usufruir serviços de qualidade; e, finalmente, recolocar o papel da mediação da leitura na biblioteca como modo de se contrapor às regras determinadas pela indústria cultural”.

A regionalização da ação cultural deu um impulso decisivo para que o projeto se sintonizasse com os objetivos iniciais, a cultura como direito do cidadão

O curso de “Mediadores de Leitura” debatia desde o significado dos *bestsellers* até técnicas de leitura, do “discurso competente” da hierarquia ao atendimento ao público. Em alguns momentos com muita tensão, pois os funcionários pensavam que o “PT queria fazer nossa cabeça”, o curso de mediadores atualizou informações e rotinas de trabalho. Segundo declaração de uma funcionária participante, “estou aqui há 22 anos e nunca vi nada igual”. O curso, muitas vezes distante da realidade dos funcionários e marcado por um saber universitário muitas vezes abstrato, trouxe riquíssimos momentos de debate sobre o pensar e o agir dos trabalhadores(as) de biblioteca.

As bibliotecas ampliaram o seu atendimento nos bairros da periferia através de dez Ônibus-Biblioteca e cem Caixas-Estante sob a responsabilidade de creches, fábricas, escolas, entidades de bairro. Criaram ainda 27 grupos de leitura através do projeto “Gostar de Ler”. Deve-se dizer que as bibliotecas não têm sido consideradas como espaços importantes no contexto das políticas

culturais locais ou nacionais. São, antes, consideradas lugares para guardar livros, e sequer os bibliotecários são considerados atores legítimos pelo mundo acadêmico.

Definir uma visão do livro e da leitura, debatendo o papel das bibliotecas no contexto cultural e a formação de uma biblioteca do cidadão, foi uma grande contribuição desta gestão ao enriquecimento da política cultural.

AÇÃO CULTURAL DESCENTRALIZADA:

PODER PÚBLICO E SOCIEDADE AMPLIAM RELAÇÕES

No Brasil, o estado foi constituído de forma centralizada e vertical, portanto impermeável à participação do cidadão. A secretaria de cultura também foi estruturada desta forma e, mais ainda, departamentalizada, não dando conta da sua relação com a cidade. O projeto cidadania cultural necessitava da ação descentralizada porque simplesmente o projeto não existe sem a participação da cidadania. É o seu pressuposto.

Desde 1991 estava posta a questão da descentralização que possibilitaria ampliar a ação cultural com o envolvimento da população através de 13 coordenadorias regionais de cultura. No entanto, só no último ano a descentralização cultural decolou. O seu objetivo era integrar as diversas ações de grupos, entidades, movimentos, administrações regionais e secretarias desenvolvendo projetos comuns, ampliando a ação, integrando estado e sociedade civil.

A regionalização da ação cultural deu um impulso decisivo para que o projeto se sintonizasse com os objetivos iniciais, a cultura como direito do cidadão. Envolveu muitos atores, ocupou espaços públicos, criou outros espaços políticos (conselhos de cidadania, fóruns regionais de cultura, grupos gestores de equipamentos), e promoveu eventos. O Conselho de Cidadania da Praça da Sé, por exemplo, constituiu-se como um lugar de defesa dos direitos humanos, em geral desrespeitados na região central da cidade. A coordenação da região centro promoveu vários eventos, e articulou ações que valorizaram o centro histórico. A ação cultural começou a ganhar maior visibilidade

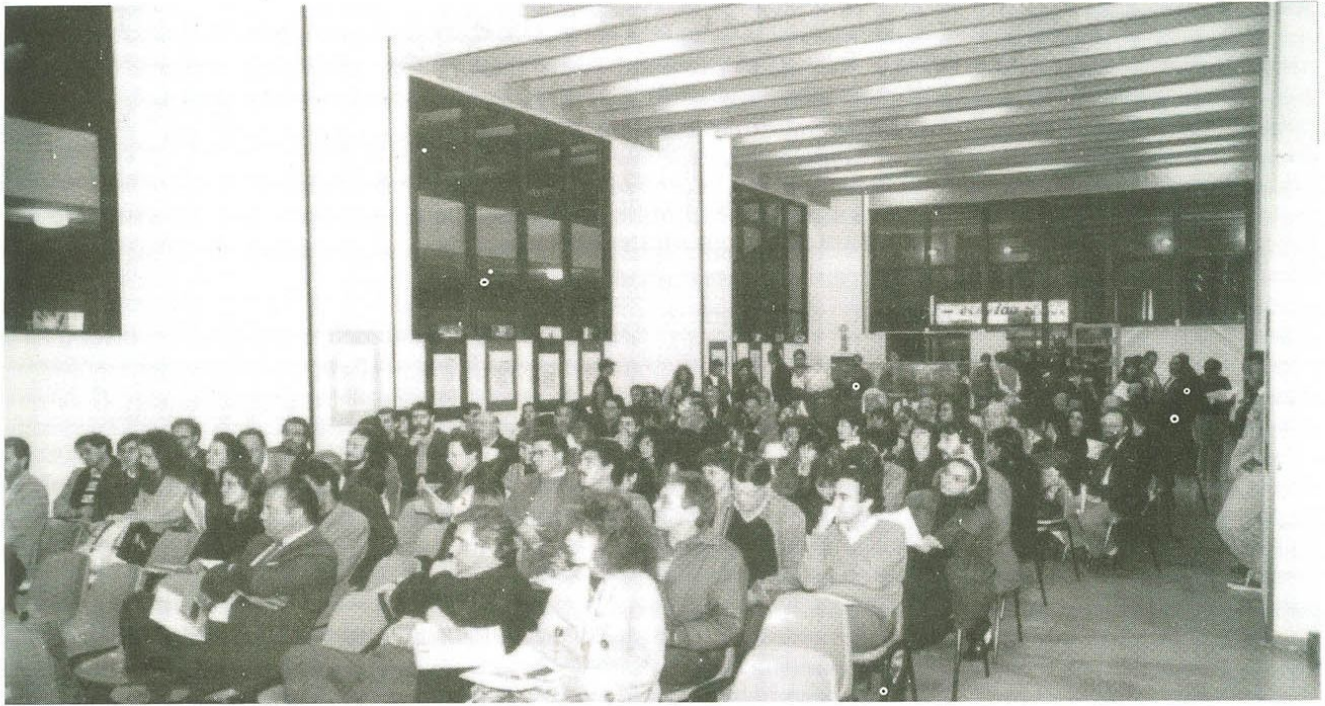


Foto: João Mussolini

Fórum de Cultura - 1990

no ano de 1992 com o processo de descentralização. Se estivesse presente desde o início, com certeza teria dado maior densidade ao projeto cidadania cultural criando uma maior aproximação da secretaria com a sociedade, uma relação mais viva e uma efetiva inversão de prioridades ao potencializar a cultura em regiões necessitadas.

PARTICIPAÇÃO POPULAR: AINDA NO MEIO DO CAMINHO

A ação cultural descentralizada deveria ser o campo propício para a participação ativa da sociedade, principalmente de entidades, movimentos e grupos sociais e culturais. Transformou-se em um pequeno ensaio do que poderia ser, pois começou tarde.

Dificuldade das gestões democráticas quando assumem o poder: qual o lugar da população organizada no novo projeto político? Algumas ações merecem destaque além da crescente participação nas ações descentralizadas: a criação de fóruns das Casas de Cultura onde se debatiam as prioridades e linhas de trabalho da região, a reativação do Conpresp (Conselho Municipal de Preservação Histórica e Ambiental). As audiências públicas para formulação dos orçamentos anuais, também merecem destaque como experiência significativa de participação. No ano de 1992 mais de mil

pessoas, principalmente dos bairros, reuniram-se na sede da secretaria para aprovar o novo orçamento e propor prioridades na política cultural, dando ênfase mais às ações culturais que à construção de novos equipamentos.

Dificuldade das gestões democráticas quando assumem o poder: qual o lugar da população organizada no novo projeto político?

Quanto à participação interna à secretaria houve a implantação dos colegiados de gestão nos departamentos e coordenadorias. Segundo depoimento de um funcionário, “a participação nas decisões ainda foi pequena”, apesar de existirem colegiados que se reuniam frequentemente.

No final da gestão foi aprovado pela Câmara Municipal a lei que reorganiza o Conselho Municipal de Cultura, órgão que deveria possibilitar a participação da sociedade civil nas decisões culturais da secretaria.

VÁRIAS PEDRAS NO CAMINHO

Acostumada a ver a cultura como um inofensivo programa de eventos dentro de um conceito tradicional, quando muito criando

7
oportunidades de acesso, a cidade ainda tinha dificuldades de compreender o vôo ousado a que se lançara a gestão, principalmente no último ano, mas, mal ou bem, durante todo o percurso. Mesmo o primeiro escalão do governo petista, ainda marcado pela idéia de cultura como um departamento, com limites bem demarcados, ou o legislativo acostumado a solicitar demandas ou o público que se dirigia à secretaria no velho estilo “pedinte” surpreendiam-se com o novo estilo imprimido por Marilena Chauí. Esta transição não foi bem operada pedagogicamente dada a urgência dos fazeres. O diálogo com outras secretarias, a “costura” política na Câmara Municipal convencendo os vereadores do projeto, estratégico para a cidade, a conversa com movimentos, entidades e grupos da cidade mostrando a seriedade das novas propostas e demovendo-os de interesses clientelistas, de “provedor cultural não só de serviços, mas de ações culturais e sobretudo de eventos”, foram ações pouco realizadas e que impossibilitaram a ampliação da legitimidade do projeto. Grupos e movimentos, pelo menos num primeiro momento, afastaram-se da secretaria e buscaram seus próprios caminhos, a Câmara Municipal impediu a aprovação de projetos e exerceu a sua função fiscalizadora

solicitando auditorias e até uma CPI sobre “irregularidades” no Teatro Municipal.

Para os vários atores da cidade, nem sempre distantes da verdade, esta nova postura parecia arrogante e o projeto Cidadania Cultural parecia ser patrimônio de um pequeno grupo político sem maior legitimidade junto à população.

Do lado de dentro da SMC, ocorria uma luta feroz contra a burocracia que bloqueava as possibilidades de uma ação cultural democrática. Dentro de um novo conceito que entendia a cultura de forma mais ampla, a burocracia criava sistematicamente obstáculos àquilo que não era “competência” da secretaria de cultura e inviabilizava, dificultava ou atrasava a implementação de vários programas das Casas de Cultura, dos Projetos Especiais e do Centro Cultural São Paulo. O tempo cultural e o tempo burocrático decididamente não se encontravam.

Chauí cita um caso interessante que “foi o da implantação da **Embaixada dos Povos da Floresta**. Pondo em ação a Cidadania Cultural, o Departamento do Patrimônio Histórico discutiu com a União das Nações Indígenas (UNI) a criação de um núcleo cultural indígena e funcionando como a

Índios no Brasil - Pavilhão Bienal



Foto: K. Alcover

primeira embaixada dos povos da floresta em território brasileiro. Para tanto, o DPH cedia às nações indígenas o uso da Casa do Sertanista, cessão duplamente simbólica, como se vê. A burocracia declarou vários “não pode”: porque cessão poderia criar o precedente de usucapião, porque a SMC perderia o poder e o controle sobre as atividades culturais da casa, etc. Foi somente quando Ailton Krenak decidiu que levaria o caso para o Congresso Nacional e aos meios de comunicação que a burocracia deu o seu precioso *nihil obstat*”.

O ato de compra dos 5 milhões de dólares em livros para as bibliotecas, em grande parte estrangeiros, sofreu também as dificuldades impostas pela burocracia e pelo Tribunal de Contas do Município que perguntava o porquê da não aquisição de similares nacionais. Atravessou todo um demorado processo até o seu desfecho, o que desviava a energia das ações culturais prioritárias definidas pelo projeto Cidadania Cultural.

A situação física dos equipamentos, que necessitavam de restauros, reformas, manutenção, também deslocava a energia do trabalho de mobilização cultural para um trabalho de preparação da máquina para as atividades essenciais. Todas estas muitas pedras limitavam a ação e juntavam-se a outras: a distância do staff do conjunto das chefias, a falta de cultura participativa, o que dificultava o funcionamento do colegiado dos departamentos, a lentidão com que se estabeleceu a ação cultural descentralizada, que daria o verdadeiro sentido à Cidadania Cultural.

Deve-se destacar o comportamento da mídia, dos formadores de opinião e das elites “cultas” que viam a secretaria como extensão do privado, como espaço tradicionalmente estabelecido para clientes estabelecidos. A reorientação para um projeto com outra matriz inquietava àqueles que nunca haviam imaginado a cultura como um bem público e muito menos a construção de uma esfera pública democrática da cultura.

POLÍTICA CULTURAL E RESULTADOS: A EMERGÊNCIA DE UM NOVO PARADIGMA DE GESTÃO CULTURAL

Engana-se quem considera a contribuição da gestão Marilena Chauí (1989/1992) apenas

sob o ângulo conceitual, da elaboração de uma política cultural. Ou mesmo relevar apenas a qualidade das programações, e também uma administração cultural eficaz. A gestão foi muito mais além: colocou em sintonia a administração cultural com novos tempos democráticos e conquistas da modernidade, trouxe elementos de reflexão e ação para a construção de uma esfera pública da cultura ao afirmar a cultura como direito, envolveu os sujeitos culturais da cidade e abriu canais de participação nos processos culturais.

A afirmação da cultura como direito à criação, à imaginação, à vida, traz um campo de esperança e de possibilidades reais para os processos culturais

Neste momento em que estamos frente a uma modernidade que se afirmou sufocando heranças culturais, tradições milenares, diferenças, construindo uma noção de cidadania que desconhece as fraturas oriundas da modernização, a afirmação da cultura como direito à criação, à imaginação, à vida traz um campo de esperança e de possibilidades reais para os processos culturais. O projeto Cidadania Cultural pensou a cidade a partir de seus conflitos e suas exclusões propondo-se a inverter prioridades e remexer na cultura enraizada que consagra o consagrado, promove as elites locais e fortalece culturas hegemônicas. Trouxe ainda muitas outras contribuições conceituais: firmou a importância das políticas culturais como elemento central do ato de governar, a ampliação do conceito de cultura para além das tradicionais belas artes, o ato de criar como fundador da cultura e da ação cultural, a necessidade da cultura transformadora em oposição aos velhos esquemas erudito x popular, a desconstrução da cultura oficial e celebrista e a afirmação da memória dos sujeitos plurais que constroem a cidade.

Do ponto de vista da experiência, pode ser considerada uma matriz que impulsionou práticas de gestão em outros municípios que começaram a adotar o projeto Cidadania Cultural. Na sociedade civil multiplicaram-se ações culturais como fóruns, aulas públicas, ações descentralizadas que partiram da

1 experiência desta gestão. As suas realizações específicas estão bem documentadas no corpo deste texto e da revista como um todo. Cabe destacar a mobilização intensa dos atores culturais, o debate público que mobilizou grande parte dos atores da cidade durante os quatro anos e que deu grande visibilidade ao trabalho da gestão Erundina. Todas as suas ações procuraram captar os vários rostos que compõem a cidade e as suas várias falas, enfim a sua diversidade.

Uma grave lacuna do trabalho da secretaria foi não ter levado um debate mais profícuo sobre a indústria cultural e os meios de comunicação, como formadores de cultura e opinião

A criação das Casas de Cultura, de fóruns regionais, de ações culturais descentralizadas. Programas como “Pátria Amada Esquartejada”, eventos de grande porte como “São Paulo dos 1.000 povos” e “Cidade, Cidadão, Cidadania”; as aulas públicas nas ruas da cidade, os fóruns de debate nos bairros, a implantação da Embaixada dos Povos da Floresta, dos Centros de Documentação e Atividades Artístico-Culturais Afro-Brasileiras; os Ônibus Biblioteca, as Caixas-Estante, a aquisição de livros, o trabalho com idosos(as), crianças, deficientes, pobres, movimentos sociais, reorganização do Conselho Municipal de Cultura, as visitas monitoradas de professores com crianças no centro da cidade realizadas pelo Departamento de Patrimônio Histórico (DPH) e outros milhares de eventos e dezenas de programas e projetos que aconteceram nestes quatro anos qualificam a gestão também do ponto de vista das suas realizações.

Uma grave lacuna do trabalho da secretaria foi não ter levado um debate mais profícuo sobre a indústria cultural e os meios de comunicação como formadores de cultura e opinião. A construção de qualquer proposta de Cidadania Cultural não pode desconhecer a sua influência sobre a invenção democrática.

Agora é de se perguntar: até que ponto construímos a cidadania cultural na cidade de São Paulo? Houve uma efetiva inversão de prioridades? O direito a participar das

decisões culturais foi efetivado? Até que ponto os trabalhadores(as) foram considerados na gestão? Houve uma verdadeira troca entre centro e periferia? A gestão acabou com o balcão e o clientelismo cultural? Contribuiu para ampliar as relações Estado e Sociedade Civil? Muitas respostas ainda não temos, outras ficarão no meio do caminho. O fato é que a gestão cultural de Marilena Chauí rompeu com muitos conceitos estabelecidos, abriu caminhos para a implementação de projetos culturais democráticos, criou experiências, multiplicou-as por governos e sociedades e trouxe, através de uma reflexão inovadora, elementos fundamentais para construir novos paradigmas para a relação estado e sociedade no campo da cultura.

ALGUMAS POSSÍVEIS INDICAÇÕES

Esta publicação não se propôs em nenhum momento a realizar um balanço da gestão cultural levada no município de São Paulo no período 89/92; são algumas “leituras” para uma análise mais profunda, que deverá se dar em momento oportuno. Mas é impressionante a sua atualidade e a sua contribuição neste momento em que as políticas culturais foram abandonadas em nome de razões de mercado que orientam as ações no campo da cultura. Transfere-se para a iniciativa privada a decisão sobre aquilo que é bom e o que é mal para a cultura, como se ela fosse apenas um “bom negócio” e não a construção de práticas, valores e paradigmas para o ser e o viver em sociedade.

As questões substantivas vão sendo praticamente abandonadas, enquanto a eficácia dos financiamentos públicos e as leis culturais, o número de eventos realizados vão se constituindo enquanto indicadores de uma verdadeira cultura de resultados. Como preservar a vitalidade das culturas frente ao processo de globalização? Como estabelecer um diálogo rico entre tradição e modernidade para afirmar conquistas cidadãs e heranças culturais e construir referências para a sociedade que precisamos? Quais os caminhos para fortalecer a nossa diversidade cultural e afirmar uma ética da diferença em nosso país? Por onde reverter a cultura do medo e da violência e instaurar uma cultura da paz e da solidariedade? E o que fazer frente ao

monopólio dos meios de comunicação controlados por nove famílias e responsável pela formação de grande parte do nosso falar, pensar, sentir e imaginar? E a nossa cultura do patriarcalismo, as questões de gênero e das mulheres, nada temos a dizer para construir o nosso debate e as políticas culturais? E as relações entre cultura e educação?

O recente assassinato do índio Pataxó Galdino, em Brasília, por adolescentes de

famílias aquinhoadas não foi certamente um mero caso de delinquência juvenil, mas a protagonização de um lado do Brasil que vive na absoluta miséria cultural, perdeu seus mitos e tem horror à diversidade. Ou enfrentamos este nosso lado podre ou corremos o risco de naufragar na impossibilidade de construirmos uma sociedade saudável e culturalmente sustentável.



SÃO PAULO: DIVERSIDADE CULTURAL E DISCURSO OFICIAL

2

Valmir de Souza*

*Shall the memory restore
The steps and the shore
The face and the meeting place. **
(W.H. Auden)*

REPENSAR A DIVERSIDADE CULTURAL EM SÃO PAULO

O poder público em São Paulo, ao longo do tempo, tem visto a cultura em sua face “espetacular”. Quando se fala no direito de acesso à cultura, pensa-se cultura como show na praça, peça no teatro, na produção cultural inserida em um certo mercado, com clientes determinados também; pensa-se num certo centro urbano com suas características históricas; só se leva em conta uma certa camada da população organizada para fruir a obra de arte em suas múltiplas linguagens (teatro, música, literatura, escultura, pintura, arquitetura, design, cinema, vídeo, etc.). Quem pode fruir uma obra de arte é aquele que tem um certo “preparo artístico”. Em geral, as políticas culturais não levam em consideração um ingrediente fundamental: *formação* para as diversas áreas, entendida como “educação dos sentidos” para as artes.

Então, oferecer cultura para uma população suscita duas questões. Uma é: *qual* cultura? A outra: *qual* população?

Não se pode pretender impor uma cultura que não tenha ligação alguma com a vida das pessoas, e achar que assim está garantido o direito à cultura. Apresentar eventos a preços populares é só um aspecto do *direito* à cultura e não garante o exercício da cultura como prática de cidadania: a *pólis*, hoje, mais do que o acesso aos bens culturais a preços baixos, exige um projeto para a cidade e não só para grupos, ainda que estes tenham um enorme valor no contexto urbano.

Levar uma cultura artística para os bairros periféricos pode não refletir mais que uma certa postura de predominância do centro sobre a periferia. Os “periféricos” têm e

praticam suas várias culturas (rap, funk, pagode, literatura,...), com valores não reconhecidos pelos meios de comunicação. Não é uma questão de oposição pura e simples em relação ao centro da cidade, pois em São Paulo há *vários* centros: é uma cidade constituída de várias centralidades, talvez até uma “não-cidade” onde a cultura se coloca em uma de suas dimensões “centrais”, que é exatamente a sua descentralidade.

Assim, não se pode pensar uma política cultural oficial e geral para a cidade como um todo homogêneo, pois também ela é *multicultural*, e este é um outro aspecto do perfil étnico e regional da cidade. Há italianos, judeus, turcos, orientais, africanos, nordestinos, sulistas, nortistas, interioranos, etc.

Tem sido praticada na cidade uma *cultura de evento*, em que se leva a arte para a população, num movimento de *irradiação* de uma cultura erudita e mesmo de uma cultura popular. (Sempre faltou uma postura que pusesse em questão as linguagens da arte, de modo a se levar para a população também o debate sobre a cultura.) Assim, o trabalho de **difusão cultural**, que, inclusive, não é suficiente numa política cultural para a cidade, tem sido uma constante na Gestão Pública de Cultura.

Em relação à memória da cidade procurou-se, na atuação das várias gestões, preservar uma memória tradicional contida nos vários monumentos que trazem consigo uma imagem equivocada da história e da

* Pesquisador do Instituto Pólis; Membro da Secretaria-Executiva do Fórum Intermunicipal de Cultura (FIC); Pós-Graduando em Teoria Literária (USP)

** *Que a memória restaure / Os passos e a areia / O rosto e o lugar do encontro.*

2

cidade. De fato, tem faltado uma política de cultura mais geral e mais aberta aos atores emergentes (imigrantes e migrantes internos) que foram se estabelecendo nas periferias da cidade, trazendo consigo suas memórias e seus traços de identidade muitas vezes erradicados de suas práticas grupais nos grandes centros. O poder público não tem dado a devida atenção para esses estratos sociais que foram se inserindo na vida da cidade e que hoje são praticamente a metade dos seus habitantes.

O resgate dessas memórias tem sido pouco incentivado nas diversas administrações: a marca de São Paulo como lugar de uma memória única, oficial, “paulistana”, está fadada à insustentabilidade, ao desmoronamento, exatamente por causa da presença de estratos sociais que dão um *tonus* diferenciado à tessitura urbana, colocando em tela uma cidade subterrânea, que irrompe vez ou outra nas camadas da pele social através de manifestações e expressões de gestos desvalorizados pela ação cultural oficial (repentes, cantorias, culturas religiosas índio-africanas, etc.). Na cidade de São Paulo não constatamos só uma cultura urbana: há um caldeirão cultural manifesto pelas diversas etnias, cores e vozes.

O tecido cultural urbano é muito mais abrangente e rico do que imagina uma política conservadora

Verifica-se muita vez na imaginação de uma certa camada da população que a cidade é um “grande berço da cultura”, frase que está presente nas falas de autoridades para enfatizar que só a cultura nascida neste berço é reconhecida. O tecido cultural urbano é muito mais abrangente e rico do que imagina uma política conservadora. Não adianta impactar a *urbes* com grandes obras culturais (museus, centros culturais...) que, de resto, são práticas que têm abrigado uma cultura “celebrista”. Esta é a lógica que preside obras como, por exemplo, o Monumento à Independência, o Museu Paulista e o Monumento às Bandeiras (este, no Ibirapuera). Essas obras, como em todo o Parque da Independência, com sua construção simétrica e disciplinante de um espaço social, preservam valores muito discutíveis em relação à



Foto: Sossó Parra

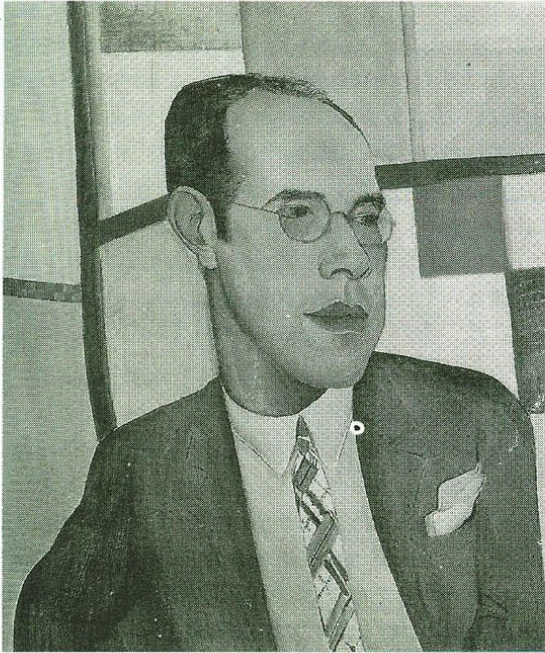
1º de maio - Praça da Luz - 1990

construção de uma imagem da “nação” brasileira.

Os “apoderados” (como diz Saramago) dirigem suas ações para certos fins urbanos, sociais e ideológicos. Mas quem faz a cidade são as pessoas que nela moram, oriundas de diversas regiões e nacionalidades; é para e com elas que a cidade deve ser administrada, respeitando a *multiculturalidade* e a *polifonia racial e cultural*.

São Paulo tem tido poucas gestões democráticas o suficiente para que, no campo da cultura e da política, possam conviver as diferenças e as discordâncias. Houve muito espetáculo na cidade e não se estimulou a expressão cultural dos diversos grupos sociais que compõem a paisagem do espaço urbano. Além do que, tem faltado uma *reflexão* sobre o que é o fazer cultural num espaço desagregador como é a metrópole.

O fato de se colocar à disposição da população um produto cultural como um produto a mais, uma mercadoria mais barata ou gratuita, não muda a concepção de cultura como um produto só imaginado em função de um “mercado”. Não há dúvida que há um gasto na feitura de um produto cultural, mas



Retrato de Mário de Andrade

ele agrega e carrega valores humanos e urbanos que operam no âmbito do simbólico. (Ao se fazer e consumir cultura, quais as motores e as demandas simbólicas que estão em andamento?) Quando alguém frui a obra de arte, tem o direito de fazer sua crítica e não simplesmente se limitar a ver, voltar para casa e dormir o sono anestesiado pelo chiado mórfico da TV. Isso precisa ser levado em consideração quando se pensa numa gestão democrática da cultura.

A produção cultural não pode ser pensada isoladamente. Há que se considerar a *ecologia* dessa produção, o seu entorno, isto é, a sua relação com fatores sociais, ambientais, mentais e simbólicos para que se possa ver num produto não só o ato de fazer mas também o ato de inventar, de pensar e de criar.

Numa sociedade de consumo, a tendência é ver a cultura como mais um ingrediente de negócios e negociações (“a cultura como negócio” é a palavra de ordem), e se coloca um grave problema quando ela é vista como uma obra instrumentalizável que serve para fins eleitorais, partidários ou pessoais. A cultura não é um objeto de um grupo social privilegiado, mas de todos. Passa, evidentemente, por crivos os mais diversos, mas deve ser apropriada por toda a população de uma cidade ou região.

Tendo em vista as questões levantadas, faz-se necessário historiar pelo menos uma parte da história cultural da cidade de São Paulo, sem a pretensão de esgotar o tema, principalmente porque serão comentários restritos à presença da Administração Pública no campo da cultura. Veremos agora o que as Gestões Culturais têm proposto como Políticas Culturais para a cidade de São Paulo.

OS ANOS HERÓICOS: GESTÃO MÁRIO DE ANDRADE (1936-1938)

Até o início de 1930 - quando um grupo de moços se preocupava com a questão cultural - pouca coisa havia sido formulada oficialmente em relação às atividades culturais como um todo na cidade de São Paulo. Sentia-se a necessidade da criação de um órgão público que incentivasse a cultura, e São Paulo já tinha sido palco da **Semana de Arte Moderna, de 1922**.

Mário de Andrade, Paulo Duarte e outros rapazes, preocupados com a teoria e a prática cultural, fizeram com que o Prefeito Fábio Prado, em 1935, assinasse o Ato nº 861 (30/05/35), decretando a criação e organização do **Departamento de Cultura e Recreação**, que teria por finalidade “estimular e desenvolver todas as iniciativas destinadas a favorecer o movimento educacional, artístico e cultural, e pôr ao alcance de todos, palestras e cursos populares de organização literária ou científica... tudo o que possa servir para o aperfeiçoamento e extensão da cultura”.

Em entrevista, Claude Lévi-Strauss rememora o significado do Departamento de Cultura para a época: “Tratava-se de uma grande inovação, pois até então as autoridades brasileiras não se preocupavam muito com cultura.(...) Essa iniciativa constituía uma alternativa à nova universidade, fundada por grandes notáveis, para a qual eu ali estava.”¹

Mário de Andrade, quando diretor desse Departamento, recebeu muitos ataques e sofreu incompreensões, mas conseguiu estabelecer o mínimo necessário em relação a uma formulação de política pública para a cultura, dando um grande salto qualitativo e colocando a preocupação da Gestão Pública Municipal em relação às questões culturais na cidade.

¹ “Folha de São Paulo”, 16/02/97, Caderno Mais! .p.5-3.

Mário buscou colocar um outro olhar sobre a cultura popular e suas tradições, dando um novo status às manifestações folclóricas antes vistas só por um via “exótica” ou como uma cultura “menor”.

Infelizmente, os ventos que sopravam durante o Estado Novo em São Paulo levaram à demissão de Mário da Diretoria do Departamento de Cultura, após o que ele viajou e se “exilou” no Rio de Janeiro.

De 1938 até 1975, há pouco registro sobre a presença da Administração Cultural nos espaços públicos da cidade.

APONTANDO PARA O FUTURO: GESTÃO SÁBATO MAGALDI (1975-1978)

Após longos anos de “estacionamento” cultural, esboçou-se, nos anos 70, uma política cultural para a cidade. Nessa década, a gestão da cultura começou a emergir na pauta das políticas públicas. Foi então que o Departamento de Cultura se emancipa da Secretaria Municipal de Educação, com os seguintes órgãos: Conselho Municipal de Cultura; Gabinete do Secretário; Assessoria de Expansão Cultural; Departamento de Teatros; Departamento de Bibliotecas Públicas; Departamento de Bibliotecas Infantis e Departamento do Patrimônio Histórico.² Começou a operar com esta estrutura mais precisamente em 1975.

Magaldi conseguiu fazer uma “gestão proveitosa”, dando impulso ao teatro e abrindo espaços públicos para a população

Nesta “segunda” fase, com Sábato Magaldi assumindo o cargo de Secretário Municipal de Cultura (nomeado pelo prefeito Olavo Setúbal), foram promovidas várias ações para colocar a SMC em andamento: reforma de teatros, aumento de frequência ao Teatro Municipal, preservação de monumentos históricos e artísticos e ampliação do serviço de bibliotecas.

Magaldi já era reconhecido por seu interesse pelas coisas da cultura. Também foram dele as idéias de “caixas-estantes” (sistema de circulação de livros pelos bairros) instaladas em conjuntos habitacionais da periferia e também o “carro-biblioteca” que percorria a periferia da cidade. (Observar que Mário de Andrade já tinha implementado esse tipo de atividade na cidade de São Paulo, mas foi interrompido com o tempo. Estas duas idéias foram retomadas com maior fôlego durante a Gestão de Marilena Chauí, de 1989 a 1992).

Mesmo num tempo de dificuldades políticas para os habitantes da cidade, com censura de apresentações públicas, Magaldi conseguiu fazer uma “gestão proveitosa”³, dando impulso ao teatro e abrindo espaços públicos para a população.

Enfim conseguiu redefinir, depois de muito tempo, uma política cultural na SMC, merecendo, assim, um editorial da “Folha de São Paulo” (16/07/79), que finaliza afirmando que Magaldi teve grande atuação na “democratização da cultura”. Considerando-se que “da década de 30 à de 70, foram construídas em São Paulo apenas 12 bibliotecas” e que quase todas obedeceram ao “princípio da monumentalidade”⁴, tudo leva a supor que depois da Gestão de Mário de Andrade no Departamento de Cultura e Recreação, pouca coisa foi feita em termos de Política Cultural na cidade. Apesar de limitado pelas circunstâncias da época, e dos muitos problemas de infraestrutura da Secretaria, não se pode deixar de mencionar o trabalho de Magaldi como significativo para a cultura na cidade.

A PERIFERIA NO DISCURSO OFICIAL: GESTÃO MÁRIO CHAMIE (1979-1983)

Mesmo assim, na década de 70 percebe-se que a gestão pública não consegue dar conta dos problemas relacionados à cultura. Há um precariedade de recursos financeiros destinados à SMC, principalmente, a partir

² “Folha da Tarde”, 28/12/74.

³ “Diário Popular” de 31/08/79.

⁴ Mário Chamie, in “Caderno de Cultura”. SMC/SP, 1979 a 1982.

de 1979, com a Gestão de Mário Chamie (nomeado pelo prefeito Reynaldo de Barros), que reclama de “cultura da escassez”. Segundo um editorial da “Folha de São Paulo”, “Não se trata de popularizar a cultura erudita, mas de abrir a possibilidade de participação do público marginalizado, por meio da ação de grupos itinerantes pelos teatros distritais e espaços da periferia, como quer o novo Secretário”⁵.

Começa a despontar uma preocupação com a chamada periferia, criando-se então o **Projeto Periferia**. A idéia ainda era a de “*distribuição* do benefício cultural em escala sócio-comunitária e coletiva”⁶. Percebe-se, nesse projeto, uma variante do conceito de irradiação cultural do centro para a periferia, mas que via a população como co-partícipe dos serviços culturais.

Ainda assim, verificaram-se algumas melhorias e mudanças em relação à gestão anterior (Olavo Setúbal): as bibliotecas tornaram-se centros culturais, aonde as pessoas não vão mais só para ler, mas também para ouvir música, ver dança, teatro, artes plásticas e cinema, e onde há debates, palestras... enfim, as bibliotecas assumiram um caráter multidisciplinar; tenta-se também trabalhar com a idéia de atividade, em vez de pensar no evento - isso já causa um desfocamento de caráter conceitual que deveria ter uma implicância mais profunda em termos de política cultural, mas isso não aconteceu.

Esse dois itens podem ser considerados positivos dentro de um contexto histórico inibidor de ações culturais mais avançadas. Ainda se mantém, porém, uma atitude de *favoritismo* e de *clientelismo* em projetos culturais.

O problema principal dessas administrações é que elas não conseguem ultrapassar o círculo de uma Ação Cultural voltada predominantemente para a **difusão dos bens culturais**. O público era sempre coisificado numa relação passiva com a cultura: não se pensa aqui que o público seja em si passivo, mas que houve políticas culturais que, em última instância, não

pensavam em transformar as práticas sociais, pelo contrário, procuravam manter o *status quo*.

E essa postura faz toda a diferença quando se pensa em revalorizar as relações humanas.

UM PROJETO CULTURAL PARA A CIDADE: GIANFRANCESCO GUARNIERI (1984-1985)

Na primeira metade dos anos 80, no Brasil foram realizadas eleições para governadores de Estado. A cidade de São Paulo, como capital considerada “área de segurança nacional”, ainda não poderia eleger democraticamente seu prefeito. Mário Covas é nomeado prefeito pelo então governador Franco Montoro e exerce o cargo de 10 de maio de 1983 a 31 de dezembro de 1985.

O Secretário da Cultura, Gianfrancesco Guarnieri, postulava: “Um plano de atuação cultural no Município deve portanto reger-se a partir das relações entre a cultura e a cidadania, em todos os seus níveis (político, econômico, social, artístico...)”

Na gestão Mário Covas (1984-1985), com relação à cultura, começou-se a esboçar “Um projeto cultural para a cidade de São Paulo”. O Secretário da Cultura, Gianfrancesco Guarnieri, postulava: “Um plano de atuação cultural no Município deve portanto reger-se a partir das relações entre a cultura e a cidadania, em todos os seus níveis (político, econômico, social, artístico...)”⁷.

Gianfrancesco Guarnieri, nesse texto citado, critica a indústria cultural “identificada com o modelo brasileiro 64/84, agindo no sentido da padronização de valores e marginalizando a expressão cultural popular, desestimulando a pesquisa, desconsiderando as forças de resistência que a população teve de criar para enfrentar suas dificuldades”.

De fato, a indústria cultural do Brasil é um capítulo que está mal-resolvido, tanto no aspecto político como no aspecto cultural,

⁵ “Folha de São Paulo”, 03/09/79.

⁶ “Caderno de Cultura”. SMC/SP, 79 a 82.

⁷ “Um projeto cultural para a cidade de São Paulo”, Boletim DPH, nº 1, 1985, p.7.

2

principalmente porque ela está vinculada a uma cultura “industrializada” e, por isso mesmo, ela se coloca como a verdade cultural devastando as expressões culturais locais, tornando-se mais indústria do que cultura.

A Secretaria Municipal de Cultura, nesse período, pretendia atingir três objetivos básicos e combinados:

“1) Promover uma reflexão, ao nível mais amplo possível, em toda a cidade, sobre as relações entre a cultura e a cidadania em São Paulo, nos últimos 30 anos, do ponto de vista da desagregação havida e do momento atual de uma sociedade em transformação.

2) Estimular o ressurgimento, a reorganização e a desmarginalização da produção e ampliação dos equipamentos culturais, e da existência e estímulo à troca de valores, à experimentação, ao aprendizado.

3) Estimular e favorecer o paulistano na sua tarefa e resgatar sua própria cidadania, através do resgate de sua própria história.”

Guarnieri pretendia descentralizar a cultura e a própria Secretaria, politizando o fazer cultural na cidade, colocando em prática o binômio participação/descentralização, principalmente na periferia, arte *com* o povo e não *para* o povo (valorização da cultura popular): buscou também “estabelecer a ligação entre os artistas e essa cultura dos bairros, ainda desconhecida”.⁸

Não se pode deixar de lembrar que, antes de Guarnieri, Fábio Magalhães tinha exercido o cargo: “Quando Guarnieri assumiu a SMC, em 1984, Magalhães já lançara o Projeto Periferia, que apoiou cerca de 600 grupos artísticos. Surgiram sete centros culturais, cinco dos quais na forma de circos. As bibliotecas e o patrimônio histórico foram utilizados para oficinas, apresentações e cursos. Foram implantados projetos como o Leitura no Parque e o serviço Caixa-Estante (empréstimo de livros em perua-kombi na periferia). O Centro Cultural chegou a receber 10.000 pessoas por semana”⁹.

Nesse período também foi criado o Projeto “Cultura da Cidade”, que aproveitava a

estrutura do projeto “Periferia” e tinha como objetivo “proporcionar infraestrutura mínima às produções artísticas alternativas, possibilitando maior expressão cultural da população paulista”¹⁰.

O secretário entendia que era preciso, desde o começo, trabalhar com a cidade como um todo.¹¹ Em parte, isso foi realizado, mas recebeu várias críticas por seu “descaso” com projetos culturais (“Encontros de Escritores”, “Circuito Cultural”, etc.), com relação ao Teatro Municipal, e por “administrar a cultura politicamente”.

A CULTURA E A “CULTURA DO CABIDE”: GESTÃO 1986-1988

Na administração Jânio Quadros, eleito nas primeiras eleições diretas em São Paulo, a Secretaria Municipal de Cultura passou a se compor com Esporte e Lazer, quando a tendência da Gestão Pública de Cultura era de desmembramento e autonomia das Secretarias e Órgãos Públicos de Cultura.

Ocuparam o cargo de secretário de cultura três “amigos” pessoais do prefeito: o primeiro faleceu logo depois de assumir e os outros dois eram empresários (Jorge Yunes e Renato Ferrari).

Nesse período, a inércia e o *laissez-faire* cultural marcaram a gestão cultural da cidade. Além da óbvia presença do executivo nas quase mil indicações diretas por parte do próprio prefeito no preenchimento de cargos de livre provimento em comissão. Enfim, uma administração sob o signo da disputa de cargos e poder, na prática do “toma-lá-dá-cá”.

A memória “curta” desta Gestão evidencia a falta de projeto cultural do poder público neste período.

AVANÇOS “OFICIAIS” E A VITALIDADE DAS COMUNIDADES

Este artigo procurou mostrar o que se praticou como Política Cultural na cidade.

Assim, não se pode dizer que, no âmbito da administração cultural pública, nada tenha sido feito antes da Gestão de 1989-1992.

⁸ “O Estado de São Paulo”, 11/03/84.

⁹ Revista “Veja”, 02/10/96.

¹⁰ “Jornal da Bela Vista”, 6-14/09/84.

¹¹ “Estado de São Paulo”, 11/01/84.

Houve várias experiências que a SMC, desde 1975, ano do desmembramento em relação à Secretaria Municipal de Educação, realizou e implementou que, no mínimo, merecem referência.

Não se pretende com isso fazer a apologia de governos municipais que, em certos casos, tinham uma cor política bastante duvidosa quanto à democracia, pois apoiavam uma ditadura violenta e avassaladora em todo o país. Não obstante isso, as Gestões Culturais aqui vistas deixaram como referência a memória de algumas ações e atividades que permanecem até hoje devido ao fato de que a cultura dá saltos não previstos pelo jargão político-partidário, isto é, a cultura em alguns momentos manteve uma certa autonomia em relação a partidos políticos e ao discurso oficial.

Considerando, assim, que o show ao ar livre, o acesso mais barato ao Teatro Municipal, a simples recuperação de alguns equipamentos históricos são ações que, apesar de sua “precariedade conceitual”, e até por isso mesmo, colocavam a necessidade de um

trabalho mais aprofundado em relação às manifestações culturais da cidade.

A política pública de cultura, repetimos, não conseguiu e não consegue dar conta de toda a diversidade das práticas culturais na cidade. Para além da oficialidade, há culturas presentes no espaço público que mostram a vitalidade das comunidades: bumba-meu-boi, rodas de capoeira, orquestras de berimbau, festas juninas, tambor de crioula, dança do baralho, frevo, terecô, festas do divino, encontros de cultura, culturas “alternativas”, fóruns e conferências de cultura, etc; tudo isso e muito mais mostra e demonstra que essas culturas “subterraneadas” (empurradas para o porão da história) emergem com um dinamismo que dá sustentabilidade à ecologia cultural na cidade. Estas práticas culturais das comunidades estiveram “ausentes” dos discursos de uma sociedade “administrada” por uma máquina gigantesca de controle total. Apesar de tudo, neste momento de globalização, os grupos ainda lutam para preservar a sua cultura.

Morro do Querosene/SP - Festa do Bumba-meu-boi - Junho/97



Foto: Vámir de Souza

DESAFIOS DO PROJETO CIDADANIA CULTURAL

3

Maurício Faria*

Pólis: Durante os anos de 1989 a 1992, foi implementado pela Secretaria de Cultura o projeto Cidadania Cultural. Um projeto inédito e, do ponto de vista conceitual, muito claro e bem articulado. Na sua aplicação, porém, teve um conjunto de problemas. O que você achou, em linhas gerais, desse projeto, implementado pela Secretaria Municipal de Cultura?

Maurício Faria: Foi algo extremamente importante e avançado, enquanto o desbravar de um caminho. Por quê? Porque existe no Brasil uma trajetória dos governos do tipo tradicional, de fazer das Secretarias da Cultura, do Ministério da Cultura, uma espécie de departamento de marketing político, em que se nomeava normalmente uma personalidade vinculada aos meios artísticos e existia sempre a expectativa de uma política de resultados, uma política de espetáculos, uma política da visibilidade. E sempre no sentido de que a área cultural dos governos permitisse uma boa imagem junto aos artistas e intelectuais, que por sua vez são formadores de opinião. Então havia uma preocupação puramente pragmática, dos governos do tipo tradicional, com a área cultural. Na gestão de Marilena Chauí, ela fez um esforço fundamental de elaborar uma política cultural, integrar a concepção de política cultural dentro de uma visão mais ampla da democracia e da cidadania. Isso foi extraordinariamente importante, enquanto um elemento novo, e por ser novo, ele enfrentaria dificuldades, teria naturalmente suas limitações, porque foi preciso elaborar e, ao mesmo tempo, tentar implantar essa concepção de cidadania cultural. Eu entendo também que existiu uma realidade própria do PT. O PT também ainda não resolveu inteiramente a questão de uma Política Cultural. O PT, como tem uma vertente fundamental nos movimentos sociais, nos movimentos populares, num país de privações materiais, de carências tão radicais, tem em sua base uma determinada cultura que, na verdade, é uma cultura que estabelece

uma falsa contradição entre o social e o cultural, e vê a questão cultural como se fosse algo representativo da ideologia burguesa ou pequeno-burguesa, como um luxo, como algo supérfluo.

Pólis: Você acha que ainda há essa compreensão?

Maurício: Existe. Existe essa visão, que é o reflexo da própria situação de privação de oportunidades culturais da população trabalhadora, do povo trabalhador. Então há, eu diria assim, carências primárias, há necessidades materiais absolutamente vitais não atendidas, e isso gera uma certa cultura política que subestima a importância da questão cultural. Eu até cito um diálogo que uma vez eu tive com um militante de esquerda, que não é do PT, num debate sobre a importância da questão cultural. Esse militante dizia o seguinte: “Cultura, companheiro, não enche barriga”. E naqueles dias havia sido publicado um estudo da ONU indicando que nas situações de fome no mundo, existiam realidades de fome por absoluta ausência de alimentos ao alcance das populações, mas havia também muitas situações de fome decorrentes de hábitos alimentares que implicavam em não utilizar alimentos existentes e que não eram usados por falta de discernimento, de informação e de capacidade de reprocessar costumes, ou seja, uma parte importante da fome no mundo era cultural também. Mas, retornando, então, ao raciocínio, essa cultura não existente numa parte importante do PT, também foi um elemento desfavorável na experiência da nossa administração democrática e popular. Por exemplo, não se conseguiu estabelecer a

**Maurício Faria, vereador do município de São Paulo pelo Partido dos Trabalhadores no período 89/92. Entrevista realizada na Câmara Municipal de São Paulo, em 09 de março de 1994. Participaram, pelo Instituto Pólis, Hamilton Faria (Presidente) e Valmir de Souza (Pesquisador).*

cultura como prioridade, a cultura como algo tão importante quanto educação e saúde por exemplo.

Pólis: Você está dizendo no geral?

Maurício: É, no governo no seu conjunto. Isso se expressou, por exemplo, no fato de ter havido algum avanço, algum aumento da porcentagem dedicada à Secretaria de Cultura, mas esse aumento foi menor do que deveria ser. Não se conseguiu chegar a algo significativamente além de 2% do orçamento, quando num orçamento do porte da cidade de São Paulo, se houvesse essa compreensão do conjunto do partido de que a cultura é prioritária, este percentual deveria ser maior. Penso que Educação e Cultura deveriam se aproximar, se articular e caminhar juntas, na construção dos pressupostos de uma cidadania efetiva, de uma autonomia dos sujeitos sociais, vamos dizer assim, populares. Se houvesse essa visão, isso permitiria um aumento significativo da porcentagem destinada à Secretaria de Cultura nos orçamentos. Então, também a política de cidadania cultural esbarrou em limitações de recursos. Os recursos à disposição da Secretaria de Cultura eram sempre recursos limitados, na realidade era um cobertor curto. Como a gestão da Marilena tinha uma preocupação quanto à consistência das ações, e isso implicava em investimentos que eram caros, relativamente, em comparação com o orçamento da Secretaria, sempre houve uma grande e dramática escassez de recursos.

Pólis: Você acompanhou as gestões e os projetos anteriores? Porque me parece que esse projeto Cidadania Cultural é inaugural. Do ponto de vista conceitual, parece que esse projeto da Marilena significou uma ruptura com projetos e práticas anteriores. Posto isso, queria fazer uma pergunta: O que você entende por projeto cultural enquanto prioridade de governo?

Maurício: Eu entendo que uma esquerda renovada, uma esquerda que se propõe repensar-se a si mesma e a pensar de maneira renovadora os desafios do mundo hoje, tem que entender que a democracia é elemento estrutural e fundamental, a espinha dorsal de um projeto de esquerda. E que a democracia pressupõe que os indivíduos na sociedade

sejam sujeitos políticos plenos. Ela pressupõe exatamente a opção, a diversidade, o pluralismo, e isso, por sua vez, implica que a democracia não deva ser apenas o direito formal, não deva ser apenas a possibilidade hipotética de exercer direitos, mas deva ser a capacitação dos indivíduos na sociedade para que exerçam esses direitos com autonomia. E autonomia intelectual, autonomia cultural, é fundamental para que a população, sobretudo os trabalhadores, possam lidar com os assuntos públicos, com as questões da vida em sociedade, de maneira real, de maneira efetiva. Possam efetivamente exercer os direitos políticos, possam ser sujeitos políticos, possam ser cidadãos plenos. É uma visão rica sobre a questão da democracia, essa visão de que a cultura, os elementos culturais, são elementos fundamentais para dar capacidade de discernimento e de opção, e que a diversidade existente na sociedade é também a diversidade cultural. Então, o compromisso com o pluralismo, como o elemento fundamental para a democracia, significa, necessariamente, compromisso com a diversidade cultural, com respeito à multiplicidade de realidades culturais, de vivências.

Pólis: Mas você acha que isso não estava muito claro na gestão da Erundina?

Maurício: Eu acho que não. Exatamente porque é uma elaboração que o partido ainda está enfrentando. É uma questão que o partido ainda não resolveu e que esbarra na cultura que advém de uma realidade social de carências materiais vitais, inclusive uma componente de radicalidade na busca do atendimento dessas carências primárias, que gera, muitas vezes, essa subestimação, essa falsa contradição entre essas carências materiais primárias e vitais de um lado, e as carências culturais de outro. Surge a idéia de que é preciso, primeiro, aliviar e atender as carências materiais primárias e vitais e, depois, haveria condições de cuidar da questão cultural. A questão cultural acabaria sendo vista como uma espécie de sobremesa, quer dizer, o principal é garantir o arroz com feijão. É preciso que nesse particular o PT adote como programa básico, mínimo, a visão da música dos Titãs: “a gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte; a gente



Av. Paulista "100 anos". Out-door poético

quer dinheiro e felicidade". Porque a dimensão humana é inseparável da questão do atendimento às necessidades espirituais, às necessidades culturais. Eu acho que existem, na esquerda, figuras com uma extraordinária sensibilidade para a questão cultural. O Vicentinho uma vez até me emocionou, quando relatava o quanto o nordestino sofria pelo seu desenraizamento cultural. E o quanto era importante para o nordestino manter o contato com a sua cultura e que isso era muito forte. O nordestino tinha a presença, dentro dele, dos elementos da sua cultura, como algo entranhado, mesmo que às vezes adormecido, não atendido. Mas isso nunca era cortado. Havia, às vezes, um processo de captação, de incorporação de outros elementos culturais do "sul maravilha", mas sempre reservando um espaço no mundo interior do nordestino para a presença daquela chama da sua cultura original.

Pólis: Às vezes eu fico imaginando o PT agilizando, até melhor que alguns setores da elite, determinados valores por ela não implementados. Para usar um conceito bem antigo, dinamizando mais a revolução burguesa do que propriamente

inaugurando um outro tipo de cultura diferenciada.

Maurício: Eu acho que há esses dilemas e essas questões não resolvidas no PT. Acho que é um aspecto também do debate todo que existe no partido entre uma cultura da esquerda tradicional e a necessidade de uma nova cultura da esquerda. Então eu acho que ainda há muito a presença dos valores tradicionais da esquerda, dessa visão que você citou, que é uma visão ideologizada e instrumental da cultura. Uma visão de um projeto de totalidade social que é vinculado a uma idéia de absoluto, que eu entendo que sempre traz o risco do totalitarismo. Também esse risco totalitário esteve presente na visão sobre cultura.

Pólis: Você acha que o projeto Cidadania Cultural rompe com essa visão?

Maurício: Eu acho que o projeto Cidadania Cultural rompe e cito, por exemplo, a idéia sobre *São Paulo dos Mil Povos*, a idéia de reconhecer a diversidade como algo que deveria ser respeitado e valorizado culturalmente. Isso é um dado muito

importante, quer dizer, da idéia pluralista, da acepção pluralista de democracia e da própria cultura. Apesar dos avanços na política cultural, ocorreram também algumas limitações. A política cultural, essa expressão, tem duas dimensões articuladas: uma cultural e a outra política. A tradição populista, e a tradição também da esquerda tradicional, enfatizaram de maneira unilateral o aspecto da política. Na concepção tradicional de política cultural, o elemento político, do pragmatismo político, da utilidade política, do marketing político sempre foi o elemento absoluto. O cultural sempre ficou atrelado e submetido ao político. Entendo que na nossa experiência aqui em São Paulo, na gestão da Marilena, nós não conseguimos uma relação equilibrada entre o cultural e o político nesse projeto da cidadania cultural.

Na concepção tradicional de política cultural, o cultural sempre ficou atrelado e submetido ao político

Pólis: O que ficou mais desequilibrado?

Maurício: O aspecto político. Porque até pelas características da Marilena, de ser uma pessoa com uma trajetória de uma intelectual de grande peso, grande respeitabilidade e grande significado, acho que ela é uma intelectual de extremo valor, eu tenho um respeito por ela como intelectual de esquerda, um respeito imenso. Mas ela não tinha a vivência e as características do quadro político, do fazer política, da articulação política, da habilidade política. Ela não tinha vivência da administração pública, no aspecto cultural, mesmo. Acho que na questão das alianças políticas na área cultural, na questão da articulação política com os agentes culturais na cidade, houve limitações. Acho que isso se expressou, por exemplo, na dificuldade de relacionamento com uma parte do mundo artístico e intelectual da cidade.

Pólis: Foi tensa essa relação?

Maurício: Foi. Também a relação com os que procuram fazer política cultural na periferia. A tradição sempre foi, tanto do ponto de vista das elites como da esquerda tradicional, aquela de, na expressão, no conceito de política cultural, enfatizar unilateralmente de maneira

absoluta a política em detrimento do cultural. No caso da Marilena, acho que foi um desequilíbrio de pólo oposto, ou seja, enfatizou-se a elaboração de uma teoria a respeito da política cultural, mas o fazer política cultural, os elementos políticos da ação da secretaria ficaram muitas vezes enfraquecidos, insuficientes. Eu acho que a visibilidade é importante, mas a visibilidade para ações de política cultural, que sejam ações que reprocessem valores, que rediscutam valores.

Pólis: Não sei se você acompanhou o caso de Santo Amaro, onde desde a década de 70, da ditadura, existiam já grupos culturais bastante fortes na região, em Interlagos, em Socorro, grupos com uma grande tradição que estavam acreditando demais na política de Cidadania Cultural da Marilena. Num primeiro momento, com aquela idéia de que a Secretaria não é balcão, o que aconteceu? A Secretaria, vamos dizer assim, espantou os produtores, os criadores culturais e ficou absolutamente isolada, chegando até, às vezes, ironicamente a trazer professores da USP para fazer conferências, quando a questão era haver mais sensibilidade em relação à produção local, não é? Eles tinham reforçado esse aspecto, que alguns chamam de elitista, do universal, da cidade como um todo, e esqueceram aquela experiência regional e esse relacionamento com os produtores culturais locais. Isso foi muito ruim, uma coisa só recuperada em 92, quase quatro anos depois.

Maurício: É verdade. Eu entendo que ocorreram algumas deficiências, algumas falhas. E uma falha foi essa falta de canais fluentes de relacionamento, tanto com os artistas profissionais, como também com os produtores culturais e com o pessoal que faz o chamado trabalho cultural na periferia. Foi uma dificuldade muito grande. A idéia de negar a política do balcão é uma idéia importante. E a política do balcão, a cultura do balcão é muito entranhada, ela está muito impregnada nos meios artísticos e culturais, na visão pragmática, uma visão puramente utilitária.

Pólis: A visão da própria indústria cultural, não é?

Maurício: Exatamente. Mas existe muita gente séria, muita gente sensível, que é crítica

inclusive em relação à política de balcão, e que deveriam ser interlocutores para uma nova prática. Não foram. Inclusive, ficaram muito melindrados por se sentirem acusados, genericamente, como integrantes da cultura de balcão, da prática do balcão. Elas deveriam ser interlocutoras e parceiras dessa política cultural, e isso, infelizmente, não ocorreu: houve essa dificuldade de articulação e de parceria. Também na periferia, existia e existe uma riqueza de experiências culturais muito grande. Na periferia existe, de um lado, a riqueza de manifestações culturais, a diversidade, que é própria da cidade de São Paulo, a multiplicidade de culturas. A política da prefeitura, na gestão Luíza Erundina, teria que dar espaço e estimular essas manifestações, e teria que procurar dialogar também com uma certa cultura daquele militante que faz política na área cultural da periferia. Era preciso saber trabalhar com essas realidades. A realidade dessa multiplicidade de fenômenos culturais que existe espontaneamente, e a necessidade de dialogar com a base do PT, com a militância, que muitas vezes desenvolve um trabalho cultural nos moldes antigos da esquerda. Seria preciso fazer todo um movimento cultural também nesse sentido, e dar uma atenção adequada, dar um peso adequado a essas dimensões, a essas áreas, o que não existia. Concordo com essa idéia de que na ação da secretaria a ênfase foi dada em apostar nas questões densas e fundamentais da política cultural: as bibliotecas, a recuperação do patrimônio histórico, uma série de questões que são realmente muito importantes, que demonstram coragem e seriedade por ter feito isso sabendo que não têm visibilidade, com orçamento escasso, mostra a coerência e integridade intelectual, teórica e política da Marilena. Mas deveria ser melhor articulado com essa parceria, com os produtores culturais. Tanto os produtores culturais na área dos profissionais, dos artistas profissionais, como na área também da periferia. Houve essa deficiência. Uma outra questão em que ficou uma lacuna, uma lacuna muito importante, talvez uma das maiores lacunas, foi a falta de uma política para a área de radiodifusão e de televisão e da comunicação social, da indústria cultural de uma maneira geral. Quer dizer, houve o seminário **Rede Imaginária**, que foi uma

reflexão teórica muito importante. E era necessário que aquilo se articulasse com uma política prática de ação para essa área da comunicação social, que hoje culturalmente é decisiva. A questão da democratização da comunicação é elemento decisivo para a cidadania cultural.

Pólis: Como poderia ter sido a ação, na época, da Secretaria, em relação a essa questão da democratização da mídia?

Maurício: A grande questão teria sido explorar a possibilidade aberta na Lei Orgânica do Município de criação do sistema municipal de radiodifusão. Havia idéias, propostas, de se implantar um sistema municipal de radiodifusão radicalmente democrático. De caráter público e com inovações, em que se aproveitasse fundamentalmente a produção independente: um sistema de rádio e de TV que fosse fundamentalmente um sistema emissor, mas que a produção fosse uma produção da sociedade, uma produção independente.

Uma outra questão em que ficou uma lacuna, foi a falta de uma política para a área de radiodifusão e de televisão

Pólis: O problema realmente do PT é que ele se rende à cultura dominante.

Maurício: Às vezes o PT não sabe trabalhar uma idéia com amplitude, de maneira que ela já surja como algo pluralizado, pluripartidário, de maneira a bloquear o bombardeio do monopólio da comunicação, dos monopólios da indústria cultural que não têm nenhum interesse nesse avanço.

Pólis: Gostaria de falar da questão da relação com a Câmara. No texto Prestação de Contas da Marilena, publicado na Revista do PÓLIS (nº 12), ela fala que teve muita dificuldade, que achava os vereadores muito corporativos. Como você viu essa relação da Secretaria com a Câmara?

Maurício: Olha, eu acho que, no global, não foi um problema específico da Secretaria de

3

Cultura. O governo da prefeita Luíza Erundina não equacionou adequadamente a relação com a Câmara.

Pólis: Você era o líder do governo na Câmara?

Maurício: Houve um período em que fui líder do governo. Pedro Dallari foi líder do governo, Chico Whitaker foi líder do governo e eu fui, por um período, líder do governo. Entendo que isso não foi equacionado no nível que deveria ter sido. Ou seja, de entender o Legislativo como uma instituição fundamental na democracia, e de lidar com o Legislativo segundo essa visão, isto é, uma instância, um fórum democrático fundamental.

Pólis: Mas em nenhum momento, no caso da cultura, houve uma articulação?

Maurício: No caso da cultura, a Câmara anterior refletia muito essa visão tradicional de que a cultura é supérfluo, a cultura é secundário. Na tradição populista, que era e é muito forte na Câmara, isso era muito presente. E, de outro lado, na própria bancada do PT, também estava presente aquela limitação quanto à valorização da

questão cultural, uma certa subestimação da questão cultural. Havia uma realidade adversa na Câmara para a Marilena, porque existia a forte presença dessa visão tradicional do populismo, da política das elites, que é essa visão de subestimação da cultura, e também a falta de uma uniformidade de visão na bancada situacionista em termos de uma concepção mais avançada. Existiram interlocutores, em outros partidos, porque a cultura é algo complexo. Por exemplo, nós tivemos interlocutores do PSDB que se revelavam sensíveis ao diálogo em torno das questões de política cultural. Em particular, o Marcos Mendonça, que tem tido uma atuação na área cultural. Nós tivemos um nível de relacionamento com o Marcos Mendonça que foi muito avançado, inclusive o apoio que a Marilena e a bancada deram àquele projeto de incentivo fiscal que é a Lei Marcos Mendonça, foi algo de uma abertura, de uma grandeza política que é raro na política parlamentar.

O PSDB era oposição, apesar disso, ao reconhecer no projeto dele um projeto positivo, nós apoiamos o projeto, trabalhamos pela sua aprovação na Câmara, eu participei muito disso. A prefeita

Av. Paulista "100 Anos". Outdoor poético



Foto: João Mussolini

sancionou, e embora fosse prerrogativa do executivo, em termos institucionais, fazer a regulamentação, que era um complemento fundamental para a viabilização do mecanismo de incentivos fiscais, na verdade a regulamentação foi feita em parceria com as entidades culturais, com o próprio Marcos Mendonça. Foi uma experiência muito avançada. Embora existam divergências. A visão de política cultural do PSDB, é uma visão da “São Paulo Broadway”, da indústria cultural, do sucesso, a supervalorização do espetáculo, uma visão muito comercial de política cultural. Mas eles se preocupam com isso, eles são interlocutores, você discute política cultural com eles com um grau de interlocução muito satisfatório, e isso foi importante.

Pólis: O que você achou da Lei Marcos Mendonça (Lei de Incentivo à Cultura)? O que era possível fazer? Como a lei iria se desdobrar na prática? Os problemas, as dificuldades que ela iria encontrar?

Maurício: Olha, estou tentando ter um balanço com dados sobre o que foi a Lei Marcos Mendonça, quantos projetos culturais foram financiados, o que isso significa na realidade da cidade e quais projetos se viabilizaram, para tentar destrinchar essa experiência. Eu acho que foi uma tentativa importante, foi um processo de tentar elaborar uma legislação cultural. Teve a Lei Marcos Mendonça, depois a Lei Rouanet, tinha tido a Lei Sarney. A Lei Marcos Mendonça tentou evitar os problemas da Lei Sarney, e foi um passo adiante.

Pólis: A Secretaria participou do debate sobre a Lei Marcos Mendonça?

Maurício: Participou, apoiou a lei, e foi muito importante. O que eu soube é que o número de projetos apoiados somaria algumas poucas dezenas, fala-se de aproximadamente sessenta projetos, e no universo do que existe na cidade de São Paulo é pouco. Há milhares e milhares de eventos culturais, de manifestações culturais, de iniciativas culturais.

Pólis: E qual foi a visibilidade que a Secretaria de Cultura teve para a população?

Maurício: Eu acredito que faltou isso. Foi um processo ingrato. Algumas coisas que era

necessário se fazer, como por exemplo a reforma dos teatros de bairro, foram reformas caras e muito demoradas. Na administração Erundina como um todo, não houve muita agilidade com obras. Nós não tínhamos vivência de administrar obras públicas, havia também toda uma série de cuidados na questão dos contratos, porque o rigor do Tribunal de Contas era um rigor inclusive marcado por parâmetros políticos. Cada medida, cada iniciativa era checada várias vezes pela administração, diante dessa vigilância política, dessa ameaça política do Tribunal de Contas. Com tudo isso, houve muita morosidade nas obras, de uma maneira geral. Por exemplo, quanto aos teatros, teria sido muito importante que o ciclo se completasse, quer dizer, que os teatros fossem reformados com todo aquele nível técnico e que houvesse, depois, um período de apropriação por parte da população daquele espaço cultural.

Na administração Erundina, não houve muita agilidade com obras. Nós não tínhamos vivência de administrar obras públicas, e havia uma série de cuidados na questão dos contratos

Pólis: Isso não aconteceu?

Maurício: Não houve tempo, mas os teatros estão lá, a população viu que houve esse esforço com os teatros, com as bibliotecas. Os usuários das bibliotecas sentiram uma melhora quantitativa. Agora, para a população no seu conjunto, entendo que houve problemas de visibilidade: os eventos que tiveram maior visibilidade foram os espetáculos no Anhangabaú, do Projeto *Venha ao Vale*. Foram muito importantes também os eventos no Parque Ibirapuera. Os eventos de massa deram mais visibilidade. Acho que há ainda outra questão do governo Luíza Erundina como um todo, que foi uma falha na comunicação social. Eu acho que a política de comunicação social foi muito equivocada. Foi uma política baseada na propaganda institucional em TV. A propaganda governamental em televisão não tem credibilidade, é caríssima, e a sua eficácia, no meu entendimento, é muito pequena.

3

Pólis: Você acha que houve uma inversão de prioridades no governo da Marilena na área de cultura? Ela dava muito destaque à cidadania político-institucional dos trabalhadores como uma prioridade, apesar de se entender a cidade como um todo.

Maurício: Acho que houve uma visão avançada, inclusive rompendo com aquela contradição falsa de opor o centro à periferia. Isso foi uma coisa muito importante. Quer dizer, o centro não é um bairro a mais na cidade. O centro é o elemento articulador da cidade como um todo, onde estão presentes os registros da sua história, das suas tradições. Há uma densidade cultural, no centro histórico da cidade, que é uma coisa extraordinária. Além do que, o centro é habitado hoje, fundamentalmente, por segmentos populares e não pela elite. A elite não mora no centro propriamente dito. Essa valorização do centro histórico, inclusive dos equipamentos culturais, dos vários elementos culturais do centro histórico, a revalorização do centro, foi uma experiência que tem uma grande dimensão cultural. Por exemplo, aquela reprogramação visual do eixo Sé-Arouche, a

recuperação das fachadas, dos elementos arquitetônicos e de paisagem, o projeto de transferência da prefeitura com o restauro do Palácio das Indústrias, a política em relação ao Teatro Municipal, a grande reforma da Biblioteca Mário de Andrade, isso corresponde aos interesses dos trabalhadores da cidade como um todo. Entendo que, embora tenha havido essa falha na política cultural na periferia, isso não comprometeu essa inversão de prioridades. Porque é uma visão simplista, uma visão acanhada, achar que inversão de prioridades é concentrar de maneira absoluta as ações culturais na periferia. Isso é um reflexo dessa visão de contrapor periferia e centro. A inversão de prioridades se deu exatamente, e principalmente, quando no conceito, na expressão política cultural, a prioridade passou a ser a cultura e não a política.

Pólis: Qual foi o projeto que mais chamou sua atenção na Secretaria de Cultura?

Maurício: Do ponto de vista pessoal, achei muito importante o **Rede Imaginária**, porque a esquerda tem que fazer uma reflexão

“São Paulo dos Mil Povos” - 25 de janeiro de 1991. Inauguração da Casa do Acervo Afro-Brasileiro



Foto: Sossó Parma

profunda, sobre a questão da televisão, da comunicação: a questão da comunicação é, hoje, uma questão fundamental na democracia, na sociedade de massas, no mundo moderno. E a esquerda não tem acúmulo de uma reflexão sobre isso. Essa é uma questão essencial, e uma questão política de primeiríssima ordem. Entendo que o país viveu uma experiência marcante, que foi a eleição do Collor pelo partido da mídia eletrônica, pelo partido Rede Globo. Em 89 eu acho que houve uma disputa radical: de um lado, o partido político, propriamente dito, e a organização da sociedade civil, os movimentos. E, de outro lado, o partido da mídia eletrônica, a Rede Globo, a manipulação, o marketing político. E a verdade é que venceu essa segunda força. O que mostra que para se fazer reformas no Brasil, para se avançar numa perspectiva de uma transformação efetiva, é preciso enfrentar o desafio da comunicação, da televisão. Para mim, aquele seminário foi muito importante, pessoalmente. E também aquela questão da revalorização cultural do centro. Porque tal questão tem outras implicações: ela tem inclusive uma dimensão urbanística fundamental, e a dimensão urbanística é essencial quando se fala em política municipal; ela envolve a questão do papel do Poder Público, do investimento público.

Pólis: Qual o impacto que Projetos Especiais, tais como: Rede Imaginária e Curso Ética, tiveram na cidade?

Maurício: O impacto na cidade como um todo foi pequeno. Primeiro porque no caso do Rede Imaginária acho que houve realmente uma certa incompletude. Era uma reflexão teórica, uma reflexão filosófica, uma reflexão fundamental. Sem uma reflexão teórica sobre a televisão, a comunicação, você cai no puro pragmatismo, e acaba reproduzindo, sem perceber, a cultura dominante nesse campo. Por outro lado, faltou que o Rede Imaginária se desdobrasse, traduzisse essa reflexão em ações práticas na área da comunicação. Nesse sentido, o impacto e a repercussão desses projetos na cidade foram limitados. Aliás, quando se tratava da questão prática, sobretudo nos três primeiros anos, a coisa emperrava um pouco, a coisa não tinha

fluência, não tinha a amplitude que seria desejável.

Pólis: Você não acha que faltou nesse próprio espaço dos eventos especiais, ou em outros, uma reflexão mais de fundo sobre o ethos urbano, sobre a cidade de São Paulo? Sobre as condições, os valores, a cultura, de uma maneira geral, enquanto significação, enquanto valores, enfim, enquanto modos de vida?

Existe a questão urbana, no sentido urbanístico, que tem uma dimensão cultural fundamental em termos de valores. Aí deveria haver uma articulação entre planejamento urbano e cultura

Maurício: Eu acho que, embora tenha havido aquela preocupação com a *São Paulo dos Mil Povos*, que foi uma preocupação muito avançada, era importante essa articulação cultural entre a Secretaria da Cultura e a questão urbanística, a questão urbana de uma maneira geral. Existe a questão urbana, no sentido urbanístico, que tem uma dimensão cultural fundamental em termos de valores, aí deveria haver uma articulação entre planejamento urbano e cultura.

Pólis: Você não acha que o problema de comunicação entre as secretarias e os departamentos dentro da Secretaria de Cultura está relacionado à equipe e às posições particulares de cada projeto?

Maurício: Acho que sim. A necessidade de uma reforma administrativa na cidade de São Paulo era uma necessidade real. Há uma estrutura administrativa que tem esse efeito de “departamentar” as secretarias entre si, bloqueando a integração e a descentralização. Mas a necessidade de uma reforma administrativa é uma necessidade real, fundamental. Não se conseguiu avançar porque isso esbarra em interesses do conservadorismo, em toda uma cultura burocrática estabelecida, com interesses poderosos de corporações. Então isso ficou bloqueado pelos opositores da direita, pelo

3

conservadorismo, em relação à reforma administrativa. Além disso, o governo da Luíza teve uma fragilidade que foi a falta de uma articulação política que totalizasse a ação do governo. Acho que faltou o que é chamado de comando político do governo. Isso faz parte das necessidades da ação governamental. No caso da presidência da república, são aqueles assessores que compõem o comando político central, chamados “ministros da casa”, os que fazem a reunião das nove horas com o presidente da república, aqueles que são os quadros políticos que articulam e coordenam as políticas.

Pólis: Os conselheiros do rei.

Maurício: É, conselheiros do rei, que dão essa globalização ao governo.

Pólis: Ficou um pouco colcha de retalhos.

Maurício: É, na administração da Luíza Erundina faltou isso. E não dá só para o chefe de governo fazer, porque é um volume muito grande de funções e atividades. É preciso ter uma equipe central com quadros políticos do

governo. Houve uma fragilização na gestão da Luíza das funções políticas. Faltou uma equipe com essas características, ligada diretamente à prefeita e que cuidasse dessa costura global, dessa globalização permanente das ações de governo. Ao lado da estrutura administrativa vigente, que é marcadamente departamentada, isso acentuou essa compartimentação entre as secretarias. E, de outro lado, no caso da Marilena, ela esbarrava naquela cultura existente no PT, que ainda não tinha estabelecido que a cultura é prioritária, que não deve haver uma hierarquia: Saúde, Transporte, Educação e, depois, Cultura.

Pólis: A Marilena Chauí coloca, no texto de Prestação de Contas, que os empresários fazem parceria para tirar dividendos e lucros dessa relação. O que você pensa disso?

Maurício: Eu acho que houve essa limitação. Penso que a Marilena, intelectualmente, tem essa visão aberta à parceria. O problema é que para estabelecer as parcerias é preciso entrar no campo prático da articulação política, das relações práticas, do relacionamento com

“Venha ao Vale” - Festa Junina - 1992



Foto: K. K. Alcover

possíveis parceiros, todo um trabalho em equipe que faça política nesse sentido. Relativo a isso, houve uma certa limitação.

Conceitualmente, em termos de visão, a Marilena tinha visão. Eu acho realmente que em muitos espetáculos há inteira compatibilização desses eventos de massa, que têm grande público, com o patrocínio da iniciativa privada. Isso é melhor, pois não se gasta dinheiro da prefeitura e reserva-se o dinheiro da prefeitura para apoiar o que não é de interesse da grande publicidade, da iniciativa privada.

Pólis: A última pergunta: quando tudo isso passar, daqui a 500 anos, quando nem o Esteves nem a Tabacaria estiverem de pé (referente a verso de Fernando Pessoa), o que fica disso tudo? O que fica dessa política cultural? Fica alguma grande realização, fica uma concepção, o que fica?

Maurício: Primeiro, a cultura, a realidade cultural existe e acho que ela tem uma força extraordinária, que a esquerda tradicional não foi capaz de avaliar. Eu acho que hoje uma série de fenômenos de grande força, de grande impacto no mundo, têm uma base cultural. Hoje o mundo se dá conta, vai se dando conta, da importância da questão cultural e de como ela está subjacente nas realidades explosivas do próprio mundo. O Brasil vive riscos muito grandes. O Brasil precisa repensar institucionalmente a sua diversidade econômica, em termos regionais, e em termos também de cultura. Porque há uma articulação entre a diversidade sócio-econômica e a diversidade cultural. É preciso romper essa má tradição de uma república que se diz federativa, mas na realidade é unitária, tem a pretensão do unitarismo. A cultura local existe. E há um avanço, apesar de todos os percalços, há um avanço de percepção, há um avanço cultural na cidade de São Paulo. Hoje a preocupação com as questões urbanísticas, com a questão do meio ambiente urbano, a questão da paisagem urbana, é uma

preocupação ainda incipiente mas tem a força do novo. O movimento da Faria Lima é um movimento também cultural e muito forte. Um movimento que discute qualidade de vida urbana, meio ambiente urbano, rumos da cidade. É marcante o fato desse movimento ter surgido, ter tido a força que tem, ser capaz de obstaculizar, resistir ao rolo compressor do prefeito. E desligado dos partidos: não é ação dos partidos mas é um movimento autônomo.

Hoje o mundo vai se dando conta da importância da questão cultural e de como ela está subjacente nas realidades explosivas do próprio mundo

Isso é reflexo de uma realidade cultural que evoluiu na cidade e de uma sensibilidade da cidade para certas questões. Tudo isso tem também a presença dos elementos culturais disseminados, de alguma forma, na administração Luíza Erundina. Não só disseminados pela administração, mas aflorados pelo fato da administração ter permitido democraticamente que esses elementos viessem à tona, se expressassem. Os elementos que estão presentes na oposição à extensão da Faria Lima, formam um saldo eventualmente não reconhecido, não visto como tal, mas é um saldo da experiência Luíza Erundina. Não como mérito do PT, não é isso, mas é por ela ter sido uma administração democrática. Então, acho que isso foi uma marca importante. E como o ambiente democrático é essencial para que venham à tona os elementos culturais, a discussão de valores, acho que esse saldo, incompreendido até pela cidade, esse saldo existe independente de que a cidade compreenda, está vivo e pulsando. E acho que a Marilena teve um papel importante nisso.

ADMINISTRAÇÃO CULTURAL EM SÃO PAULO: 1989-1992 (UMA DISCUSSÃO PRELIMINAR)

4

Claudio Willer*

A gestão de Marilena Chauí à frente da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, de 1989 a 1992, destacou-se em um período sombrio na história da administração cultural pública brasileira. Por um efeito de contraste, tornaram-se mais visíveis suas qualidades. Outros dirigentes de órgãos culturais públicos, mais ou menos contemporâneos ou coincidentes, pareciam ter como objetivo a execução de uma política de terra arrasada, desmantelando o que havia sido feito de positivo por seus antecessores, interrompendo programas e permitindo a deterioração de equipamentos. O principal exemplo desse tipo de comportamento foi dado pela passagem, felizmente breve, de Ipojuca Pontes na Secretaria da Cultura da Presidência da República, no início do governo Collor. Mas merecem igualmente ser incluídos na lista dos pontos baixos da administração cultural, na área estadual, os primeiros dois anos e meio do governo Fleury com a interrupção desnecessária de programas de seu antecessor. E também, em nível municipal, antecessores de Marilena Chauí, responsáveis diretos por dificuldades que ela teve que enfrentar.

Tais desastres na administração cultural têm algo a ver com o modo como se processou a redemocratização brasileira, através de um rearranjo e acomodação de forças, sem uma ruptura real com o "status quo" anterior. Faltou, por isso, uma renovação efetiva nas práticas da administração pública e nos seus compromissos com o interesse da sociedade. Desde o início dos anos 80 sucederam-se, por isso, ocupantes de cargos públicos que não aparentam viver qualquer contradição entre um discurso democratizante e uma prática autoritária, reincidindo nos mesmos velhos métodos de administração pública, fiéis à tradição que permite configurar o Brasil como sociedade cartorial.

A ruptura não chegou a ocorrer plenamente na administração municipal de São Paulo, no período de 1989 a 92. Talvez nem seja o caso de cobrá-la, tendo em vista os limites de uma administração municipal navegando contra a correnteza sem perspectiva de apoio por parte das forças políticas instaladas no governo federal e estadual. Assim, o mérito maior que pode ser atribuído à gestão de Marilena Chauí foi ter sido capaz de reverter um processo de sucateamento da Secretaria Municipal de Cultura, corrigindo suas conseqüências e entregando-a a seu sucessor no cargo em muito melhor estado do que a encontrou. Houve empenho na recuperação da infraestrutura, dos equipamentos danificados ou deteriorados. Entre outros, as bibliotecas, especialmente a Mário de Andrade, reformada e reequipada; o Teatro Municipal, com sua reforma concluída, e mais alguns dos teatros de bairro reformados e reabertos, como o Martins Pena e o Paulo Eiró; e, parcialmente, o Centro Cultural São Paulo, devolvendo-lhe condições mínimas de funcionamento.

Esse tipo de trabalho deve ser destacado, por seu caráter meio subterrâneo, menos ostensivo que a realização de espetáculos, ciclos de conferências, mostras, inaugurações de novos equipamentos e instalações, e demais iniciativas diretamente dirigidas ao grande público e à mídia. Além disso, obriga a dar um desconto com relação ao que sua gestão deixou de realizar, a projetos incompletos ou que não saíram do papel. A recuperação de equipamentos, além de ser cara e complicada, enfrenta os habituais atrasos na liberação de recursos, e consideráveis dificuldades técnicas, como no caso do Solar da Marquesa de Santos, onde foi feita uma restauração. Tudo isso retarda ou bloqueia o andamento de

* *Escritor e Poeta; Presidiu a União Brasileira de Escritores de 1988 a 1992*

4

outros programas. Os casos mais evidentes são os do Centro Cultural São Paulo e da Biblioteca Municipal Mário de Andrade: as reformas paralisaram suas atividades e interromperam a prestação de serviços ao público nesses lugares.

Esse aspecto da administração cultural petista contrasta com um viés comum nos dirigentes públicos brasileiros. Ansiosos por mostrar a que vieram, movidos por um exibicionismo mais ou menos consciente, muitos deles tendem a protelar a solução desses problemas, sacrificando verbas para manutenção e reparos em favor do que os marcaria como inovadores ou realizadores.

A gestão municipal, teve o senso de oportunidade de incorporar alguns profissionais da administração federal, de elevada competência, colocados em disponibilidade ou demitidos em 1990

Isso não significa, é claro, que Marilena Chauí tenha se limitado ao papel de mestre de obras, executora de reformas e reparos. Não faltaram programações culturais dos mais diversos tipos. Dentre essas, destacam-se os ciclos de palestras, dando continuidade aos que vinham sendo feitos no âmbito da

FUNARTE, na área federal, antes da intervenção desagregadora de Collor e Ipojuca. Esta contribuiu, inadvertidamente, para a melhora da gestão municipal, que teve o senso de oportunidade de incorporar a seus quadros alguns profissionais da administração cultural federal, de elevada competência, colocados em disponibilidade ou demitidos em março de 1990. Além disso, registrou-se, a partir dessa data, solidariedade e colaboração entre a administração municipal e setores da sociedade - entidades culturais e outros - que se mobilizavam para resistir ao arbítrio collorido. Assim, ao provocar a reedição do clima de resistência cultural dos últimos anos do regime militar, o governo Collor, sem querer, forneceu quadros e diretrizes adicionais a uma gestão que, em seu primeiro ano, ainda não havia mostrado como iria transpor a distância entre seus propósitos e uma prática até então inexpressiva.

Ainda a acrescentar, no rol das qualidades e aspectos positivos, a honestidade e transparência no trato de algumas questões essenciais. Para os dirigentes de entidades culturais que acompanharam a implantação da Lei Mendonça de incentivos fiscais municipais, isso ficou evidente. Afinal, foram quantias equivalentes a milhões de dólares a

Bienal - exposição - Índios no Brasil



Foto: K. K. Alcover

cada ano, destinadas a projetos culturais, administrados por uma comissão de maioria não-governamental, formada por representantes de entidades culturais. Tais recursos não sofreram qualquer tentativa de dirigir, controlar ou instrumentalizar sua destinação em favor de metas e interesses da Secretaria. Houve isenção e obediência às regras do jogo propostas pela lei, em um caso particular, um dos muitos exemplos possíveis, de aplicação da idéia de república como sinônimo de “res publica”, em que Marilena tanto insistiu.

Onde a gestão de Marilena Chauí suscita indagações é ao ser confrontada com seu próprio programa de trabalho. Seu projeto nem de longe era apenas fornecer uma programação de qualidade e administrar da melhor forma possível os equipamentos da Secretaria. Ela e o programa do PT prometiam mais que uma administração eficiente. Ficou claro, nos pronunciamentos reiterados e sintetizados em seu relatório final (republicado no número 12 da Revista *Pólis*), o propósito de promover transformações radicais, interferindo de modo profundo na cidade, nas relações da população com a cultura. Colocando as coisas de outro modo, uma gestão que poderia ser avaliada sem restrições, caso Marilena Chauí se chamasse Fernando Morais, Jorge da Cunha Lima ou Fábio Magalhães, revela-se insatisfatória por ter à sua frente a autora de um livro como *Cultura e Democracia*, e uma personalidade influente na elaboração do programa de seu partido. A cobrança e o questionamento de alguns de seus resultados (ou da falta de resultados) é, portanto, diretamente proporcional ao nível de expectativa criado. O que se esperava, além de uma administração competente, era a execução do programa do PT e de suas contribuições pessoais, da própria Marilena, a esse programa; portanto, que houvesse avanços significativos na realização de uma democracia cultural.

A principal dessas indagações refere-se ao que é central em seu projeto, à própria idéia de cidadania cultural e de consolidação dos direitos culturais. Em seu relatório, Marilena faz uma listagem de atividades, programas e iniciativas que teriam garantido o exercício dos direitos culturais, subdivididos em

direitos à informação, à fruição cultural, à produção cultural e à participação. Dessa lista constam coisas como a gratuidade dos serviços e eventos da Secretaria, a realização de espetáculos gratuitos e a preços populares, os auxílios e subvenções à produção cultural, a cessão de espaços da Secretaria para grupos e movimentos culturais, as palestras, debates, cursos, seminários, publicação de livros, revistas, boletins, catálogos, e mais a melhora e ampliação dos serviços das bibliotecas, exposições de artes plásticas, etc.

A principal dessas indagações refere-se ao que é central em seu projeto, à própria idéia de cidadania cultural e de consolidação dos direitos culturais

No entanto, a maior parte do que está arrolado nesse balanço final corresponde ao que qualquer administração cultural honesta e competente deveria fazer. Se tudo isso é exercício da cidadania cultural, então outras administrações também a exerceram. Portanto, de duas uma: algumas das administrações do PMDB no governo estadual de São Paulo, de outros partidos em outros lugares, e mais a administração federal em seus melhores momentos, também promoveram avanços na prática da cidadania cultural; ou então, o conceito de cidadania cultural, usado desse modo, com essa amplidão de significado, vai perdendo seu sentido, esvaziando-se à medida que se torna sinônimo de administração cultural capaz de cumprir suas obrigações. O paradoxo acentua-se, diante da observação de que muito do que foi elencado nesse relatório teve continuidade na administração Konder, demonstrando que os conceitos de cidadania e democracia cultural foram mesmo utilizados de modo impreciso e demasiadamente amplo. Uma explicação parcial do paradoxo aparece ao admitir-se que nenhuma administração cultural, seja ela do PT, do PMDB, do PPB, etc., governa sozinha; todas, exceto em momentos de delírio como o encarnado por Ipojuca Pontes, são obrigadas a atender a demandas, exigências e pressões de entidades e instituições culturais, do público, de artistas e intelectuais, de segmentos da elite cultural e da mídia.



Foto: K. K. Alcover

Série "Banco Nacional do Meio Dia", 29/05/92 - "Olodum"

O específico da cidadania e democracia cultural, aquilo que não chove no molhado ou é recorrente com relação a programas e práticas de outras matrizes ideológicas e correntes partidárias, estaria em seu item sobre o direito à participação, incluindo coisas como a co-gestão nas Casas de Cultura, criação de um Conselho do Teatro Municipal, implantação do CONPRESP e de um Conselho Municipal de Cultura. É justamente nesse campo, da institucionalização de meios de participação democrática, que podem ser apontados erros, falhas, omissões e atrasos desnecessários. Assim, no Teatro Municipal, depois de uma experiência inicial de co-gestão (mas com seus corpos estáveis, e não com entidades e instituições exteriores a esse órgão), voltou-se à administração centralizada, com todo o poder concentrado nas mãos de seu diretor artístico, provocando uma grande polêmica. Estranhamente, o CONPRESP, um colegiado ligado à política de preservação do patrimônio, teve mantida a mesma composição da administração Jânio Quadros, com maioria de membros indicados pela própria prefeitura e minoria de representantes da Sociedade Civil. Quanto ao Conselho Municipal de Cultura, sua implantação foi retardada por dois anos de reuniões e debates

em plenárias, e acabou ocorrendo na gestão seguinte, ou seja, na atual administração municipal. Esse fato vem a propósito do paradoxo enunciado acima, e da resposta a ele: tanto em um caso como em outro, da administração petista ou malufista, o progresso na criação e instalação desse Conselho deveu-se às pressões e exigências de entidades culturais interessadas em sua existência.

Assim, o saldo real de experiências de participação democrática nesse período consistiu na participação das entidades representativas de artes cênicas na programação do TBC (cuja recuperação e integração à administração pública foi um ponto positivo da gestão Marilena), na implantação da CAAPC, a comissão de seleção de projetos candidatos ao benefício fiscal previsto na Lei Mendonça, e no reconhecimento como interlocutor, principalmente nos últimos dois anos da sua gestão, de um comitê de entidades culturais.

Finalmente, com relação às casas de cultura e à ação cultural regionalizada, foram dadas inúmeras voltas para não se chegar a lugar algum. Por mais que Marilena Chauí e sua equipe sejam críticos do populismo, cabe

indagar se não incorreram nos mesmos tipos de erro do projeto “cultura na cidade” da gestão Covas-Guarnieri, de 1983 a 1985, superestimando o nível de organização e vitalidade de movimentos populares de cultura, associações culturais de bairros e regiões da periferia, etc., atribuindo-lhes um alcance que na realidade não tinham. Nas duas ocasiões, o epílogo dessa tentativa foi o mesmo: terminada a gestão, tais movimentos, grupos e demais modalidades associativas, que seriam os gestores das Casas de Cultura, desapareceram de vista. E deixaram a mesma dúvida: o que, disso tudo, era composto por algum tipo de mobilização apartidária ou suprapartidária, ou por quadros militantes, respectivamente do PMDB e adjacências, entre 1983 e 1985, e do PT, entre 1989 e 1992? Não serve como argumento dizer que foi praticado o desmantelamento dessas organizações, com a ruptura da política participacionista na administração seguinte: nos dois casos, de Jânio sucedendo-se a Covas, e Maluf a Erundina, a imediata mudança de orientação nessa área só foi possível por causa de uma fragilidade intrínseca do projeto. Assim como, para que ela prosperasse, caso o PT houvesse conseguido eleger o sucessor de Erundina, teria sido necessário um disfarçado paternalismo, uma certa dose de tutela por parte da administração pública.¹

Essas descontinuidades contrastam com a capacidade de resistência e sobrevivência demonstrada pelas assim chamadas entidades, os sindicatos e representações associativas, como, por exemplo, a União Brasileira de Escritores, o Sindicato dos Artistas, a associação dos Cineastas, etc. Tais modalidades associativas receberam pouca atenção de Marilena e sua equipe, no início, e acabaram ocupando um espaço provocado pela ausência de outros interlocutores não-governamentais. Em particular, pelo evidente fracasso de uma política de consultas a plenárias como instrumento democrático, não só na área cultural, mas em toda a administração de Luíza Erundina. As plenárias, uma tentativa de prática da democracia direta, em contraposição à mediação sindical e de outras representações (sempre colocadas sob suspeita de corporativismo), revelaram-se um jogo de

espelhos, uma instância referendadora, sem que houvesse clareza sobre quem falava em nome do que, ou seja, qual era sua real representatividade.

Como o PT se proclama partido “democrático e popular”, a reavaliação dessas tentativas de democracia direta e de trabalhar com setores periféricos e marginalizados da população adquire especial interesse. A meu ver, a pergunta de como seria realizada essa democracia, sem reincidir na mediação sindical, com seu viés corporativista (principalmente no caso de organizações de trabalhadores em estatais e outros órgãos públicos...), ou em movimentos setoriais e específicos (como os dos sem-terra e sem-teto), ou sem reeditar apenas um participacionismo social-democrata, continua sem resposta.

Os sindicatos e representações associativas receberam pouca atenção de Marilena e sua equipe no início, e acabaram ocupando um espaço provocado pela ausência de outros interlocutores não-governamentais

Interligada a essa questão há outra, também insuficientemente respondida pela gestão Marilena: a da relação entre administração cultural pública e indústria cultural. O tremor de terra abalando o prédio do MASP durante o show de Daniela Mercury, mais as multidões acorrendo ao Anhagabaú para ver alguns dos astros do “show business”, mostram que não houve a pretendida separação radical ou uma relação antagônica entre a ação da Secretaria Municipal de Cultura, de um lado, e os interesses dos produtores fonográficos, emissoras de rádio e TV, etc., de outro. E o que aconteceu, ou o que deixou de acontecer no âmbito das casas de cultura, da ação cultural regionalizada e, de um modo geral, nas tentativas de políticas culturais descentralizadas, leva a suspeitar que foi subestimado o papel da indústria cultural como formadora do gosto, das expectativas e das demandas culturais da maioria da população. É o caso de se perguntar se aqui,

¹ Nove Casas de Cultura no final de 1992, atualmente, catorze Casas em pleno funcionamento.

4

assim como na questão da cidadania cultural e das tentativas de democracia direta ou participativa, não seria necessário um avanço teórico, um maior refinamento conceitual na compreensão da ação dos monopólios da comunicação, e no planejamento das estratégias para enfrentá-los.

Finalmente, a ação maléfica, intrinsecamente imobilista, da burocracia na administração pública foi exemplarmente analisada nos depoimentos e relatórios de Marilena Chauí e de sua equipe. Contudo, em momento algum foi apresentado um

projeto viável e consistente de reforma administrativa (por exemplo, a descentralização através da criação de fundações culturais). Provavelmente, a gestão de Marilena Chauí terá deixado, como contribuição, não só o respeitável elenco de suas realizações efetivas, mas também a demonstração da urgência de se avançar na compreensão de questões como a da democracia cultural, da ação da indústria cultural e da reforma administrativa e desburocratização dos órgãos públicos.

O presente artigo havia sido escrito em 1993. Para atualizá-lo, foram feitas pequenas correções. A partir de 1994 o autor passou a trabalhar como Assessor Cultural na Secretaria Municipal de Cultura. A gestão da qual faz parte deverá ser avaliada e discutida em um momento oportuno pela Revista Pólis; por isso não houve qualquer acréscimo ao que já havia sido escrito, exceto a segunda nota.

DEMOCRACIA CULTURAL E BIBLIOTECAS PÚBLICAS: A GESTÃO *MEXE COM TUDO*

5

Maria Conceição A. Sepúlveda*

A chegada de Marilena Chauí e sua equipe à Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo provocou um rebuliço geral. Na área de bibliotecas, então, nem se fala. Esses petistas chegaram com tanta vontade, ciscando por todos os lados, que foi chamada de a gestão “mexe com tudo”. Ainda hoje, passados tantos anos, é lembrada pelos funcionários como “a que fez pensar; que obrigou as pessoas a refletir o seu dia a dia, a se expor, a ter compromisso; a que trouxe tantas novidades que deixou todo mundo nervoso”.

Que a política cultural implantada pela gestão Chauí foi uma experiência pioneira e inovadora, entendendo-se inovação como a ruptura com práticas e posturas tradicionais e novos modos de implementar a ação cultural (Faria, 1993), é um fato; é um fato também que as bibliotecas públicas em todo país estão adotando a idéia de “Biblioteca do Cidadão” como sua prioridade de governo.

O que indagamos é até que ponto o desencadeamento dessa nova forma de encarar o equipamento público “biblioteca”, todo o investimento na área, alterou as relações funcionário/biblioteca/população na cidade de São Paulo. A história mostra que inovação não condiz muito, ou melhor, nem um pouco com biblioteca serviço público. Nossa intenção aqui é, com base em depoimentos, documentos da e sobre a questão, e em nossa própria vivência à época, como funcionária do ônibus-biblioteca, tentar qualificar o que foi esse “mexe com tudo”, se realmente mexeu, com o que mexeu, enfim, em que desestabilizou o estabelecido.

AS BIBLIOTECAS E A DEMOCRATIZAÇÃO DA CULTURA

As bibliotecas públicas, como as conhecemos hoje, surgiram na segunda metade do século XIX, nos Estados Unidos e

Inglaterra. Num contexto histórico mais amplo de luta por igualdade de direitos e acesso a equipamentos públicos, as bibliotecas, assim como as escolas, foram criadas para “democratizar a cultura”.

“A democratização da cultura permite o acesso de todos, particularmente dos excluídos, da vida cultural organizada quase sempre sob o controle das elites. É necessário que oportunidades, conhecimentos, artes e equipamentos estejam acessíveis aos cidadãos”. (Faria, 1994:74)

Partindo dessa definição, podemos afirmar que o equipamento cultural biblioteca não conseguiu, no Brasil, concretizar, e muito menos ampliar, seus objetivos iniciais. Descrito como elemento importante para o desenvolvimento cultural de uma cidade, é o mais freqüente equipamento nas cidades brasileiras (Milanesi, 1989). Como a preocupação dos políticos brasileiros é para com os aspectos extrínsecos da educação e da cultura, as bibliotecas são inauguradas aos rodos - com os mais variados aspectos.

Até que ponto o desencadeamento dessa nova forma de encarar o equipamento público “biblioteca”, todo o investimento na área, alterou as relações funcionário/biblioteca/população na cidade de São Paulo

Sem recursos orçamentários mínimos que as alicerzem e as mantenham, não passam de estruturas ocas, funcionando a duras penas com doações de acervo e equipamentos e com a boa (ou má) vontade de seus funcionários. Com honrosas exceções, estão cada vez mais

* Bibliotecária; Organizadora do CDI - Centro de Documentação e Informação do Instituto Pólis



distantes da população, não cumprem ou cumprem mal a função social a que vieram - oferecer ao cidadão os meios de acesso à leitura e formação.

A um passo do ano 2000, o perfil que define as bibliotecas públicas pode ser assim adjetivado: é passiva - depositária de suportes de conhecimento; não é promotora nem geradora de novos conhecimentos; vai sempre a reboque de outras instituições. É desarticuladora - não veicula a idéia de cultura como algo integrado, estruturado; não vê a si mesma como centro cultural, ainda que trabalhe com tópicos específicos (Almeida Júnior, 1994). É elitista - atende a poucos e veicula o discurso de "informação como direito de todos". Não é engajada na educação contínua - funciona como uma espécie de banco onde as pessoas, principalmente os estudantes, 80% de sua clientela, vão

consultar ou emprestar obras para a tal "pesquisa escolar" (Milanesi, 1989). Seu espaço é burocrático - não "convida", não "seduz" o público em geral a frequentá-lo; os poucos que se aventuram a entrar nesse "templo do saber" muitas vezes desistem de buscar a informação de que necessitam face à quantidade de obstáculos a serem transpostos; privilegia-se a conservação das coleções e não o leitor, a forma e não o conteúdo, a padronização de técnicas em detrimento das necessidades e demandas específicas de informações. É um espaço que também restringe o conhecimento pois não há circulação nem interatividade de informações. O bibliotecário, que via de regra deveria ser o elemento-chave na intermediação entre aquele que busca e a informação, não é valorizado enquanto profissional, continua despreparado, conceitual e metodologicamente, para trabalhar com a população em geral; desconhecendo sua clientela e a cidade, a rigidez, a padronização com que atende as diversas demandas dão mostras disso e o identificam a todo instante com o perfil da biblioteca pública e com a história de sua profissão. "A história da biblioteconomia é linear, redundando no próprio caráter retrógrado e conservador da área. A idéia do avanço, do progresso cumulativo, sem possibilidade de quebras e transformações, de desvios, é aceita e defendida como verdade absoluta não só pela maioria dos que estudam a área, como também pelos profissionais que nela atuam" (Almeida Júnior, 1994).

BIBLIOTECAS COMO PRIORIDADE DE GOVERNO

À época da elaboração do orçamento para 1990 para a Gestão Luíza Erundina, consultas feitas à população revelaram que na área cultural, a maior solicitação era pela ampliação e reforma da rede de bibliotecas. Para Marilena Chauí isso foi decisivo para destacar as bibliotecas como uma das suas prioridades de governo; a outra prioridade foram as casas de cultura. E a preocupação dessa vez foi para com os aspectos intrínsecos: mexer no invisível. Ao formular a política cultural para as bibliotecas, veio à tona uma paixão, uma intimidade com o livro, com a leitura, a visão de quem conhece sua

verdadeira função social. “Eu sou uma Secretária que escreve e cuja vida se deu no meio dos livros. Eu tenho a certeza de que se eu fosse atriz, se eu fosse pintora, se eu fosse vendedora de uma joalheria, a Secretaria de Cultura de São Paulo teria outra dinâmica” (Chauí, 1989b). De acordo com a Secretária, a cidade de São Paulo deveria ter 500 bibliotecas para atender à grande maioria da população. Mas, como criar novos prédios se os equipamentos culturais existentes estão deteriorados, sem acervo e sem recursos humanos? Para dar corpo à proposta de tornar as bibliotecas um lugar digno tanto para a população como para os funcionários, as diretrizes foram alicerçadas em três pontos:

- atualização do acervo
- reformas estruturais dos prédios e reequipagem material
- aprimoramento do quadro funcional

O ACERVO DA BIBLIOTECA DO CIDADÃO

“Os investimentos públicos no Brasil costumam ser divididos em duas categorias: a das obras que aparecem e das obras que não aparecem. Reza a tradição que o político que quiser se reeleger não deve jamais se dedicar a realizações invisíveis, como por exemplo canalizações de água e esgoto subterrâneos. Obra embaixo da terra não dá voto, dizem. Segundo esse critério, um governante que gaste US\$ 5 milhões na compra de livros para bibliotecas públicas não deve estar em perfeito gozo de suas faculdades mentais. Pois é exatamente essa saudável “insanidade” que acaba de ser cometida na Prefeitura de São Paulo pela secretária municipal de cultura, a filósofa Marilena Chauí. Ela desencadeou uma verdadeira “revolução cultural” ao reservar 7% do orçamento total de sua pasta, (ou 2% do orçamento geral da prefeitura), para a aquisição de 300 mil livros...” (Isto É/Senhor nº 1084, 27/8/90)

“As 29 bibliotecas públicas e as 34 bibliotecas infanto-juvenis do município tiveram seu acervo praticamente dobrado com essa aquisição. Nada parecido foi feito nos últimos trinta anos desde que o escritor Mário de Andrade deixou a direção da Biblioteca que leva o seu nome” (Pena, 1990). Há que se considerar a quantidade, que veio

suprir uma carência histórica, como frisou o então secretário estadual de cultura, Fernando de Moraes, e há que se considerar principalmente a forma como foram escolhidas as obras. Participaram da escolha a direção e equipe das bibliotecas infanto-juvenis e das bibliotecas públicas; intelectuais e especialistas de diversas áreas do conhecimento, que, a partir de catálogos de editoras brasileiras e estrangeiras, escolheram a biblioteca fundamental das suas áreas. O melhor da produção nacional foi adquirida e as obras estrangeiras abrangeram 87 países. Essa “ousadia” da Secretária de Cultura para benefício da população não foi uma atitude isolada na Gestão Erundina.

De acordo com a Secretária, a cidade de São Paulo deveria ter 500 bibliotecas para atender à grande maioria da população

Também a Secretaria Municipal de Educação fez uma volumosa compra de livros para abastecer os acervos das bibliotecas das escolas municipais. Em um ano, segundo dados da Secretaria Municipal da Educação, foram adquiridos 89 mil volumes, o que significa três vezes mais do que o total comprado na gestão anterior. Assim como na Cultura, a compra de livros veio acompanhada de outras realizações: criação de salas de leitura para 90% do total das escolas, funcionando em horário extensivo a todo período escolar e com professor responsável (Jbi n.4:13).

REESTRUTURAÇÃO INTERNA DAS BIBLIOTECAS E AS REFORMAS DOS PRÉDIOS

“As bibliotecas públicas são o espaço para a socialização dos conhecimentos, para a convivência entre os leitores cidadãos...”
(Chauí, 1989)

Para que as 64 bibliotecas municipais pudessem ser preparadas para trabalhar integradas entre si e a outros equipamentos, houve a tentativa de se criar a Coordenadoria Geral de Bibliotecas, que seria responsável pela implementação das diretrizes culturais e políticas para todas as bibliotecas. Para que

5

isso se efetivasse, haveria a necessidade de uma legislação específica que modificasse o atual sistema de bibliotecas, o que acabou não ocorrendo; foram muitas as dificuldades de aprovação de projetos que dependiam de legislação específica ou modificações da atual em todo o decorrer da gestão pois o Partido dos Trabalhadores não tinha maioria na Câmara nem uma política de alianças representativa. As modificações práticas que resultariam dessa nova estrutura seriam: unificação dos acervos, dos orçamentos, das aquisições de livros e do processamento técnico. “Será uma experiência totalmente diferente para os profissionais de biblioteca lidar com estes dois tipos de público. Para a população vai ser uma grande vantagem. É muito bom para um cidadão de qualquer idade poder entrar em uma biblioteca e pedir qualquer tipo de livro”, comentou a então diretora de bibliotecas públicas, Isaura de Oliveira Santos (Jbi n.2:8). “Falar em democratização da leitura com diferença de acesso nas bibliotecas públicas, por faixa etária, não tem cabimento...”, é trecho da entrevista de Maria Conceição Cerqueira de Oliveira, diretora do Departamento de

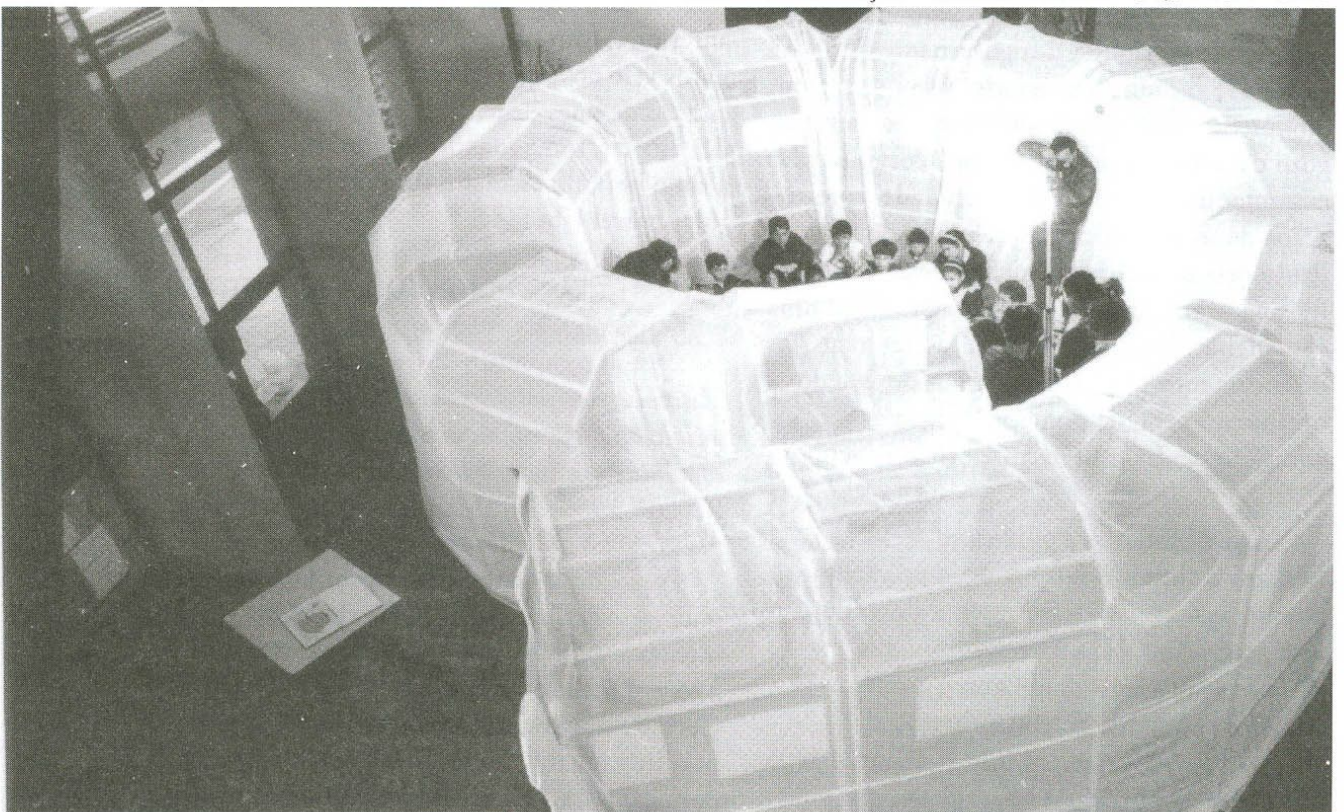
Bibliotecas Infanto-Juvenis (Jbi n. 4:16). Essas declarações de profissionais que trabalham há anos em bibliotecas vem reforçar e ratificar a importância da unificação dos departamentos para facilitar o acesso da população às informações, não duplicar e possibilitar a formação de uma rede de bibliotecas em intercâmbio permanente.

Para permitir que o acervo adquirido chegasse mais rápido às prateleiras das bibliotecas e, por conseqüência, às mãos do leitor, a Assessoria de Informática desenvolveu um sistema de microcomputadores - o Fastcat - para fazer a pré-catalogação do livro, emitir fichas, etiquetas de lombada e de bolso. Reavaliou e ampliou o sistema de grande porte DOBIS LIBIS implantado anteriormente que passou a atender não só o processamento técnico mas também o uso do público com a instalação de terminais em 10 bibliotecas de bairro (SMC, 1992).

O PATRIMÔNIO RECUPERADO

A Gestão Chauí, ao tomar posse em 1989, registrou em vídeo intitulado “Descaso Público”, o estado de deterioração em que encontrou os vários equipamentos públicos.

“Caracol da Ilustração” - Monteiro Lobato - 90,91 e 92 - SMC



Na área de bibliotecas havia problemas de destelhamento, infiltração de água, cupim, instalações elétricas e hidráulicas destruídas, falta de estantes, mesas e cadeiras, além de falta de funcionários. “Um orçamento que poderia ter sido usado para atividades culturais na cidade inteira precisou ser usado para recuperar um patrimônio público destruído” (Chauí, 1993:30). O que estava previsto para se concretizar em, no máximo, dois anos se estendeu por toda a gestão e no último ano ainda havia obras de reparo estruturais por fazer; o orçamento discutido com a população foi cortado na sua fonte de receita, que era a proposta de reforma tributária, que tinha como eixo central a maior arrecadação do IPTU, para a aplicação em obras sociais. A Biblioteca Municipal Presidente Kennedy, em Santo Amaro, foi um caso: construída em 1965, com acervo de 58 mil volumes, público estimado em 11 mil pessoas/mês, nunca sofreu uma reforma ou manutenção significativas. Para se ter uma idéia da precariedade em que se encontrava essa biblioteca, a principal da zona sul e a terceira maior da cidade, em dias de chuva o público era atendido nos corredores, devido à quantidade de goteiras na sala de leitura, contou a diretoria Rosiclé de Assis Ruben. Para concluir essa e outras obras, foi necessário fazer pedido de verba suplementar (OESP 19.4.92). A criação de uma Equipe Móvel de Reforma e Manutenção pela Secretaria possibilitou a realização de obras menores e a manutenção preventiva de vários equipamentos.

A AMPLIAÇÃO E RECICLAGEM DO QUADRO FUNCIONAL

Reforçando a importância do funcionário como elemento-chave para concretizar o projeto da Biblioteca do Cidadão, houve um investimento de peso na ampliação do quadro funcional e na reciclagem dos trabalhadores. Depois de oito anos sem admissões, foram convocados 356 bibliotecários concursados que aguardavam chamada há mais de dois anos.

“Encontrei as bibliotecas tendo freqüentemente apenas uma bibliotecária que faz o serviço de todas as outras, e porteiros e contínuos fazendo o atendimento ao público” (Chauí, 1990)

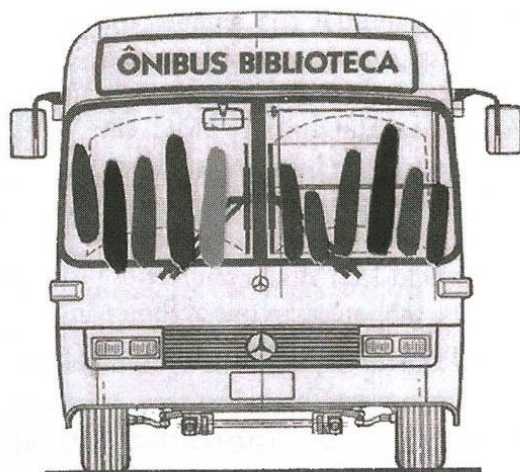
Foram admitidos 263 bibliotecários, recepcionista em um seminário com programação para os dois dias onde foram apresentadas as diretorias de SMC, em especial do setor de bibliotecas. Houve ainda a tentativa de contratação, em caráter de emergência, de auxiliares de bibliotecas. Essas vagas, ao todo 142, viriam reforçar os projetos especiais e bibliotecas, o que acabou não acontecendo por falta de verbas.

Reforçando a importância do funcionário como elemento-chave para concretizar o projeto da Biblioteca do Cidadão, houve um investimento de peso na ampliação do quadro funcional e na reciclagem dos trabalhadores

A reciclagem dos trabalhadores de bibliotecas se desenvolveu de 1990 a 1992 através do projeto “Leitor Infinito” e foi, sem dúvida, o maior investimento na formação do trabalhador em toda a história das bibliotecas públicas. Envolveu os mais de mil trabalhadores, do faxineiro ao bibliotecário, e teve como objetivo, em linhas gerais, transformar os “guarda-livros” em agentes culturais e mediadores de leitura. Em entrevista ao jornal “O Estado de São Paulo” (14.6.90), a Secretária Chauí foi enfática: “Investimento em cursos de especialização... fazendo desses profissionais intermediadores de leitura, alguém que quando perguntado “Tem um livro de Homero”, não indague do requisitante “Homero de quê?”

Essas e outras declarações incomodaram e mexeram com os brios dos bibliotecários que, através de seus órgãos de classe, deram sua resposta. No “Manifesto dos Bibliotecários Paulistas”, ao mesmo tempo que elogiavam os investimentos da gestão, posicionavam-se como profissionais promotores da expansão da cultura, atentos aos problemas de leitura e informação à comunidade e se reconheciam como elementos fundamentais para a realização plena das atividades das bibliotecas (Jbi n. 2:10).

Esse Manifesto assim como outros, prontamente e habilmente respondidos pela Secretária e sua assessoria quebraram muitas



Detalhe de cartaz da SMC

resistências. Quando num trecho de resposta encaminhado aos bibliotecários, Chauí diz: “Estou convencida de que somente quando os trabalhadores afirmam sua dignidade profissional é que o trabalho da cultura se realiza e é para garantir essa dignidade que estou lutando”, ela, sem dúvida, aproximou alguns funcionários das Bibliotecas do Cidadão, estimulando-os a romper com o modelo de biblioteca pública que se configurou ao longo dos anos e que muitos, por comodismo ou até por oportunismo, insistem em carregar nas costas.

Os projetos e programas especiais são, sem dúvida, os que melhor ilustram o projeto político de ampliar o direito à informação

OS PROJETOS E PROGRAMAS DESENVOLVIDOS

“Multidisciplinares, integrando os vários departamentos da SMC e todas as linguagens culturais existentes na cidade, os Projetos Especiais foram o laboratório de estudo e concretização da idéia da cidadania cultural” (Chauí, 1993).

Os projetos e programas especiais coordenados pelo Departamento de Bibliotecas, sem dúvida são o que melhor ilustram o projeto político de ampliar o direito à informação aos “sem direitos”. Na maioria dos casos, o que houve foi uma retomada de antigos projetos, que por falta de infra-estrutura estavam funcionando precariamente ou haviam sido abandonados.

A roupagem foi nova, segundo as diretrizes da política de cidadania cultural. Em muitos deles é difícil medir resultados, mesmo porque isso só seria possível a médio e longo prazos. A descontinuidade administrativa, aliada à falta de compromisso, dificultam, e muito, qualquer tentativa de se estabelecer uma metodologia para medir o impacto e desenvolver indicadores de satisfação dos usuários dos serviços e produtos das bibliotecas públicas (Vergueiro, 1995). Vamos citar os projetos desenvolvidos e nos ater àqueles que, do nosso ponto de vista, aproximaram mais a biblioteca da comunidade.

Projetos:

Feira de Troca de Livros Escolares
Caixa-Estante
Gibiteca Municipal Henfil
Leitor Infinito/Mediadores de Leitura
Ônibus-Biblioteca
Projeto de Férias
Contadores de Histórias
Arte, Vida e Portador de Deficiência
Projeto Monteiro Lobato e Júlio Gouveia:
Ponto e Contrapontos
Cria Criança
Banco de Textos em Dramaturgia Infantil e Juvenil
Pesquisa do Usuário (Biblioteca Mário de Andrade)
Banco de Imagens
Núcleo de Acervo Braille
Núcleo de Convivência do Idoso
Gostar de Ler
(Fonte: SMC. Departamento de Bibliotecas Públicas, 1992)

CAIXA-ESTANTE

Como parte integrante do Sistema Móvel de Leitura e Informação, reformulado segundo diretrizes do projeto Cidadania Cultural, esse serviço chegou a uma parcela da população com dificuldade de acesso às bibliotecas ou que não contava com recursos culturais voltados aos livros, à leitura e à informação. O público atingido foram os grupos organizados e instituições como associações de mulheres, creches, associações de favelados, centros de convivência, mutirões de habitação, etc. As

caixas-estantes, de aço ou madeira, abrigavam um acervo de 90 a 180 volumes, com obras de ficção e informativas: não havia livros didáticos, já que o objetivo é incentivar a leitura prazerosa, de lazer. E também a idéia não era substituir a biblioteca, mas, pelo contrário, incentivar o seu uso e mobilizar a comunidade para reivindicar sua construção. A ampliação e atualização do acervo eram efetuadas de acordo com a demanda dos usuários. As atividades voltadas para o estímulo à leitura (Hora do conto, dramatização da leitura, etc.) foram integradas a projetos como “Gostar de Ler” e a cursos e palestras; monitores locais receberam treinamento especial para a operacionalização do serviço de atendimento local.

GIBITECA MUNICIPAL HENFIL

Esse projeto, instalado na Biblioteca Infanto-Juvenil Viriato Correa, executado com a colaboração do escritor Álvaro Moya, professor da ECA/USP e autor de vários livros sobre história em quadrinhos, foi previsto para ser estendido a todas as bibliotecas municipais, sendo a Viriato Correa o centro desta rede. A gibiteca foi criada para ser um espaço de

divulgação e preservação dos quadrinhos e abrigar atividades e eventos a eles relacionados. O acervo inicial foi de 750 álbuns, 2.000 revistas, doado pelas editoras Abril e Globo e colecionadores particulares, além de 400 álbuns importados doados pela editora Martins Fontes. Foi a primeira Gibiteca pública de São Paulo. “Veio dar aos quadrinhos o tratamento merecido, colocando-os no nível das obras artísticas e literárias”, comentou Silvana Cazella, coordenadora do projeto (Jbi n.5:3).

ÔNIBUS-BIBLIOTECA

Integrando o Sistema Móvel de Leitura e Informação, esse projeto veio substituir o Carro-Biblioteca, desativado em 1987 por falta de recursos. Os Ônibus-Biblioteca, num total de sete no final da gestão Erundina, cobriam 21 pontos preestabelecidos nos diversos bairros, tendo como objetivo primordial “tentar suprir as necessidades de uma população de periferia carente de equipamentos culturais através de bibliotecas-volantes” (Jbi n.1:10). Os ônibus adaptados pela antiga companhia de transportes, a CMTC, não tinham mais condições de

Ônibus-Biblioteca da SMC



Foto: K. Alcover

continuar operando no transporte coletivo e haviam sido retirados de circulação por reivindicação do próprio Sindicato dos Condutores. Essa explicação era dada ao público quando havia reclamação de demora e escassez de transporte coletivo. O seu acervo se compõe de 75% de obras literárias e 25% de informativas; o acesso às estantes é livre com sinalização visual.

“A SMC fez uma pesquisa junto aos setores culturais das administrações regionais e grupos organizados, onde foi constatado quais bairros necessitavam e comportavam a iniciativa do ônibus. Esse tipo de análise não foi feita pelas administrações anteriores com relação à localização das bibliotecas instaladas”, revela Agenor Figueiredo, assistente de direção das Bibliotecas Infanto-Juvenil (Jbin.5:4).

A receptividade da população aos ônibus-biblioteca surpreendeu a todos, colocando por terra várias afirmações e expectativas tidas como “verdadeiras”: morador de periferia não lê, o patrimônio público vai ser danificado em poucos meses, os funcionários serão mal recebidos, entre outras. O ônibus-biblioteca que serve a zona sul, por exemplo, atende dois dos distritos considerados mais violentos de São Paulo: Jardim Ângela e Grajaú. No Jardim Ângela, segundo pesquisa Datafolha (Folha de São Paulo 03/03/96) a taxa de homicídio é de 96,87 por 100 mil habitantes e no Grajaú de 88,44. Poderíamos elencar outros índices de carências sociais apontados pela pesquisa. Assim como em outros roteiros, a frequência, o número de leitores matriculados e os empréstimos efetuados é alto, superando as bibliotecas próximas. Segundo Maria Cristina Santarém Dias, coordenadora do projeto “foi muito baixo o índice de atraso e extravio de publicações (menos de 1%), e os usuários têm muito cuidado com o material que levam para casa, devolvendo-o em perfeito estado. Assim, as mínimas baixas ocorridas são ocasionadas pelo desgaste do livro, tendo em vista o grande número de empréstimos e não pela falta de

devolução” (Dias, 1993). Cada ônibus, com quatro roteiros fixos, retorna semanalmente aos bairros visitados. O prazo de empréstimo para livros e revistas é, portanto, de uma semana, podendo ser renovado.

“Os dados desmentem parte da tese de que os moradores da periferia não se interessam por leitura. Este argumento sempre foi usado como uma das justificativas para a não abertura das bibliotecas à noite e nos fins-de-semana, um compromisso dessa administração. O baixo índice de atrasos e extravios de livros contraria o preconceito de que o usuário não respeita o patrimônio público. O sucesso do projeto questiona, enfim, critérios e prioridades que devem ser considerados na abertura de novas bibliotecas”, foi a análise feita por Vera Tokairim, assessora de Bibliotecas Públicas da SMC (Jbi 5:4).

A lei nº 11.080 de 06/09/91, que dispôs sobre a criação do Ônibus-Biblioteca, tem um texto extremamente vago e necessita de reformulações pois não previu o provimento de cargos e a infra-estrutura necessária para a implantação de tantos ônibus. O projeto atingiu quatro regiões da cidade, mas o que seria suficiente para suprir com qualidade e eficiência quatro ônibus teve que funcionar para atender sete (a Lei previu no mínimo oito...). A procura continua a todo vapor, segundo bibliotecárias que trabalham no projeto desde o seu início. “Estamos, no momento, com pontos de estrangulamento fora do nosso controle, ameaçando o investimento e o êxito alcançado pelo serviço. A capacidade física de atendimento no veículo não pode ultrapassar 350 leitores/dia. No entanto estamos atendendo, nos roteiros mais antigos, uma média de 500 leitores/dia” (Dias, 1993:12).

GOSTAR DE LER

Esse projeto foi implantado para incentivar a formação de comunidades de leitores. Segundo pesquisa Datafolha (02/01/94),

Detalhe de cartaz da SMC



em São Paulo, considerada a metrópole mais rica, dos leitores potenciais, metade declarou não ter lido nenhum livro nos últimos doze meses. O motivo mais alegado foi a “falta de tempo” (58%) e o menos votado “porque livros são caros” (9%), demonstram que é importante investir em acervos mas que isso não é suficiente: há que se “seduzir” para a leitura, há que se investir também numa política de leitura.

A idéia, que já teve outras roupagens em gestões anteriores, partiu de um grupo de bibliotecários dos Departamentos de Bibliotecas. Seguindo as diretrizes do projeto “Cidadania Cultural”, cuja preocupação com a qualidade foi a tônica, contou com a participação de professores do Departamento de Letras da USP, além dos profissionais da Supervisão de Bibliotecas Públicas. Como nas bibliotecas públicas a consulta e a prática de leitura são quase que limitadas a pesquisas escolares, o objetivo é aproximar as pessoas da leitura e “restituir aos leitores a espontaneidade da leitura”, explicou a bibliotecária Priscila Vioni Carretti. Segundo a professora Valéria De Marco, da Faculdade de Filosofia da USP, participante do projeto “as bibliotecas públicas se tornaram uma extensão da sala de aula e são procuradas predominantemente para pesquisas escolares, ao contrário do que acontecia há mais ou menos 30 anos, quando as pessoas iam a esses lugares para pesquisar... Um outro fator foi o avanço da comunicação e do entretenimento através da imagem que, com rapidez na transmissão de idéias, acabou por desprestigiar o livro, que exige mais reflexões” (Jbi n.6:4).

Os encontros ocorrem sempre aos sábados à tarde, durante três meses, envolvendo bibliotecários, professores e usuários de seis bibliotecas e de quatro caixas-estantes, com discussões sobre trechos de obras do acervo e o desenvolvimento de um trabalho literário. No último ano da gestão, o projeto cresceu, abrangendo 17 bibliotecas de bairro, tendo como consultor o professor Antônio Cândido. A avaliação do projeto aconteceu em duas fases. Na primeira, cada professor realizou uma avaliação conjunta com seu grupo quanto ao grau de alcance dos objetivos propostos; na segunda fase, uma avaliação conjunta de todos os professores quanto à aplicação do

projeto como um todo, apontando falhas, êxitos e diferenças entre as diversas comunidades de leitores (SMC. Departamentos de Bibliotecas Públicas, 1992b).

LEITOR INFINITO/MEDIADORES DE LEITURA

Através desse projeto foi feita a reciclagem dos trabalhadores de bibliotecas, como já mencionamos anteriormente. Para sua realização foram contratados especialistas nas áreas de Literatura, Linguística e Ciências Sociais de várias Universidades (USP, PUC e UNICAMP, Instituto Pólis) e foi estruturado em três partes:

1- Mesa Redonda com a participação dos funcionários, representantes da SMC, professores e agentes culturais para traçar as diretrizes que norteariam as etapas posteriores;

2 - Curso de Formação Básica dividido em dois módulos:

a) Grupo Cidade-Cidadania: sob a responsabilidade do Instituto Pólis, tratou da cidadania paulistana, história da cidade, seu crescimento e sua diversidade social e cultural, com o objetivo de “criar condições para que o profissional das bibliotecas situe-se enquanto um agente cultural da cidade”.

No último ano da gestão, o projeto cresceu, abrangendo 17 bibliotecas de bairro, tendo como consultor o professor Antônio Cândido

b) Grupo da Linguagem: sob a responsabilidade de especialistas na área, fazendo a ponte com o grupo Cidade e Cidadania, tratou das influências na produção da linguagem escrita e as dificuldades da população no acesso a essa produção. O objetivo foi “criar condições para que o profissional, na condição de agente cultural mediador de leitura, contribua para que a biblioteca seja um espaço público de contato criativo e enriquecedor com a leitura”.

Esse curso atingiu 1019 funcionários, divididos em 12 turmas de aproximadamente 80 pessoas. Ao final foi distribuído um questionário a cada participante com questões

sobre a importância do curso e seu aproveitamento na prática cotidiana do trabalho. Dos 1019 funcionários participantes, 839 (82%) responderam ao questionário. A conclusão a que chegaram os organizadores após a leitura/interpretação das questões apresentadas foi a de que os funcionários se sentiram valorizados com o curso e o caracterizaram como “proveitoso e de alto nível, apesar de cansativo”. É bom lembrar que o curso foi dado após o expediente e fora do local de trabalho. Como ilustração, vamos reproduzir os depoimentos de alguns participantes do curso; não era necessário se identificar, apenas apontar a função.

“O que me foi passado pode ser aproveitado, mas não temos condições de passar; enquanto não houver relação entre escola e biblioteca este trabalho não poderá ser desenvolvido” (instrutor cultural)

Foi proveitoso, mas nos próximos cursos gostaria que descontasse o tempo de transporte. Algumas pessoas demoraram até duas horas para chegar em casa (atendente).

Para minha função, que é a de zelador, pouca coisa acrescentou no meu dia a dia de trabalho, mas para o meu conhecimento pessoal foi de grande valia, pois não é sempre que se tem a oportunidade de assistir aulas com professores altamente capacitados (zelador).

O que me foi passado pode ser aproveitado, mas não temos condições de passar; enquanto não houver relação entre escola e biblioteca este trabalho não poderá ser desenvolvido (instrutor cultural).

Deu-nos melhores condições de trabalho (contínuo-porteiro e atendente).

Enquanto estiver este modelo de cultura empregado, seja na área federal ou estadual, quanto ao papel da biblioteca na sociedade, tudo o que foi falado não tem significado (contínuo-porteiro e atendente).

Acho que partindo primeiramente de uma reflexão com o grupo que trabalha na biblioteca, todos juntos e paulatinamente ir mudando ou tentando mudar a sua postura diante do acervo que você tem em mãos e conseqüentemente diante do usuário (bibliotecária).

Poderia ser proveitoso se houvesse tempo suficiente para se organizar, pelo menos o

trabalho diário que a rotina nos impõe. Na situação em que a Biblioteca se encontra, carente de mão-de-obra, não pode ser de outra forma a não ser dedicado passador de livros (bibliotecário-chefe).

Penso que um pouco do que foi dito aqui eu particularmente já aplico no meu trabalho. Mas não sei como ampliar isso com os meus colegas (contínuo-porteiro).

A partir do questionário, traçou-se também o perfil dos participantes desta primeira fase, fornecendo subsídios para a preparação das próximas.

O desdobramento desse curso de formação básica foi a seleção de uma equipe de funcionários, formando o Grupo de Monitores, para atuar, junto com os professores no trabalho de acompanhamento e realimentação, visando rediscutir os temas abordados e estabelecer uma articulação com o trabalho prático de atendimento na biblioteca.

3 - Laboratório - sob a responsabilidade do Grupo de Linguagem, foi dada continuidade ao processo, com exercícios de sensibilização lingüístico-literária com o objetivo de “aprofundar a formação de mediadores para atuarem como efetivos agentes culturais, que cumpram a função que lhes é essencial: um incentivo à leitura”.

Desta fase participaram cerca de 200 funcionários, que se destacaram nos seminários com os monitores. Esses foram considerados os “multiplicadores” - pontas de lança da política de cidadania cultural” (SMC. Departamentos de Bibliotecas Públicas, 1992c).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De volta ao ponto de partida, podemos afirmar que a Biblioteca do Cidadão foi a idéia mais alargada de política pública para a área de bibliotecas, desde o seu surgimento no Brasil. Os termos “direito à informação”, “democratização da cultura” e “cidadania” deixaram de ter um sentido vago, populista. Foram qualificadas, viraram conceitos norteadores da política de cidadania cultural. Num cenário de instabilidade econômica, em que tudo é pretexto para não se investir em obras sociais de maior impacto, quanto mais em bibliotecas; numa conjuntura política totalmente adversa - a herança do governo

autoritário e centralizador do ex-prefeito Jânio Quadros, o descaso do presidente Collor para com a cultura - a política de cidadania cultural veio iluminar um cenário de trevas. A radicalidade da proposta, esbarrou numa série de dificuldades impostas pela estrutura burocrática que os quadros do Partido dos Trabalhadores conheciam muito pouco; pela legislação vigente e pelas relações com a Câmara Municipal, onde o PT e seus aliados eram minorias, e pelo próprio funcionalismo, acostumado à cultura da hierarquia e da rotina.

A banda passou mas nem tudo tomou seu lugar. O orçamento da SMC hoje é o menor de sua história e a parte destinada às Bibliotecas é o menor da Secretaria. Mesmo assim, vários projetos especiais implantados na gestão Chauí continuam tendo uma alta procura, ainda que a infra-estrutura para o seu desenvolvimento e manutenção sejam deficitárias. Não há como retroceder, pois já fazem parte do cotidiano dos leitores. Segundo Maria Christina Tavares, chefe do Departamento de Bibliotecas Infante-Juvenis (1993-1996), os primeiros projetos

implementados na gestão Chauí - o Ônibus-Biblioteca e a Gibiteca - estão se multiplicando; o projeto “Mediadores de Leitura”, segundo Christina, também continua (Tavares, 1995). Apesar da maior parte do funcionalismo continuar tratando a biblioteca como o quintal de sua casa (“meu acervo”, “meu departamento”), e continuarem mais visíveis no espaço da biblioteca as normas e punições e não o “convite” ao acesso, há uma movimentação de vários profissionais refletindo sobre sua atuação, buscando saídas e interagindo mais com a cidade e a comunidade. Estamos longe da Biblioteca da Cidadão? Estamos, mas ela é o alvo, assim como uma sociedade mais democrática e justa. O trabalho desenvolvido na gestão Chauí e as experiências que vêm pipocando pelo Brasil afora mostram que vontade política, compromisso e seriedade no trato da coisa pública aproximam o cidadão da biblioteca e a biblioteca do cidadão. Aberta às mudanças e transformações sociais, integrada aos interesses dos diversos usuários, é possível abrir caminhos para a viabilização da democracia cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco (1995). “Bibliotecas Públicas: ambigüidade, conformismo e ação guerrilheira do bibliotecário”. São Paulo, Associação Paulista de Bibliotecários. (Ensaio APB, 15)
- (1994); “O espaço da biblioteca: uma reflexão”. São Paulo, Associação Paulista de Bibliotecários. (Ensaio APB, 13)
- CHAUÍ, Marilena (1989a). “Biblioteca e Cidadania”. São Paulo, SMC.
- (1989b). “A riqueza do livro”. São Paulo, SMC.
- (1993). “Uma opção radical e moderna: Democracia cultural”. In: Faria, H. & Souza, V. (orgs.) *Experiências de gestão cultural democrática*. São Paulo, Pólis. p.11-38. (Publicações Pólis, 12)
- DIAS, Maria Cristina Santarém e outras (1993). “Alternativas para contornar a crise da leitura: uma experiência do ônibus-biblioteca na cidade de São Paulo. São Paulo”, Associação Paulista de Bibliotecários. (Ensaio APB, 25)
- FARIA, Hamilton (1993). “Os Sentidos da Cultura na Cidade”. In: Faria, H. & Souza, V. (orgs.) *Experiências de gestão cultural democrática*. São Paulo, Pólis. p.3-7 (Publicações Pólis, 12)
- (1994). “Olhando para o século XXI: cultura e governo sustentável”. In: Faria, H. & Souza, V., orgs. *Projeto cultural para um governo sustentável*. São Paulo, Pólis. p.65-75. (Publicações Pólis, 17)
- Jornal das Bibliotecas (Jbi)*, São Paulo, SMC n.s 1 a 6 (1990-1991)
- MILANESI, Luis (1989). “Biblioteca: uma outra dimensão”. *Teoria e Debate* (6): 9-11, abr./jun.89
- PENÁ, Fabiana (1990). *Estantes repletas: bibliotecas de São Paulo ganham 300 mil livros. Isto É/Senhor* (1084), 27.8.90, p.52
- SMC. Departamento de Bibliotecas Públicas (1992a). “Prestação de contas ao cidadão: 1989-1992”.
- (1992b). “Gostar de Ler: formação de comunidades de leitores”.
- (1992c). “Leitor Infinito: programação e relatórios de avaliação: (vários)
- TAVARES, Maria Christina (1993). “Atuação da biblioteca Infante-Juvenil”. São Paulo, Associação Paulista de Bibliotecários. (Ensaio APB, 3)
- VERGUEIRO, Waldomiro (1995). “Gestão da qualidade e bibliotecas públicas: o difícil caminho para as instituições brasileiras”. São Paulo, Associação Paulista de Bibliotecários. (Ensaio APB, 25).

CASAS DE CULTURA E O PROJETO DE CIDADANIA CULTURAL

6

Paulo Sérgio Barreto*



II Feira Cultural do Butantã - 1990

A implantação das Casas de Cultura na cidade de São Paulo, na administração 1989-1992, com Marilena Chauí no comando da pasta da Secretaria Municipal de Cultura (SMC), foi um esboço de um processo singular e rico de democratização cultural, pautado na idéia de **Cidadania Cultural**. Essa diretriz política tinha como entendimento o direito à cultura. O que implica dizer no acesso aos bens culturais, à informação, à formação, à criação e à produção de novos significados, valores e práticas culturais, cabendo à SMC propiciar condições para que a população possa exercer os seus direitos.

No âmbito das Casas de Cultura, uma das bases da Ação Cultural da SMC, houve um longo trajeto até se chegar a uma intervenção mais adequada quanto à implementação das Casas e dos projetos a serem desenvolvidos nesses espaços. Na relação Centro/Periferia, as Casas de Cultura, como também as

Bibliotecas Municipais, seriam o que poderia ser chamado de “instância privilegiada” de ação no sentido de colocar o direito ao fazer cultural na cena urbana: as Casas de Cultura por serem algo novo no município, e as bibliotecas por já estarem inseridas no espaço urbano e terem um potencial ligado à formação cultural do cidadão, principalmente em relação à leitura.

Neste sentido, a ação cultural baseada na idéia de **Cidadania Cultural** inverteu prioridades, a partir de quatro pressupostos:

1. descaracterizar, desmontar e reinterpretar a separação entre o centro e a periferia na cidade em termos geográfico, econômico, social e cultural;

* Mestre em Sociologia da Cultura/UNICAMP; Especialização em Administração da Cultura/FGV; Pesquisador do Centro de Memória da UNICAMP; Professor do “Curso de Capacitação de Agentes Culturais” do Instituto Pólis.

Este texto contou com a colaboração de Valmir de Souza.

6

2. pensar o trabalho cultural como criação coletiva e social de valores e símbolos em consonância com o processo de criação das obras de arte, da reflexão e do pensamento buscando, pois, o aprofundamento de novas experiências e no aguçamento das sensibilidades e da imaginação, das diferenças e dos conflitos;

3. a criação cultural envolvendo todos os grupos e as classes sociais, enquanto afirmação de um direito que diz respeito à cidade e aos seus cidadãos; e

4. a responsabilidade de continuidade institucional na criação de serviços e de ações culturais que atendam aos interesses da população.

“Espaço dos nossos sonhos. Tudo que tivemos vontade de fazer, dizer, cantar, representar, nós fizemos”

O trabalho nas Casas de Cultura provocou, paulatinamente, o aprofundamento da concepção sobre a Política Cultural e sobre a dinâmica da própria SMC, no seu planejamento cultural, nos seus recursos orçamentários e humanos disponíveis, e também no processo de gestão e de definição de uma ação cultural diferenciada, regionalizada e exaustivamente polemizada e discutida entre os setores sociais envolvidos. Essa estratégia definia, nesse primeiro momento, no interior da própria Administração Pública, a criação de novas relações entre os diversos grupos sociais e culturais dos bairros e nas regiões onde se instalaram as 14 Casas de Cultura.¹

O surgimento das Casas de Cultura suscitou novas relações entre os produtores culturais, criadores, artistas, grupos, movimentos culturais e sociais dos bairros e regiões da cidade levando à necessidade de inserir as mesmas como campo privilegiado para se repensar de maneira local,

descentralizada e regionalizada a superação dicotômica entre o Centro-Periferia; entre uma produção artística e cultural consagrada e privilegiada e uma produção emergente localizada nos bairros e nas regiões periféricas da cidade.

Por outro lado, a proposta das Casas de Cultura visava a formação de agentes culturais “argumentativos e críticos” e participativos, capazes de incorporar a lógica dos movimentos sociais e culturais no interior dos projetos, dos programas, dos cursos, das oficinas e de outros eventos na tentativa de conciliar as demandas locais dentro de um arcabouço universal. Em particular na necessidade de ser um espaço de trabalho coletivo para a reflexão, a crítica, a política, a cultura e a arte buscando agregar a realidade local, regional, nacional e internacional.

1. HISTÓRICO DO SURGIMENTO DAS CASAS DE CULTURA

O surgimento das Casas de Cultura, no início dos anos 90/91, revelou não só uma redefinição das estruturas de decisão e de organograma legados pelas gestões anteriores, como também a inserção de novas práticas e posturas de gestão cultural. As Casas de Cultura foram concebidas enquanto espaços de produção e de criação cultural, instaladas e adequadas à região periférica da cidade, abriam a possibilidade de desenvolvimento da produção cultural a partir de uma infraestrutura mínima, de materiais e de assessorias técnica e artística.²

As Casas sofreram, num primeiro momento, o que pode ser considerado uma experiência cultural descolada, privilegiando um discurso com peso ideológico acentuado junto com uma prática cultural sabidamente descontextualizada. Em outras palavras: discurso e prática estavam fora da especificidade das culturas regionais da cidade. Por exemplo: os movimentos e grupos culturais de determinadas regiões não foram levados em consideração quanto ao estabelecimento de projetos; nesse momento

¹ São elas: Santo Amaro, Butantã, Chico Mendes, Interlagos, Ipiranga, Itaim Paulista, M'Boi Mirim, Raul Seixas, São Miguel Paulista, Itaquera, Penha e Freguesia do Ó, Pirituba, CEMMOP (A Casa Amarela, que também foi usada como espaço cultural).

² Ver: Depoimento de Paulo Gianini ao Instituto Pólis em 04/11/1992 (01 fita).

Obs.: Os textos em destaque são depoimentos de usuários das casas de cultura entrevistados por Rita Joly.



Foto: Sossó Palma

Palestra sobre Índios. Exposição sobre Índios do Cuminapanema

houve uma retração desses grupos em relação às Casas de Cultura, pois achavam que a Política Cultural da Secretaria era patrocinada ou encampada por um grupo muito restrito de militantes.

Esse grupo, que foi constituído por pessoas nomeadas pela Secretária para implantar os projetos da SMC e que era dirigido por pessoas sem um conhecimento mais amplo do fazer cultural na cidade, foi responsável e teve um peso fundamental na inviabilização inicial de projetos nas Casas de Cultura.

Inicialmente, a implementação das Casas de Cultura fora exercida dentro de um planejamento cultural centralizado, excludente e restrito ao gabinete da Secretária. Esse processo, com o tempo, mostrou-se inadequado devido a vários fatores. Em primeiro lugar, na época do seu surgimento, ocorreu uma excessiva centralização política, financeira e de informações.

Isto é, havia uma defasagem na prática política da Administração, que às vezes tendia para uma centralização personalista em

detrimento de uma proposta cultural democratizante, exigida pela lógica de implantação das Casas de Cultura, afastando, no primeiro momento, os produtores e criadores dos bairros e da região. E, por outro lado, criando no interior da Administração um distanciamento político e o enfraquecimento da equipe central em relação aos coordenadores regionais das Casas. Dessa forma, travou-se uma luta política interna traumatizante.³

“Na Casa de Cultura eu me reconheço, mas há burocracia”

Essa indefinição política e de informação orçamentária entre os grandes projetos, advindos do gabinete e da coordenação geral das Casas, e os projetos originários dos grupos de produtores, criadores e coordenadores da região acirrou ainda mais a cisão.

Representando ora uma proposição desvinculada das necessidades e das realidades dos frequentadores das Casas, pois eram

³ Ver: Depoimento de Saloma Jovino da Silva ao Instituto Pólis em 16/09/1992 (02 fitas) e de Jamu Minka em 02/12/1992 (01 fita).



Foto: Sossó Palma

Palestra e vídeo sobre os Índios do Cuminapanema, 1991. Público: alunos do Magistério

projetos encaminhados “de cima a baixo”, ora representando um custo orçamentário que extrapolava em muito os custos para manutenção, estruturação, apoio e agendamento artístico e cultural das Casas de Cultura.

Por outro lado, a precariedade nas condições de infra-estrutura técnica, de divulgação dos projetos, de formação dos quadros administrativos e na ausência de concepção arquitetônica das casas, diferenciadas em relação aos outros equipamentos culturais da cidade, reforçou mudanças na prática das Casas de Cultura.

“As classes de menor renda podem usufruir”

As Casas de Cultura tomaram impulso no último ano daquela Administração. Isso se deveu a vários fatores, tanto políticos como materiais e funcionais, que de uma forma ou de outra inibiram a atuação do pessoal das Casas. De qualquer forma, nos primeiros três anos foi dado um passo fundamental: implantaram-se uma política e um programa para esses e outros equipamentos da SMC.

A partir do início de 1992, houve um arranque em direção à programação nas várias áreas artísticas que passaram a funcionar nas Casas. Esse foi um período muito dinâmico das Casas de Cultura, também porque em 1991 foi feita reserva orçamentária permitindo que em 1992 fossem implementados cursos e oficinas; os grupos locais foram incentivados a participar com seus projetos. A Secretaria, no entanto, apresentou sua programação para fazer um contraponto à programação das regiões, possibilitando assim o debate em torno de questões culturais e artísticas.

A nova coordenação geral buscou enfatizar a produção, a criação, a difusão e a veiculação dos trabalhos artísticos em sintonia com a definição do público a ser atingido. As Casas de Cultura, no primeiro momento, reproduziram o modelo dos Centros Culturais dependendo em muito da burocracia. Essa nova coordenação procurou diferenciar e definir cargos funcionais ligados às linguagens artísticas, havendo a necessidade de incorporar, no interior do próprio trabalho cultural, as linguagens artísticas para não se cair numa visão ampla e acadêmica da cultura.

Os avanços podem ser determinados pelo número de Casas e das equipes instaladas bem

como pela incorporação de políticas culturais adotadas a partir dos Fóruns de Cultura, com discussões sobre a definição da ação cultural e na busca de públicos-alvo. As discussões setoriais, dadas através das linguagens artísticas, buscavam definir os projetos e os tipos de inserção adotados de maneiras diversas na dinâmica cultural de Casas de Cultura. Constituíram-se, dessa maneira, pequenos núcleos e fóruns setorializados, com a participação inclusive das outras Secretarias.

2. PRINCIPAIS PROPOSTAS

O trabalho nas Casas de Cultura tinha como perspectiva abrir espaço para se discutir Política Cultural e Cultura na cidade de São Paulo. Duas proposições são marcantes.

A primeira, na possibilidade de se trabalhar com a produção local e regional emergente que, em muitos casos, estão fora do mercado cultural. Seja na produção de mostras, oficinas e workshops com diferentes linguagens artísticas (música, literatura, teatro, dança, artes plásticas e multimeios); seja nos encontros, debates, palestras, fóruns, seminários, mostras, shows e exposições diversas e diferenciadas em termos temáticos e de alcance do público. A perspectiva era possibilitar a diversidade e a emergência da produção cultural das diversas regiões de São Paulo.

A segunda proposição foi marcada pela necessidade de se trabalhar com temas de interesses locais para grupos sociais diferenciados a partir de projetos especiais como por exemplo o “Projeto UniverCidade dos Bairros”; “Projeto Memória”; “Projeto Migrações”; “Projeto Terceira Idade”; “Projeto Intersecretarias”; “Projeto FÉRIASP” (Esporte e Educação); “Projeto Corpos Estáveis”; “Projeto de Educação Artística e Ambiental” e “Projeto Face Negra da América”, entre outros.

No primeiro aspecto, as referências conceituais dos trabalhos desenvolvidos nas Casas de Cultura se circunscreveram à necessidade de não se reduzir a cultura a uma prática exclusivamente artística, mas de pensar, construir e elaborar propostas culturais que as tomem a partir das diversas áreas artísticas e dentro de uma totalidade de formação crítica

e na apropriação do conhecimento científico, tecnológico e humanístico como esteio da Cidadania Cultural.

Apesar das dificuldades financeiras e estruturais, as Casas de Cultura serviam como espaço de aglutinação das pequenas produções dos artistas, criadores e produtores moradores do bairro e da região. O acesso às Casas servia como estratégia para dar vazão a essas produções, colocando à disposição desses grupos um mínimo de infra-estrutura como palco, som, divulgação, reflexão e frequência de público.

3. UMA PROPOSTA A SER DEFINIDA

O trabalho nas Casas de Cultura amarga até hoje, após a sua fase de implantação, a falta de um projeto efetivo e consolidado. Juntam-se a isso, os limites estruturais que ainda persistem: a ausência de um projeto efetivo de cargos e salários e de autonomia na captação de verbas e contratação de artistas, criadores, oficinheiros, palestrantes e produtores etc., bem como a ausência de formação e de experiências administrativas nos seus quadros no trabalho cotidiano e diversificado com os grupos da periferia.

“Oportuniza o desenvolvimento intelectual e cultural, e a descoberta de talentos”

Entre a vontade, não concluída devido a problema na Câmara Municipal, de se fazer uma Reforma Administrativa na área da Cultura, e a realidade das Casas de Cultura pode-se questionar que a concepção do trabalho desenvolvido nas Casas não contou com um projeto arquitetônico consistente e definido seja na restauração, adaptação e equipagens das mesmas, seja na visão idílica que concebe *que qualquer espaço é espaço*⁴ negligenciando a lógica de constituição e de referência artística e cultural que se consolida, *grosso modo*, mediante a existência e no interior de um “espaço” (físico, mesmo!) para que se possa exprimir a reflexão, a criação artística e a apropriação cultural.

⁴ “É seu direito saber o que tem feito a Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo”. Fev/1989 a jun/1992. Informações sobre a SMC.

6

A consistência de um projeto arquitetônico e duradouro para as Casas de Cultura, e a demora na sua implementação, acarretou e absorveu toda uma precariedade no desenvolvimento e na consolidação das suas atividades. Além dos percalços iniciais na diretriz política centralizadora e da ausência de um projeto arquitetônico, compatível com a ação cultural proposta para cada Casa, ocorreu uma lentidão em estabelecer ações inclusive legislativas que visassem a incorporação das Casas no interior da lógica administrativa e do organograma definitivo da SMC.

“A Casa de Cultura dá o espaço e nós fazemos o que desejamos”

Devido às poucas condições estruturais, levando ao acirramento e as disparidades entre as Casas de Cultura e suas relações com as Administrações Regionais, houve uma desarticulação entre o projeto das Casas com as outras instâncias regionalizadas de poder. Soma-se a isso, a resposta lenta e o não compromisso da burocracia e do legislativo

no atendimento às reivindicações mínimas para o pleno desenvolvimento das atividades artísticas e culturais como equipamentos, quadros funcionais permanentes, orçamentos definidos, entre outros, para esses espaços da periferia da cidade.

As Casas de Cultura, para muitos produtores, artistas, intelectuais e criadores, poderá ser de fato um pólo de referência do bairro e da região. Não só pela cessão de uso dos seus espaços para criação, produção, discussão e divulgação dos trabalhos do bairro e da região, ainda que restrito a um grupo pequeno de pessoas, mas também pela possibilidade de veiculação dos artistas reconhecidos nacionalmente. No entanto, são poucas as Casas que estão estruturadas e capacitadas para absorver a complexidade e a diversidade da produção local ou nacional.

O PAPEL DAS CASAS DE CULTURA E A PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO

As Casas exerceram papel importante na oferta de cursos e seminários para a população de baixa renda dos bairros mais periféricos.

Casa de Cultura do Ipiranga

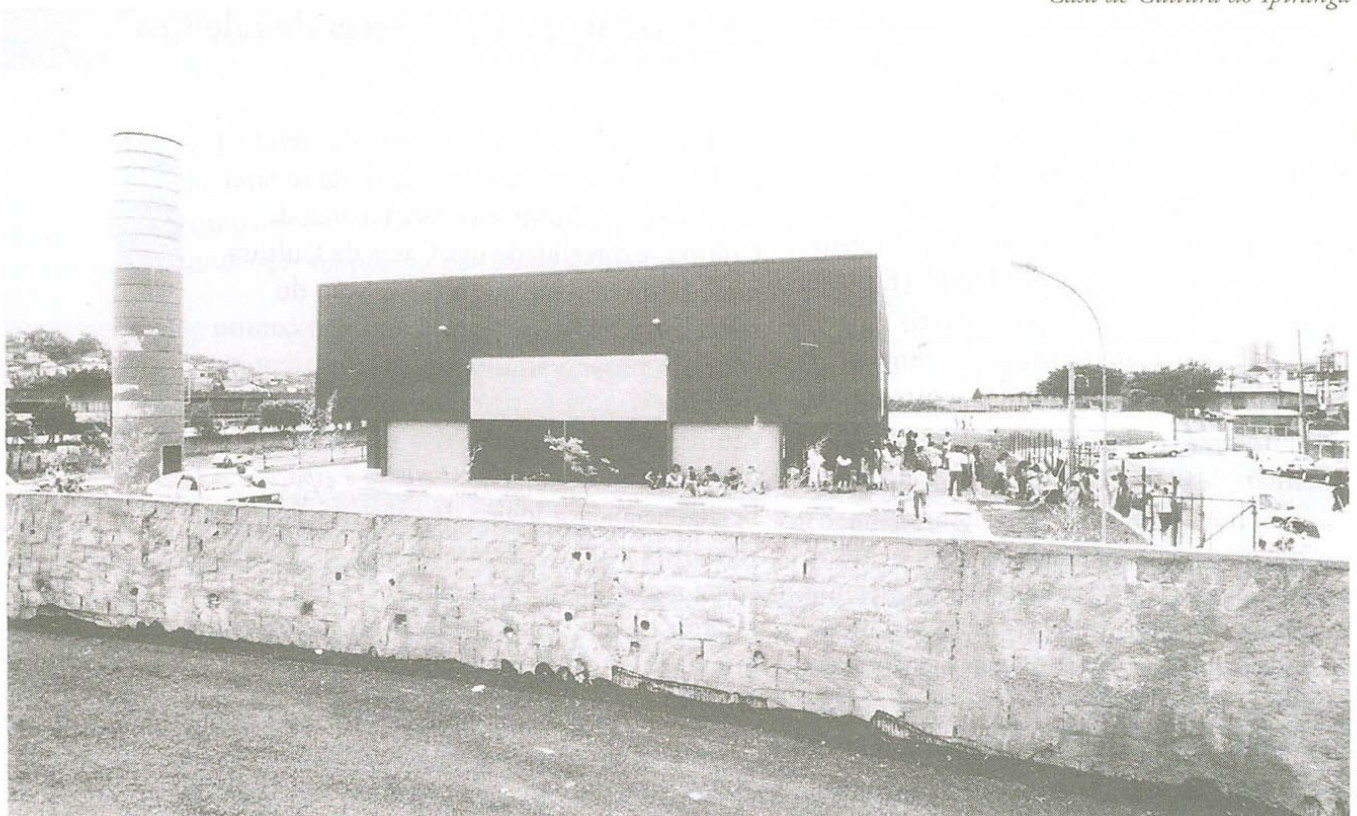


Foto: K. K. Alcover

O que se percebe por estas expressões é que a população estava entusiasmada com o trabalho das Casas de Cultura.

Há uma percepção por parte do usuário de que as Casas exercem papel aglutinador e mobilizador, como o caso de uma cidadã que, antes de participar do grupo de Terceira Idade no Ipiranga, achava que era melhor manter um sacolão no lugar onde funcionava a Casa de Cultura. Mudou de idéia quando percebeu que a Casa era um local importante para uma parcela da população marginalizada, que são os idosos.

A perspectiva para o futuro é de se conquistar estrutura mínima para as Casas de Cultura, com cargos e salários definidos; orçamentos e infra-estruturas de trabalho compatíveis; setor administrativo dotado de

fôlego e persistente nas distintas áreas e linguagens artísticas e culturais como, por exemplo, na constituição de um setor de multimeios e de divulgação; na autonomia de contratação; no treinamento dos grupos e na capacitação profissional e artística, etc., aspectos que estão na Reforma Administrativa mas que ainda não foram implementados.

O fundamental é que os trabalhos das Casas de Cultura não sejam incorporados enquanto um instrumento de ação política populista e de lentidão burocrática, para não se esvaziar o trabalho de Ação e de Cidadania Cultural. Mas, que sejam um espaço de reflexão e de criação estruturado, dinâmico e atento à idéia de Cidadania Cultural e às demandas dos grupos sociais e culturais da periferia da cidade.

PESQUISA SOBRE AS CASAS DE CULTURA

A seguir, publicamos o resultado de duas pesquisas feitas em quatro Casas de Cultura da cidade de São Paulo, a partir de entrevistas feitas com freqüentadores das Casas até a primeira quinzena de dezembro de 1992. Essas pesquisas fizeram parte das atividades da área de Cultura do Instituto Pólis, e foram realizadas pela pesquisadora Rita Joly e por Hamilton Faria (Coordenador do Projeto de Literatura nas Casas de Cultura, no ano de 1992), com edição de Valmir de Souza e Ricardo Indig Teperman.

PESQUISA I (REALIZADA NAS CASAS DE CULTURA DE INTERLAGOS, BUTANTÃ, IPIRANGA E STO. AMARO)

Esses resultados servem como sugestões e subsídios não-sistemáticos para se detectar os desejos e demandas de pessoas que em geral não “aparecem” nas programações das Casas de Cultura, os “cidadãos comuns”, mas que deram sua contribuição ao processo de constituição das programações nas Casas. Portanto, deixamos esta pesquisa não-quantitativa como indicativo dos desejos e das necessidades de uma população que passou a ter uma atividade cultural em seu bairro e mais perto de sua casa. Esclarecemos que estas informações foram coletadas até a primeira quinzena de dezembro de 1992, portanto são datadas.

ALGUMAS IDÉIAS, PROPOSTAS E SUGESTÕES DE USUÁRIOS PARA AS CASAS DE CULTURA

Interlagos:

Ampliar as áreas e destinar mais verbas através do estabelecimento de um Fórum indicando prioridades: fazer mais divulgação e mais eventos nos finais de semana.

As atividades atendem expectativas; são regulares; integram os moradores da região; ensinam; informam, mas falta estrutura. A organização é burocrática, mas as pessoas se reconhecem nela. A qualidade das atividades é boa.

Butantã:

As atividades são muitas, interessantes e proveitosas; os professores são bons e dedicados; os horários são bons assim como os funcionários.

Consideram também que os mais pobres podem usufruir dos eventos da Casa. As noções culturais também aparecem como um item importante.

A organização satisfaz, considerada de bom nível, oferecendo cultura e atividades de fácil assimilação por todos, independentemente de sexo ou idade. O atendimento é satisfatório e o fato de ser gratuito também é levado em conta.

6

A programação sai de última hora, e poderia organizar melhor as atividades, aproveitando mais o trabalho do pessoal das oficinas.

As programações são interessantes e diversificadas, contando com a colaboração dos funcionários que são esforçados; tem critério nas escolhas: para todos os gostos e tipos de pessoas que aprendem muito. Os shows são excelentes e poderiam ser todos os dias e mais algumas horas.

Um outro aspecto é quanto ao espaço que é aproveitado para apresentação de grupos da região.

Algumas **sugestões** dos usuários: é preciso que se tenha mais instrumentos de trabalho e fazer mais divulgação; poderia haver esportes nos fins de semana e mais eventos durante a semana. Também sentiam a necessidade de uma escola de dança, de coral e de bom projeto de teatro, além de reclamarem de mais espaço. As oficinas poderiam acontecer também à noite. Quanto à divulgação, os usuários podem auxiliar. Consideram que os oficinairos poderiam ter mais autonomia, com um limite de verba e mais profissionais para que se possa ter atividades ao mesmo tempo nas Casas e nos bairros. Pediam melhoramento na infra-estrutura

Ipiranga:

As atividades com o pessoal da Terceira Idade foram marcantes nesta Casa. Os eventos marcados às vezes não acontecem; falta de instrutores e agentes que trabalhem com a terceira idade.

Mas há uma busca para melhorar e implantar mais atividades e ampliar a estrutura.

Também foi constatada alguma falha nos programas; os usuários sentem que as pessoas precisam se reunir mais e a Casa pode ser o lugar para que isso aconteça.

A população é pobre e sem espaço cultural; falta incentivo/agentes culturais trabalhando com pessoas de Terceira Idade; há a **sugestão** que tinha de haver uma pessoa para acompanhar o grupo e ter intercâmbio mais ativo; existiam bastante atividade com vídeos/brincadeira, mas deveria haver eventos de outra natureza.

Os usuários reclamam da falta de uma maior divulgação das atividades da Casa.

Santo Amaro:

Os usuários assinalam como positivo o fato de terem tido direito de opinião nas atividades que atingem a população carente (sem condições de pagar qualquer espécie de espetáculo). Conseguem divertir e distrair mesmo com alguns erros; mas falta interesse por parte dos professores; preenchem horas vagas, tomam o tempo das crianças para que não fiquem nas ruas.

Consideram as atividades entre boas e regulares devido ao fato de a máquina ser “emperrada”, mas dão oportunidade de se mostrar o que se sabe; “precisava mais atividades”.

É um “espaço que precisava”, porque se conhecem pessoas e propicia mais contato com os moradores da região.

A organização é regular: os usuários poderiam ter mais participação. Apesar de faltar infra-estrutura, o espaço atende à necessidade da comunidade local. Os funcionários têm uma atividade difícil com resultado satisfatório. Não há funcionários suficientes.

As atividades são bastante aproveitadas e tem distração para quem gosta, mas o tempo é pouco. Falta aparelhagem áudio-visual de qualidade e infra-estrutura.

Algumas **sugestões**: solicitam mais oficinas para o público infante-juvenil, e que a população e os políticos tivessem mais respeito e conservassem o local, além de acharem que as Casas deveriam ser desvinculadas totalmente de qualquer tipo de político. Também enfatizam a necessidade de ter mais verbas para as atividades das Casas: a Cultura não devia ficar em segundo plano.

Propunham melhorar as condições das atividades ofertadas, os equipamentos e a infra-estrutura, com melhor organização e mais tempo funcionando.

Uma preocupação que aparece em relação às Casas é que era preciso “tornar oficial” o espaço físico, isto é, “legalizar as Casas”, devido à possibilidade de não haver continuidade.

Reclamavam ainda da falta de mais profissionais para oficinas; além de solicitarem mais oficinas.

As Casas deviam ser lugar para expressão artística livre.

PESQUISA II (ENTREVISTAS COM USUÁRIOS DAS CASAS DE CULTURA)

O levantamento de dados abaixo foi feito nas Casas de Cultura de Interlagos, Butantã, Ipiranga, Santo Amaro. Observamos que esta amostra serve apenas como indicador, pois não foi possível abordar um maior número de pessoas, nem realizar uma pesquisa qualitativa a respeito das Casas de Cultura. Os dados que apresentamos foram resultado de entrevistas com usuários das Casas acima referidas.

Como foram ouvidas apenas 92 pessoas, num universo bastante flutuante de usuários, entendemos que publicar esse resultado pode valer como uma referência que, apesar de não trazer dados conclusivos, serve de auxílio às discussões e reflexões sobre o fazer cultural nas Casas de Cultura.

Optamos por publicar esses dados para que também fique um registro de perfil dos usuários desse tipo de equipamento cultural.



DADOS

1. Sexo:

Feminino	58%
Masculino	41%
Total:	92

2. Idade:

até 20 anos	59%
de 21 a 30	11%
de 31 a 40	7%
de 41 a 50	1%
de 60 e mais	20%
Total:	72

3. Ocupação:

estudante	6%
trabalhador	34%
os dois	14%
nenhum	6%
Total:	80

4. Escolaridade:

1º grau	20%
1º grau incompleto	52%
2º grau	13%
2º grau incompleto	6%
Superior completo	3%
Superior incompleto	2%
nenhum	2%
Total:	90

5. Frequência nas Casas:

todos os dias:	6%
2 a 3 vezes por semana	51%
1 vez por semana	26%
2 a 3 vezes por mês	8%
outros	6%
Total:	92

6. Tempo que frequenta as Casas:

até 08 meses	78%
01 ano	9%
02 anos	11%
03 anos	1%
Total:	68

7. Atividades que frequenta:

música	17%
teatro	31%
artes plásticas	7%
literatura	11%
esporte	7%
dança	5%
cinema/vídeo	4%
outros	17%
Total:	48

8. Avaliação das atividades:

ótimas	58%
boas	29%
regulares	11%
não sabe:	1%
Total:	91

9. Organização das Casas:

satisfatória:	75%
regular:	23%
ruim:	1%
Total:	89

10. Qualidade da programação:

satisfatória:	81%
regular:	17%
ruim:	1%
Total:	86

11. O que está faltando nas Casas:

mais eventos	20%
eventos com mais qualidade	5%
melhor administração	6%
instalações mais adequadas	17%
divulgação	42%
outros	9%
Total:	121

12. Horário adequado:

sim	92%
não	7%
Total:	81

PATRIMÔNIO, CIDADANIA CULTURAL E MEMÓRIA SOCIAL

7

Valmir de Souza* e Marinalda Garcia**



Acervo - SMC

*A força da grana que ergue
e destrói coisas belas*
Caetano Veloso

Esquina das ruas Direita e São Bento

A CIDADE COMO SUPORTE DA MEMÓRIA

Cada cidade tem suas marcas de identidade, suas formas de se apresentar ao mundo e aos visitantes. São Paulo tem a marca do que chamam de “destruição criativa” em relação ao seu acervo arquitetônico, numa dinâmica de “construir-para-destruir”. Essa tem sido a lógica da cidade, que se reflete nos seus planos urbanísticos e cuja finalidade é o lucro imobiliário.

A tradição urbanística na cidade de São Paulo tem se pautado pelo “embelezamento” e pela “higienização”, juntamente com uma visão “moderna” (ou política de terra arrasada): essa tradição da cidade, com seus megaprojetos para avenidas e pontes, passando o trator por cima de casas e pessoas,

não leva em consideração a história, a comunidade e a cultura (o exemplo mais recente é a “Extensão da Avenida Faria Lima”). Poucas administrações têm trabalhado para resgatar a história e a memória da cidade. Pelo contrário, o que tem sido importante é “rasgar” a cidade para construir edifícios comerciais e residenciais, solapando símbolos históricos. Isso tem contribuído para um cenário desolador nessa metrópole polifônica.

Nesse fim de século, ainda persiste o debate urbanístico do século passado, quando

* Pesquisador do Instituto Pólis; Membro da Secretaria-Executiva do Fórum Intermunicipal de Cultura (FIC); Pós-Graduando em Teoria Literária (USP).

** Historiadora; Assessora Técnica de Projetos Especiais do DPH (1992); Pós-Graduanda em História Social (USP).

então se discutiam questões referentes ao planejamento urbano, tendo, por um lado, os urbanistas que insistiam em planejar a cidade com base na visão de linha reta - urbanismo de comunicação (Otto Wagner) e, por outro lado, os urbanistas histórico-culturalistas que se preocupavam com um projeto que valorizava uma visão mais comunitária e histórica juntamente com a estética. Isto é, era importante levar em conta as condições históricas, arquitetônicas, comunitárias, enfim, os elementos beleza e convívio faziam parte do plano urbanístico para a cidade (Camillo Sitte)¹.

Sabe-se hoje que os indicadores culturais têm grande peso como indicadores sociais da qualidade de vida

O que está em jogo nessa discussão é a **questão urbana**: a cidade enquanto espaço público deve ser o lugar não só de circulação de veículos e mercadorias, mas de encontro e de conversa, e o Poder Público deve trabalhar para proporcionar espaços de convivência para a população em geral e para os mais pobres em particular: questão de política urbana. Os vários movimentos culturais (musicais, teatrais, artísticos, etc.) que se reúnem em lugares públicos e privados, juntando milhares de pessoas sob o mesmo teto - rappers, funklers e outros grupos, espalhados pelos quatro cantos da cidade -, movimentam-se em direção a uma reapropriação dos espaços urbanos.

As paisagens urbanas sofrem uma ação estratégica por parte de alguns governos que tiram delas o que há de histórico, de memória, de sociabilidade, de convivência, enfim, o que há de traço humano na cidade. Por exemplo, as cidades históricas do Leste Europeu tiveram seus símbolos e sua arte devastados: percebeu-se que, ao destruir os símbolos e lugares de memória de uma

população durante a guerra, consegue-se deixá-la sem “suporte” de memória e, portanto, sem referência coletiva, facilitando que sejam derrotados esses grupos que, antes, estavam estruturados ao redor dessas referências². De certa forma, o mesmo acontece com certas concepções urbanísticas ditas “pós-modernas”. A cidade e seu Patrimônio Histórico e Cultural (nas diversas modalidades e categorias) têm sofrido de uma verdadeira ação de guerra a médio e longo prazos: o esquecimento proposital de seus bens coletivos e históricos deteriora os diversos suportes da memória social e, conseqüentemente, desvaloriza e torna precária a vida urbana.

Sabe-se hoje que os indicadores culturais têm grande peso como indicadores sociais para a medição da qualidade de vida, e que cultura não é só patrimônio construído mas também formas e modos vividos de memória presentes na cena urbana.

Esta preliminar serve para contextualizarmos as ações do DPH neste período que enfrentou este tipo de tensão presente em suas atividades e projetos.

O DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E A CIDADANIA CULTURAL

O Departamento Patrimônio Histórico (DPH) é um dos mais antigos da Secretaria Municipal de Cultura (SMC). Ao longo de sua história, vem atuando como “inventariante” da memória da cidade e também como “registrador” de obras públicas de arte, isto é, como carregador do andor dos bens culturais da classe dominante (Walter Benjamin), numa “disfunção” meramente teórica. Seus registros e monumentos despertaram pouco interesse dos órgãos públicos, a não ser em datas comemorativas do tipo “IV Centenário”, quando elege os heróis bandeirantes como únicos atores que compõem o cenário histórico-cultural da cidade. Esta é a tradição na cidade, a “velha tradição que caracterizou a área do patrimônio histórico (...) em que os bens culturais foram sempre tratados como

¹ No livro *Viena Fin-de-Siècle* (São Paulo, Cia das Letras, 1988), Carl Schorske desenvolve esta questão de forma admirável.

² Nelson Ascher - “A Arte como alvo da guerra”. in *Jornal da USP*, n. 255, de 14 a 20/06/93.

despojos no cortejo triunfal dos vencedores”³. Era preciso repensar as funções de um órgão público: que memórias preservar ou respeitar, quais seriam os suportes mais importantes, etc. As ações precisavam ser repostas numa outra chave de interpretação, assim como os conceitos que eram operados pelo poder público.

A Política Cultural da Secretaria foi desenvolvida pelo DPH que passou a considerar “a diferença e a multiplicidade” como pontos básicos do direcionamento proposto inicialmente e da orientação geral de uma gestão democrática da cultura.

Em relação aos bens culturais, ter-se-ia que repensar a noção tradicional de preservação. Não é mais só o Palacete que deve ser preservado, mas os suportes “dos outros” também. Na definição de Déa, “Bens culturais não são apenas aqueles tradicionalmente considerados dignos de preservação, produzidos e definidos pelos vencedores de cada época. Ao contrário, são os frutos de todos os saberes, todas as memórias de experiências humanas(...) todos aqueles que brotam de escolhas e ações coletivas”⁴. Para operar esse conceito de bens culturais, foram desenvolvidos projetos e implementados programas na cidade de São Paulo com a intenção de romper com o tradicionalismo e resgatar a memória plural e múltipla da cidade como um todo. “O princípio desdobra-se na garantia da informação, na possibilidade da produção, no acesso à fruição dos bens culturais e na participação relativas à política desenvolvida”⁵. O DPH trabalhou com o tema “O Direito à Memória”, através de várias atividades que visavam implementar o “Projeto de Cidadania Cultural” em São Paulo, na Gestão de 1989-1992.

A situação encontrada não era nada animadora, ao contrário, foi preciso um *tour de force* cultural aplicado contra o descaso em relação ao patrimônio público: prédios e equipamentos destruídos; acervos deteriorados; literalmente caindo aos pedaços

estava o Solar da Marquesa (exemplo mais “vivo” de abandono da memória); o arquivo fotográfico sofrendo com umidade e infiltrações; o Arquivo Histórico Municipal, na rua da Consolação, com as estruturas abaladas e com os documentos servindo de comida para ratos; as casas históricas sem nenhuma conservação sendo apropriadas para usos particulares; atividades como o Serviço Educativo sem a devida valorização; o CONPRESP praticamente desativado; junto disso tudo, faltava uma equipe técnica qualificada (museólogos, sociólogos, arquivistas, historiadores, etc.), faltava material básico de trabalho e, além disso (ó céus!), havia a justa reclamação da crônica “falta de papel higiênico”. Este era “o retrato da desimportância que se dava à memória da cidade em seus múltiplos suportes”⁶.

A Política Cultural da Secretaria foi desenvolvida pelo DPH que passou a considerar “a diferença e a multiplicidade”

É preciso observar que o Departamento não se restringiu aos trabalhos com tombamento e preservação de bens imóveis, reativando o CONPRESP, mas ampliou seu leque de ação para atividades de pesquisa nas diversas áreas pertinentes ao patrimônio cultural da cidade, indo além do espectro arquitetônico.

AÇÕES DO DPH

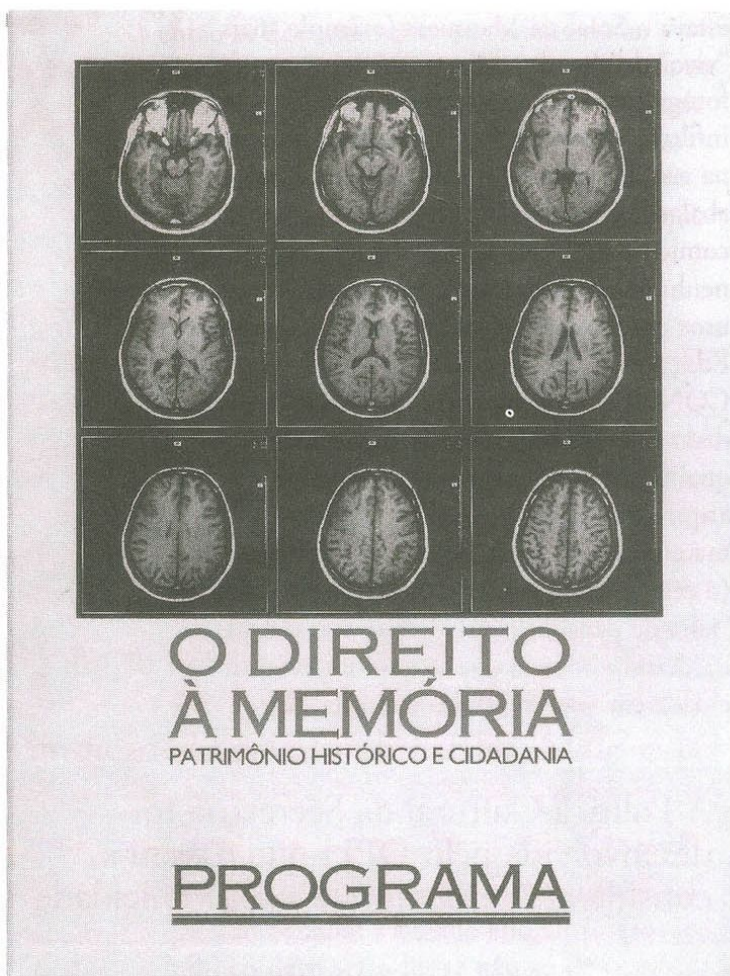
Apesar de o DPH ter desenvolvido um número enorme de atividades, ter publicado vários resultados de trabalhos (revistas, boletins, livros) e vídeos, dada a falta de espaço para descrever todos, optamos por dar um relato do que foi feito através de quatro atividades que propiciaram um olhar mais atualizado sobre a cidade, modificando visões preestabelecidas sobre o espaço urbano e

³ Déa Ribeiro Fenelon (Diretora do DPH na Gestão de 1989-1992). “O Direito à Memória” in: **Cidadania Cultural em Ação, 1989-1992. Prestação de contas da Secretaria de Cultura aos cidadãos**, PMSP/SMC, 1992).

⁴ idem

⁵ idem

⁶ “Relatório de Gestão: 1989-1992”, Departamento do Patrimônio Histórico, Coord. de Maria Clementina P. Cunha, inédito, 1992.



Capa de Programa da SMC

histórico do Brasil: As Casas Históricas, o Serviço Educativo, o Projeto Pátria Amada Esquartejada e o Projeto de Memória e História Oral.

DINAMIZAÇÃO DAS CASAS HISTÓRICAS

A reforma e restauro das chamadas Casas Históricas foi um ponto importante para o DPH por ter podido, com isso, reciclar essas edificações dando-lhes novos usos e sentidos.

O trabalho de restauro dessas Casas, reformadas e adaptadas, foi fundamental para que elas pudessem ser utilizadas para atividades culturais. A Divisão de Preservação fez pesquisas e estudos para poder rever as funções históricas destas Casas.

O Solar da Marquesa de Santos foi restaurado e passou a dar lugar a eventos culturais diversos: exposições fotográficas, de móveis e objetos históricos, espetáculos de canto coral, realização de seminários, cursos, memórias e demonstração de vídeos sobre a

cidade e o direito à memória. Foi produzido um vídeo sobre a restauração do Solar da Marquesa e do Beco do Pinto.

A Casa nº 1 foi restaurada e nela passou a funcionar o Arquivo Histórico Municipal que abriga o acervo documental da administração da cidade de São Paulo abrangendo o período de 1554 até aproximadamente 1912.

Na Casa do Sertanista, foi instalada a *Primeira Embaixada dos Povos da Floresta*, através de acordo da SMC com a UNI (*União das Nações Indígenas*). Nessa Casa, os Xavantes instalaram uma Exposição sobre os modos de vida indígena. Essa exposição foi visitada por escolas públicas, e moradores da região do Butantã puderam ver de perto como são feitos alguns rituais indígenas. De uma lógica colonial, a *Casa do Sertanista* passa a colocar em pauta exatamente a cultura daqueles que foram massacrados pelos Bandeirantes. Esses eventos serviram para mostrar a cara dos índios para São Paulo e para o Brasil, que mal conheciam os povos indígenas. O fato de os índios terem participado de algumas atividades do DPH é muito relevante e “revelante” de culturas que ainda subsistem de uma forma ou de outra.

Os índios estiveram presentes no Projeto Pátria Amada Esquartejada, no qual se inseriam as *Aulas Públicas*: no Parque da Previdência, no Bairro do Butantã, Zona Oeste de São Paulo, os índios foram o tema da aula. O fato de eles terem participado foi muito importante para os diversos grupos do Brasil e o trabalho do DPH abria esse canal fundamental de expressão da cultura indígena, dando visibilidade aos problemas que afetam essa população milenar da América do Sul. Como disse Aílton Krenak numa entrevista para a Revista “Teoria e Debate” (Nº 7, 1989): “Você não *preserva* seres humanos, você os *respeita*”.

A Casa do Sítio da Ressaca foi cedida para abrigar o *Acervo da Memória e do Viver Afro-Brasileiro*. Esse é mais um exemplo de resgate de culturas que foram marginalizadas por governos que não reconheceram nelas formas representativas de expressão cultural que precisassem ser preservadas e respeitadas. Os negros têm uma história de torturas e prisões ao longo da “História Oficial” brasileira, mas ainda assim, mantêm suas

tradições e costumes transformados e revigorados. O acervo exerce um papel importante na preservação da memória e da história da população negra no Brasil. A instalação desse acervo contou com a participação dos movimentos sociais de cultura afro-brasileira.

A conhecida Casa do Grito foi usada para se dar um outro ponto de vista da História: por exemplo, os monitores do Serviço Educativo, ao levarem os alunos para a visita da Casa, podiam contar histórias do Brasil, desmitificando a idéia de que aquele teria sido o lugar onde D. Pedro I teria dado o “Grito do Ipiranga”.

O trabalho de restauro dessas Casas (reformadas e adaptadas) também foi importante para que elas pudessem ser utilizadas para certas atividades. A Divisão de Preservação fez pesquisas e estudos para poder rever as funções históricas das Casas, dinamizando-as e dando-lhes assim novos usos.

Esses são alguns exemplos de redefinição do perfil e do uso das Casas Históricas do município de São Paulo, efetivando um contra-discurso no âmbito do simbólico, colocando a história “a contrapelo”. Nessas Casas foram realizados cursos, eventos e exposições de documentos e materiais relacionados à história e à memória da cidade.

SERVIÇO EDUCATIVO

Já existia, na SMC, desde a administração Covas, uma atividade relacionada à Educação em Museu e também um programa de visitação ao Centro da Cidade (Museu de Rua) e às Casas Históricas, através dos quais se prestava um serviço de visitas monitoradas para algumas escolas públicas e particulares, restringindo a oferta de transporte a algumas instituições e que atendia também às escolas com condições de se locomover para o centro da cidade de ônibus. Essa atividade, porém, não oferecia transporte gratuito num sistema mais articulado com um projeto que envolvesse a Secretaria de Educação e a de Cultura, o que muitas vezes fazia com que o trabalho atingisse apenas algumas escolas. Apesar de não ser intencional, ficavam excluídas desta atividade as escolas que não tivessem acesso às informações. Havia necessidade de uma ação mais conjunta do

poder público e que possibilitasse aos professores uma formação com um olhar mais abrangente em relação à cidade.

Na Gestão 1989-1992, houve um trabalho imenso no sentido de mudar o perfil do *Serviço Educativo*, ampliando-o principalmente para a rede municipal, com a oferta de transporte gratuito e um *Curso de Capacitação para os Professores da Rede Municipal* com um trabalho *interdisciplinar* - eram apresentadas e discutidas questões referentes ao Patrimônio Histórico, às Artes Plásticas, à História da Cidade, ao Urbanismo, ao Plano Diretor, aos modos de vida na cidade, à Literatura, etc. Com esse Curso de Capacitação, pretendia-se que os professores, antes de ir ao centro da cidade com os alunos, fizessem uma preparação na sala de aula para que os estudantes soubessem o que aconteceria no passeio: uma “viagem cultural e lúdica ao Centro da Pólis”.

Havia necessidade de uma ação mais conjunta do poder público e que possibilitasse aos professores uma formação com um olhar mais abrangente em relação à cidade

A equipe do Serviço Educativo entendeu que uma das maneiras de ampliar o uso e ocupação do espaço urbano pela população seria oferecer um serviço com os vários aspectos sobre a cidade num direcionamento multidisciplinar: os participantes podiam discutir as várias disciplinas fora do espaço “confinado” da escola.

Pretendia-se, com isso, que o resgate social estivesse relacionado também ao uso do espaço público pelos que foram historicamente excluídos da participação na cidade. Também o estudo da História deveria ser revisto e repensado a partir de uma ótica não-oficial: era necessário pensar os “novos” elementos culturais (o indígena, o negro, o pobre, a prostituta, o estudante, etc.). Professores e alunos podiam ampliar seus conhecimentos sobre a cidade, tendo um contato imediato com o espaço urbano e entender que a cidade pode ser espaço de todos. Entendeu-se que era necessário reconstituir a memória a partir

de padrões organizativos que não constavam dos livros de história.

Um dos pontos básicos do Serviço Educativo foi propiciar uma aproximação da Periferia com o Centro da Cidade na prática cultural e educativa: isso foi conseguido quando as crianças e os adultos de bairros distantes puderam ver e estudar *in loco* o Centro Histórico da Cidade. Com esse movimento de ida ao Centro ampliavam-se os horizontes dos alunos das Escolas Municipais. Essa atividade funcionou como uma ponte entre a Secretaria Municipal de Cultura e a Secretaria Municipal de Educação.

Esse serviço oferecia visitas monitoradas em dois roteiros: o primeiro era o roteiro do Centro Histórico da Cidade e o segundo era o do “Parque da Independência”, este último de suma importância para se estudar a história do Brasil.

O roteiro do *Centro Histórico da Cidade* foi de importância vital para se trabalhar a noção de “Cidadania Cultural”. Além de se oferecer a alunos e professores a oportunidade de transitar e conhecer o Centro Histórico, discutia-se também o significado da cidade histórica com seus monumentos e as concepções urbanísticas que acabaram por construir o tipo de cidade que temos hoje com todos os problemas de infra-estrutura, de transporte, de habitação, etc.

Um dos pontos básicos do Serviço Educativo foi propiciar uma aproximação da Periferia com o Centro da Cidade na prática cultural e educativa

Do topo do Edifício Martinelli, que oferece um mirante privilegiado, podia-se fazer uma observação global da cidade. Nas ruas, eram contadas as histórias de pessoas e de grupos de pessoas que as habitavam. Por exemplo, os negros foram um grupo que teve a Igreja (do Rosário) tirada da atual Praça Antônio Prado e transferida para o Largo do Paiçandu. Também era estudado um pouco da vida dos índios que habitavam a região. Mostravam-se também as contradições das belas construções da antiguidade paulistana.

No “Pátio do Colégio”, podia-se entender o que foi feito com o espaço: as diversas obras

que foram construídas e destruídas; por exemplo o prédio da Igreja e do Museu Anchieta é uma mera réplica da Capela que lá existia: para isso, foi feita a demolição do antigo “Palácio do Governo”. Como nos lembra Walter Benjamin, “Todo monumento de cultura é também um monumento de barbárie”.

Dos fundos do Pátio do Colégio, olhava-se para a Várzea do Carmo a partir da qual a cidade tinha crescido vertiginosamente para os lados da Zona Leste.

Enfim, este passeio podia proporcionar um outro olhar sobre a vida humana e as construções do Centro da Cidade às crianças que nunca tinham ido até lá.

O roteiro do *Parque da Independência* incluía o Eixo Monumental, composto pelo Museu Paulista, jardins franceses, o Monumento à Independência, e a Av. D. Pedro, a Casa do Grito e o Riacho do Ipiranga. O passeio pelo Parque podia fornecer toda uma reflexão sobre os símbolos da pátria ali “armazenados”. O prédio que abriga o atual Museu Paulista, imaginado como “Palácio Real”, tinha sua história contada a partir de outros pontos de vista. A Casa do Grito provavelmente não existia na época em que D. Pedro passou pelo Ipiranga. O Riacho do Ipiranga sofreu um desvio para ficar mais perto do Monumento. O quadro de Pedro Américo “Independência ou Morte”, localizado no “altar da pátria”, no salão nobre do Museu, era analisado dentro de uma ótica de desconstrução, possibilitando uma viagem ao passado brasileiro por outro prisma. O jardim localizado na frente do museu, que é uma imitação de jardins franceses, encontrava “eco” nos valores de unidade, ordem e disciplina que orientaram a montagem do “altar da pátria”. Esse trabalho com a natureza leva-nos a crer que “até a paisagem foi colônica” (Nilson Moulin). Tudo isso servia para desmitificar a versão da história tradicional, e para problematizar os chamados símbolos nacionais.

Além dessas monitorias no Centro Histórico e no Parque da Independência, a equipe do Serviço Educativo fez uma pesquisa específica com visitas a museus e recolhimento de material informativo sobre as atividades em museus da cidade, resultando



“Pátio do Colégio” - Instituto Cultural Itauí - reprodução eletrônica para divulgação cultural

daí um *Guia de Museus e Instituições da Cidade de São Paulo* - dirigido para Professores e publicado pelo DPH em 1992. Esse Guia foi distribuído para escolas e entidades culturais da cidade. O grande serviço desse Guia foi o de colocar à disposição de professores informações sobre um número razoável de instituições que pudessem servir de apoio às aulas: este guia serve para “tirar” alunos e professores da escola e colocá-los em contato direto com acervos históricos, científicos, artísticos e culturais da cidade. No encontro com professores, tanto da Rede Pública como da Rede Particular, percebe-se claramente que eles não têm acesso a esse tipo de informação exatamente porque pouca coisa tem sido feita para que haja circulação de informações relativas aos serviços que instituições públicas e privadas prestam no sentido de ampliar as atividades extra-classe.

Em 1992, também foi publicado pelo DPH, uma coletânea intitulada *Textos e documentos para discussão com professores*, cuja pesquisa foi elaborada pela equipe do Serviço Educativo. Essa coletânea era um material de apoio para professores e alunos que visitaram o Centro Histórico e o Parque da Independência, e se inseria nos debates sobre os 500 anos de “descobrimento” da América. Apesar das condições de trabalho inicialmente precárias, este serviço educativo foi de

importância vital para a Ação Cultural na cidade de São Paulo.

O Serviço Educativo faz parte da Divisão de Iconografia e Museus do DPH, porém ainda não está incluído no Organograma Oficial da SMC, o que dificulta bastante a aquisição de material de trabalho e alocação de verba para se desenvolverem as atividades pertinentes a essa área.

Para que funcionasse a contento, nesse período, o Serviço Educativo contou com uma coordenação eficiente e uma equipe composta de funcionários, historiadores, pesquisadores e estagiários que se esforçou muito no trabalho de monitoria e nas pesquisas quanto às Artes Plásticas, à História e ao plano diretor da Cidade de São Paulo.

PÁTRIA AMADA ESQUARTEJADA

Um projeto importante do DPH foi o *Pátria Amada Esquartejada* (PAE) localizado dentro de um projeto maior intitulado *500 anos, Caminhos da Memória, Trilhas do Futuro - 1492, 1792, 1922*, tendo como eixo temático a idéia de Nação Brasileira. Esse projeto foi concretizado em duas atividades principais: Aulas Públicas e Visitas Monitoradas, e teve como produtos a publicação da Série Registros (nº15) e um vídeo de 32 minutos com depoimentos de participantes das referidas aulas.

A idéia de *nação* é bastante abstrata e distante da experiência humana⁷. Para um país como o nosso, com um alto índice de analfabetismo - evidentemente provocado por uma expropriação intencional - a idéia de nação, com uma história iniciada na formação dos Estados Modernos (séculos XVII e XVIII), teria de ser repensada não exatamente nos moldes da tradição européia, mas no contexto de uma outra realidade social que é a nossa. Qual o significado então de nação para o trabalhador, o índio, a criança, o migrante, o idoso, a mulher e outros grupos “minoritários”? A intenção do projeto foi discutir, levantar questões, repensar valores que têm sido estimulados pelos símbolos nacionais (bandeiras, hinos, etc.).

Diante de nossa história oficial e do contexto social atual, fazia-se necessária uma releitura de alguns símbolos históricos nacionais

O título “Pátria Amada Esquartejada” ligava-se à imagem de um Tiradentes esquartejado e não no Tiradentes “inteiro”. Sabe-se que esse personagem histórico nunca aparece nas representações geográficas partido e dividido, isto é, intencionalmente, ele aparece “vivo”: isso remetia à idéia do corpo da nação unida e sem conflitos; sabe-se também que Tiradentes, por outro lado, representou de um certo modo a resistência em relação a impostos cobrados pela Corte Portuguesa. Diante de nossa história oficial e do contexto social atual, fazia-se necessária uma releitura de alguns símbolos históricos nacionais e trabalhar diretamente com a população da cidade de São Paulo, verificando o que essa população pensava sobre o assunto e o que ela desejava ver mudado na simbologia brasileira.

Foi nessa direção que foram promovidas as Aulas Públicas e as Monitorias nas Exposições do Projeto.

As Aulas Públicas tinham um formato de “TV de rua”: havia o chamado “caminhão-expressão” da TV Anhembi e uma equipe técnica que coordenava as aulas em lugar público predeterminado pela produção do

evento: depois de uma introdução sobre o significado do evento, a apresentadora colocava a questão para o público sobre o que é ser brasileiro, e então era passado um vídeo sobre o tema da “aula” (Meninos de Rua, Idosos, Migrantes, Sem Terra, Índios, Negros, Trabalhadores). Essas aulas não tinham um caráter “escolar”. Era escolhido um palestrante, em geral ligado aos movimentos sociais específicos (por exemplo, para falar sobre índios foi convidado Ailton Krenak, sobre Meninos de Rua, João de Deus, sobre Idosos, Lélia Abramo e assim por diante).

Além dessas aulas públicas, havia também as monitorias nas exposições itinerantes (versão reduzida da Exposição *Pátria Amada Esquartejada* com imagens sobre o Brasil e suas múltiplas faces - “as caras do Brasil”). O kit completo dessa Exposição foi distribuído a escolas públicas e particulares, e a instituições culturais que faziam solicitação para trabalhar com o material. Também foi instalada a versão integral da Exposição junto ao Monumento à Independência: nesse lugar, a equipe do *Serviço Educativo* fez monitorias aos alunos da rede pública de ensino e a grupos interessados em visitar a exposição.

Por este trabalho de “desconstrução” dos símbolos nacionais, este Projeto “mereceu” uma menção na imprensa. O jornal “O Estado de São Paulo” publicou, em editorial do dia 23.04.92, texto criticando esta atividade, porque pretendia “destruir todos os símbolos, toda a possibilidade de os brasileiros se aglutinarem” e que tinha como objetivo “destruir tudo aquilo que pode dar sentido ao plebiscito cotidiano em que a Nação se constrói”.

O projeto teve o mérito de propor novas leituras da história oficial e, além disso, ganhar um texto num órgão que normalmente atua dentro de uma perspectiva histórica, e que faça quando valores bastante cristalizados se encontram “em perigo”.

Houve um problema, considerado por muitos usuários, que era o da linguagem rebuscada para a transmissão de conteúdo dos cartazes ao cidadão “comum” e também alunos de escolas de 1º e 2º. Grau. Em parte esta questão pôde ser contornada pelo trabalho de monitores que trabalham com

⁷ Pátria Amada Esquartejada (PAE), Série Registros, nº 15, p.7.

VERIFICAR RESOLUÇÃO



Detalhe de cartaz da SMC

escolas e grupos que visitam a Exposição em vários locais da cidade.

MEMÓRIA E HISTÓRIA ORAL

Um outro projeto muito importante foi o relacionado à Memória Oral, trabalho desenvolvido pela Assessoria Técnica de Projetos Especiais do DPH da Secretaria Municipal de Cultura, organizado e coordenado pela professora Maria Célia Paoli. Esse projeto acompanhou a proposta fundada nas diretrizes gerais do plano de cultura da SMC.

Nas diretrizes gerais, para o desenvolvimento do programa priorizou-se o trabalho de memória como importante para a cidadania cultural. Esse trabalho foi montado dentro de uma concepção de cultura inseparável da idéia de direitos e de participação, propondo, assim, uma ruptura que completa a possibilidade de que todos possam ser criadores culturais.

O projeto de memória foi destinado a grupos, instituições, movimentos sociais, entidades e pessoas interessadas em suas histórias, preocupados em entender e documentar a trajetória de vida, inaugurando uma prática de compreensão de seu presente e de uma relação modificada com o seu passado. Isso através de uma intervenção diretiva na qual a busca da relação comum abrir-se-ia para uma reflexão conjunta com os memorialistas sobre os símbolos, os valores, as linguagens que enunciam a memória. Entre os sucessos e fracassos, tentar construir os modos de trabalhar as lembranças, os julgamentos e os significados postos nas narrativas orais e nos documentos. Procurar fazer com que, neles, uma história seja debatida, pensada, transformada, e que essa história existe a fim

de ajudar a fazer uma reflexão sobre Memória e História e, sobretudo, para expandi-la e multiplicá-la.

Além disso, o trabalho de memória foi pensado como forma de contribuir para a preservação das tradições populares e, sobretudo, permitir que o resgate da história de vida fosse representado como expressão do direito, um exercício para a cidadania. Afinal, a democratização da cultura significa também fazer com que nos relatos dos memorialistas emergem as histórias onde sejam respeitadas as várias lembranças, trabalhando os julgamentos e os significados postos nas narrativas, apesar dos ditames, dos “pressupostos culturais hegemônicos” do passado (considerando aí toda a discussão da Academia).

É preciso considerar que o perfil principal dessa atividade reside na importância do significado do trabalho com esses relatos, mostrando o quanto eles, os memorialistas, são os próprios atores e agentes da história da cidade.

Se por um lado as oficinas de memória possibilitam um resgate da história de seus habitantes da maneira como eles a contam e percebem a cidade, por outro lado, contribui para uma visão acerca da pluralidade da história, do que significa o resgate do que foi vivido por direito e por sua representação na cultura.

Nas diretrizes gerais, para o desenvolvimento do programa priorizou-se o trabalho de memória como importante para a cidadania cultural

Uma outra abordagem dessa ação de memória foi procurar estabelecer uma prática que privilegiasse a constituição de novos acervos sobre a memória paulistana, a partir de uma perspectiva que evitasse tanto um estilo acadêmico, bem como um estilo de intervenção da memória popular.

Neste sentido, os trabalhos que foram desenvolvidos com o Movimento de Saúde na Zona Leste, o projeto com os moradores do Jabaquara, com os aposentados da Fábrica de Cimento Perus, com os aposentados das Indústrias Têxteis do Brás, com os moradores da favela do Heliópolis e, por último, os movimentos por moradia na Zona Sul.

7



Foto: Sossé Palma

Projeto "Paulicéias Perdidas" - 438º aniversário da cidade de São Paulo - rua Direita

Ficou a cargo dessa Assessoria Técnica a organização de duas edições do seminário sobre "Memória e Ação Cultural", sendo que a segunda edição contou com o apoio da Secretaria Municipal de Educação e da USP. Os resultados foram publicados na "Revista do Arquivo", nº 200.

Um registro do trabalho desenvolvido em Perus pode ser destacado: a mobilização feita pelos ex-operários em setores sociais (escolas, Sociedade Amigos de Bairro, Sindicato, etc.), ligados à história de Perus, permitiu a assinatura do decreto, assinado pela Prefeita, destinando a área da fábrica como Bem de Utilidade Pública.

Um outro resultado foi a inauguração do "Centro de Cultura do Trabalhador", baseado no trabalho de memória. Esse projeto deverá a reunião do acervo sobre a memória de Perus, permitindo o acesso do público em geral.

Finalmente, é preciso enfatizar que esta atividade não teve buscou a "destruição" das memórias existentes, mas pretendeu, antes, somar-se às diversas contribuições acerca das lembranças que dão o tom da memória.

INDICAÇÕES FINAIS

Consideramos que o DPH foi um dos mais ativos da gestão Cultural de 1989-1992, e trouxe contribuições inestimáveis para se repensar a história da cidade, colocando questões sobre preservação e tombamento como nunca antes haviam sido colocadas, principalmente quanto aos valores culturais de uma metrópole como São Paulo. Em 1991, foi realizado pelo DPH, juntamente com agências de financiamento nacionais, o Congresso Internacional de Patrimônio Histórico, "Patrimônio Histórico e Cidadania - O Direito à Memória". Com grande sucesso de público, foi um marco conceitual importante para pesquisadores e profissionais que atuam na área de preservação da memória social. Houve discussões sobre tombamentos, área particularmente sensível devido aos interesses imobiliários envolvidos.

Foram desenvolvidos, através da atuação do Arquivo Histórico Municipal, projetos importantes na área de Arquivo, desde atividades relacionadas à restauração e preservação de documentos em papel, até inventários de documentos administrativos do município de São Paulo, investindo-se ainda

em máquinas de reprodução de manuscritos por digitalização; além do “Sistema de Arquivos da Cidade de São Paulo”.

O projeto da “Casa da Memória Paulistana”, norteador das ações da Secretaria, e que tem por objetivo juntar os acervos do Arquivo Histórico Municipal e do Arquivo de Negativos, foi realizado em grande parte. Neste espaço também deverá estar localizado o “Centro de Referências da Cidade” e um Centro de Conservação e Restauro.

Dentre as muitas exposições realizadas por este Departamento, pode-se destacar ainda “Paulicéias Perdidas”, que procurou fazer um resgate da memória focalizando aspectos do “Eixo Sé-Arouche” através de fotos, de textos e depoimentos de habitantes da cidade. Esta exposição foi materializada na publicação do DPH “Paulicéias Perdidas”⁸.

Houve também um investimento muito grande na área de publicações: cada projeto trazia consigo um trabalho subsequente de publicação de resultados o que denota um cuidado com a “memória” registrada nos diversos suportes.

Mas nem tudo foi tão linear na atuação do DPH nesse período. Houve problemas de diversas ordens: questões relativas a Recursos Humanos que não foram resolvidas (por exemplo, a Câmara não aprovou o projeto de lei da Prefeita que abria vagas para técnicos - museólogos, arquivistas, historiadores etc)⁹; a dificuldade de usar uma linguagem mais acessível com a população (grande parte da equipe vinha “de fora”: de Universidades e de outras cidades e até outros estados); a falta de “tato” no trato com servidores operacionais e de nível médio, principalmente no sentido de esclarecer a natureza e o caráter dos projetos desenvolvidos pelo DPH. Enfim, o projeto de Cidadania Cultural, sofria uma “transversalidade” de questões que tinham de ser resolvidas muitas vezes *ad hoc*.

Nos termos deste breve texto não seria possível desenvolver uma reflexão sobre todas as ações deste Departamento no período estudado. Mas fica aberto o caminho porque há muito o que pesquisar sobre o tema, aprofundando análises e fazendo também as possíveis críticas em relação aos temas desenvolvidos por essa gestão.

Agradecemos a colaboração de **Nilson Carlos Moulin Louzada**, principalmente na parte referente ao “Serviço Educativo”, do qual foi Coordenador no período 1989-1992, quando desenvolveu incansável atividade de reestruturação deste Programa da SMC juntamente com a equipe que com ele trabalhou; também contamos com a leitura atenta de Rosely Marcheti (Atual Coordenadora do Serviço Educativo e de Emília Maria de Sá (Pesquisadora de Assuntos Culturais do Serviço Educativo), às quais agradecemos pelo apoio.

⁸ Série Registros, n.14, São Paulo, DPH, 1991

⁹ “Relatório de Gestão: 1989-1992”, Departamento do Patrimônio Histórico/SMC, Coord. de Maria Clementina P. Cunha, inédito, 1992.

PRAÇA COBERTA OU NAVE LOUCA?

8

José Américo Motta Pessanha* (1930-1993)

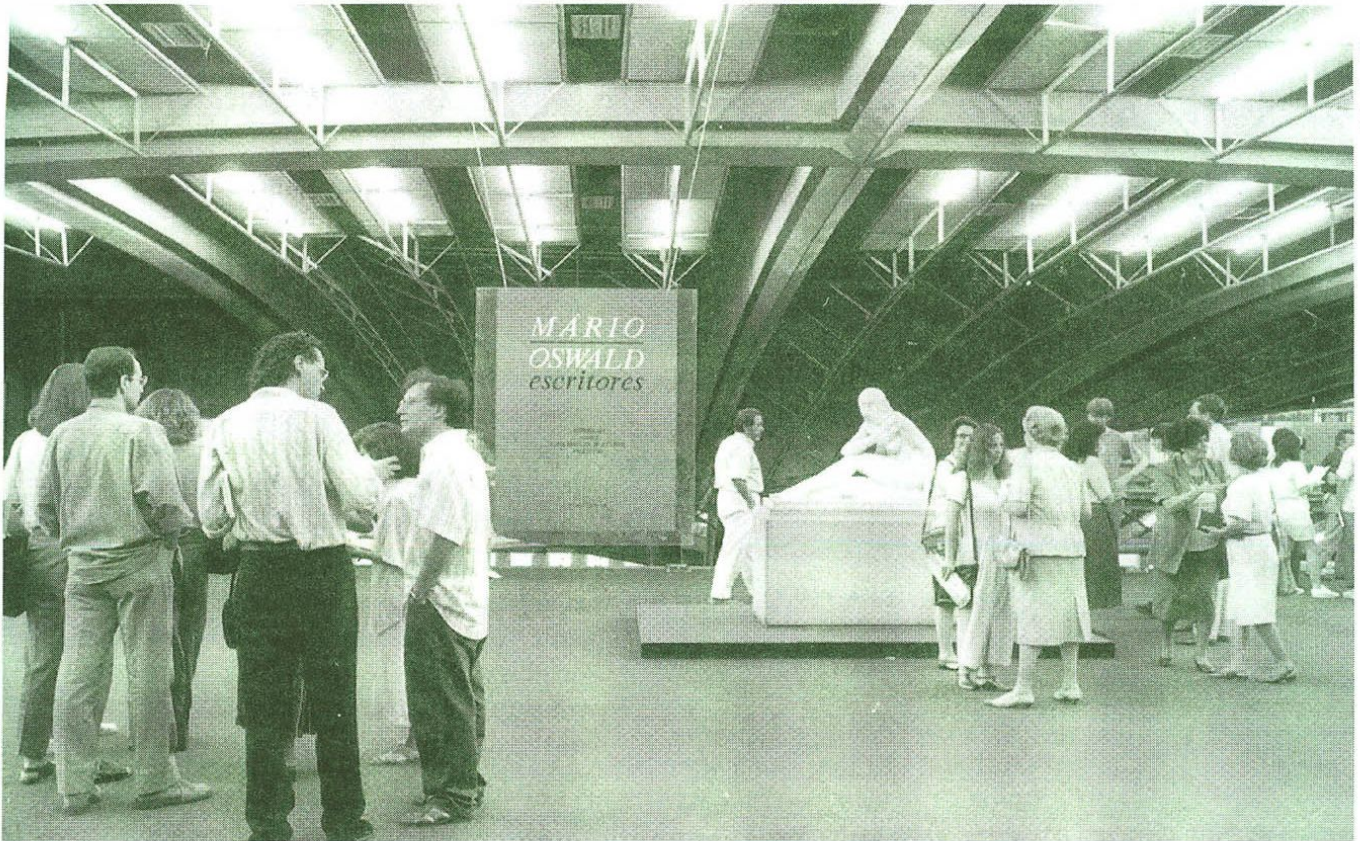


Foto: Sossó Parma

Centro Cultural São Paulo - Abertura da exposição "Mário/Oswald, escritores" - 1990

Concebida pelo arquiteto Eurico Prado Lopes como uma nave solta no espaço da cidade, a edificação que conhecemos como Centro Cultural São Paulo foi projetada para ser um complemento à Biblioteca Mário de Andrade. Esta, que deveria possuir uma segunda torre, não a possui por decisão do Prefeito Prestes Maia. Aquela, que deveria suprir os problemas da "Mário", não os supre por decisão do Prefeito Reynaldo de Barros. Dois prejuízos públicos determinados pela vaidade de dois engenheiros.

E o "centro cultural" - imitação caricata e inadequada do Centre Georges Pompidou - tornou-se uma "nave louca".

Inaugurado em maio de 1982, inacabado, o CCSP, menos de um mês depois, foi destaque nos noticiários de jornais de São Paulo, devido à primeira inundação causada por fortes chuvas. A execução apressada da

obra inaugurada no último dia da gestão do então prefeito Reynaldo de Barros, e não obedecendo rigorosamente o projeto arquitetônico original, deu início, assim, à grave situação do edifício que se tornou, dali por diante, um problema para a SMC e para a cidade. De 1982 a 1989, a não conclusão de aspectos fundamentais do prédio (como a climatização) foi acrescida da inexistência de uma ação adequada e indispensável de manutenção.

Resultado: em 1989, a nova administração do CCSP encontrou um imóvel que, apesar de belíssimo, estava completamente "doente". A penetração periódica de água gerava

* *Diretor do Centro Cultural São Paulo; um dos inspiradores do Projeto "Cidadania Cultural" na Gestão Cultural de Marilena de Souza Chauí (1989-1992); Filósofo e professor na UFRJ e na FGV do RJ; Coordenador Geral da Coleção "Os Pensadores" (Ed. Abril).*

8

umidade e mofo, criando situação desconfortável para usuários e funcionários, ao mesmo tempo que constituía ameaça permanente de séria danificação do acervo (livros, documentos, discos, quadros, etc.). Umidade, mofo, excesso de calor no verão, excessivo frio no inverno, surgimento contínuo de goteiras, rachaduras, infiltração. Inacabado, o piso inferior - que segundo o projeto arquitetônico deveria abrigar atividades, almoxarifado, gráfica e toda a administração central e a das diversas divisões - era, quase totalmente, um "lixão" permanentemente invadido por pessoas e animais, espaço desprotegido a facilitar roubos. Periodicamente, sobretudo nas fortes chuvas de verão, as instalações elétricas eram invadidas e cobertas por água, criando situação ameaçadora e perigosa.

A conclusão das obras demanda recursos a serem continuamente investidos, até se chegar próximo ao patamar sonhado pelos arquitetos

Por tudo isso, de 1989 a 1992, a maior parte dos esforços e recursos relativos ao CCSP tiveram que ser dirigidos mais para o item

obras e, menos do que deveria, para o item programação. Desse modo, as ações culturais ocorridas no CCSP - e foram muitíssimas e importantes - na verdade estiveram quantitativa e qualitativamente bem abaixo do que era desejado pela SMC e pelo próprio Centro. Trabalhou-se, geralmente, como se pôde, não como se quis, em espaços ainda danificados e diante de espaços "mortos", que se tratava de conquistar para a ação cultural; fez-se o que espaços precários e, depois, em obras, permitiram que se fizesse - não o que se sonhou.

A conclusão das obras exigidas pelo prédio inacabado demanda recursos muitíssimo maiores, a serem continuamente investidos, até se chegar próximo ao patamar de excelência sonhado pelos arquitetos que o idealizaram. Ao mesmo tempo, sucessivos investimentos para adequada manutenção deverão ser feitos pelas próximas administrações do CCSP.

Não só a "nave", mas também seus equipamentos, em 1989, encontravam-se em situação precária. Foram necessários: compra de novos e mais modernos (por exemplo: projetores de cinema importados, de melhor qualidade; tela de projeção, etc.); mobiliário para permitir a expansão das bibliotecas, acomodando o acervo crescente e dando

Fachada do Centro Cultural São Paulo



Foto: Sossó Parma

melhor condição de leitura aos usuários; instalação de galerias de exposição com infraestrutura mais adequada; novas e melhores instalações da Discoteca e da Biblioteca Braille (que passou a contar com Seção Infantil); equipamentos necessários à obtenção de melhor nível acústico e luminoso para determinados espaços (salas de espetáculos, bibliotecas), etc. A tarefa de equipar o CCSP visou oferecer condições mais adequadas para a efetivação de diferentes atividades destinadas a diferentes públicos (inclusive públicos especiais, como os deficientes visuais).

Demos ao CCSP duas perspectivas de trabalho: a de uma praça pública coberta, onde os jovens se encontram para conversar, estudar, namorar; onde as famílias vêm com as crianças para ver exposições, espetáculos e ir ao Circo Marimbondo. E a de um centro de recepção, produção e irradiação cultural, com a incumbência, desde 1989, de patrocinar projetos culturais inovadores e experimentais, e realizar ações culturais de ponta, visando a alta qualidade e a exemplaridade.

Três foram as grandes inovações: a criação de áreas inexistentes até então (núcleo de literatura, núcleo de arquitetura, núcleo de eventos especiais); a recuperação dos acervos de arte e discos e da viagem etnográfica de Mário de Andrade; e a recusa do apartheid cultural, imposto na cidade aos chamados “deficientes” físicos e mentais.

Sob este aspecto, a implantação da Divisão Braille da Biblioteca Sérgio Milliet, com programas de ampliação do acervo e de atividades em linguagens culturais (música, dança, teatro, literatura), procura desfazer preconceitos antigos e mostrar que os videntes também são deficientes: padecem de deficiência tátil e auditiva. Somos todos deficientes. Somos todos iguais.

Na mesma linha, os programas realizados com a área de psiquiatria do Hospital do Servidor Público Municipal, permitiram quebrar o apartheid imposto aos “doentes e deficientes” mentais. Cursos, seminários, colóquios, mostras culturais, ciclos de cinema e vídeo, atividades nas quais os sofredores mentais foram e são sujeitos de suas ações e de seus discursos, ampliaram o sentido da Cidadania Cultural.

Demos ao CCSP duas perspectivas de trabalho: a de uma praça pública coberta e a de um centro de recepção, produção e irradiação cultural

Crianças, idosos, etnias e nacionalidades usam a praça coberta com seus projetos e eventos.

A numerosa população de jovens que vem ao CCSP para pesquisar na biblioteca recebe uma programação que lhe permite fruir a cultura: espetáculos teatrais, de música e dança, exposições fotográficas e de artes plásticas, ciclos de vídeo e mostras de cinema, debates e colóquios de literatura, seminários sobre questões candentes da cidade e do país, ciclos de poesia, oficinas de artes cênicas e de artes plásticas.

Muito mais poderia ter sido feito, não fosse a interrupção (durante um ano) das atividades para a reforma da nave, não fosse a necessidade de alocar recursos nessa reforma e na compra de equipamentos.

E muito mais poderia ter acontecido se tivéssemos conseguido romper uma barreira social - invisível e perversa - que impede os trabalhadores do entorno de vencer a timidez e entrar no CCSP para fruir o que nele acontece.

SEMINÁRIO “EXPERIÊNCIA DE DESCENTRALIZAÇÃO EM SÃO PAULO: AÇÃO CULTURAL REGIONALIZADA”*

9

HAMILTON FARIA

O projeto, que dá, motivo para este Seminário, é um estudo da experiência de **gestão cultural** da cidade de São Paulo, no período 1989-1992. Essa experiência de São Paulo, um projeto muito bem concebido, que começa a entender o espaço da cidade não apenas enquanto espaço de realização da economia e da política, mas um espaço de identidades, de memórias, de encontros, ampliando o conceito de Cultura para uma noção mais abrangente do que aquela que tradicionalmente se vê, como a questão, por exemplo, das Belas Artes. Geralmente as Belas Artes é que são consideradas Cultura. O projeto implementado nesse período, com todos os seus percalços e problemas de percurso, foi um projeto que deu uma certa legitimidade para a questão cultural, tanto em nosso município como em outros municípios que estavam vivendo a experiência de gestão cultural democrática. Ofereceu pontos de partida para uma reflexão mais profunda a respeito da cultura democrática.

Assim, como essa não era simplesmente a escolha de um projeto em andamento sem significado mas uma experiência matriz, que tem dado campo para a implementação de políticas culturais democráticas em vários municípios brasileiros, resolvemos estudar esse projeto, fazer, talvez pretensiosamente, uma avaliação da gestão. Acho ruim o termo *avaliação*, mas pelo menos tentar ser a **memória técnica** de um projeto no sentido de acumular informações sobre uma experiência significativa que pode se desdobrar em outras políticas culturais significativas para os municípios brasileiros.

Nosso projeto está em andamento: já fizemos várias entrevistas e acumulamos

muito material empírico da área de bibliotecas públicas, bibliotecas infanto-juvenis, ônibus-biblioteca, patrimônio histórico, casas de cultura. A *Ação Cultural Regionalizada*, embora não seja um departamento, com aquele tipo de estrutura, porque é uma coisa nova dentro do espírito descentralizador da Secretaria, tem também uma importância, principalmente porque no último ano, depois da intenção da Secretaria se descentralizar, foram criadas 13 coordenadorias para levar uma ação cultural mais efetiva aos bairros da cidade de São Paulo.

Uma experiência matriz, que tem dado campo para a implementação de políticas culturais democráticas em vários municípios brasileiros

A gente sabe que a ação cultural, a cultura, vive essencialmente das *descentralidades*. É muito difícil se fazer uma ação cultural sem aquelas fidelidades locais, como dizia o poeta Eliot, e a ação foi uma tentativa de costurar essa ação nos diversos bairros, levar o projeto para as áreas carentes da cidade. Uma tentativa de costurar essa ação com os equipamentos, com os movimentos sociais, com as outras secretarias, auscultar as demandas da população, definir pautas e programas em função das demandas em cada região, trazer a população para que pudesse ocupar os espaços culturais da secretaria, mesmo que não estivessem dentro dessas pautas de demanda.

* Agradecemos a todos os participantes deste seminário e, especialmente, aos expositores que trabalharam na Gestão 1989-1992, no Programa “Ação Cultural Regionalizada”, da SMC/SP.



Foto: João Muscolini

“Forum de Cultura” - SMC

Esse era o projeto, aliás um projeto muito interessante, porque lida com o conceito do popular, a questão do centro, da periferia, um conjunto de conceitos que se cruzam nesse espaço da ação cultural regionalizada.

Decidimos então fazer esse Seminário um pouco mais amplo, não apenas um seminário de trabalho, mas entrar em contato com outras prefeituras, que estariam talvez potencialmente interessadas em constituir uma rede para que se possa ter essa memória técnica, e ter um plano de discussão, de enfrentamento, que pudesse até evoluir futuramente para um **Fórum Intermunicipal de Cultura**¹, sabendo que secretários de Saúde têm um Fórum, secretários do Bem Estar Social têm um Fórum, Transportes têm um Fórum e não tem coisa mais desarticulada do que a Cultura. Desde o conceito do que é Cultura até a ação cultural. Quer dizer, é uma

coisa muito polêmica, complicada, e geralmente no espaço da cidade tem sido secundarizada, sob a argumentação de que vivemos num país carente, que primeiro é preciso resolver os problemas imediatos da população e, secundariamente, a Cultura. Só que em todos os planos de desenvolvimento, já que a Cultura não é incorporada como um dado substantivo desse real, esses planos de desenvolvimento se detêm em visões consumistas e industrialistas.

Então, quando se faz, por exemplo, um corredor de ônibus, e não se trabalha com as diversidades culturais, não se incorpora essa variável como uma coisa importante na visão geral, faz-se realmente uma política meio manca. Então, hoje, eu advogo que a Cultura não deveria ser um departamento, uma secretaria, mas a ação cultural deveria estar

¹ Este Fórum Intermunicipal de Cultura (FIC) está funcionando há dois anos com uma Coordenação Nacional com as seguintes entidades: Instituto Pólis/SP, SESC/SP, Comissão Espírito-Santense de Folclore/ES, Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária - ABRAÇO/RJ, Associação Grupo Carnavalesco Ilê Aiyê/BA, Associação Cultural Casa da Paz/RJ, Instituto de Desenvolvimento e Pesquisa do Vale do Jequitinhonha - IVALE/MG, Marta Arruda - Artista Plástica - Maceió/AL, Secretaria Municipal de Cultura de Belo Horizonte/MG, Secretaria de Produção e Difusão Cultural da UFES/ES, Secretaria de Cultura e Esporte do Distrito Federal/DF, Conselho Estadual de Cultura do Tocantins/TO, Fundação Cultural de São Luís/MA,

localizada em todas as secretarias. Porque todas as secretarias trabalham com identidades locais, trabalham com cultura popular, trabalham com o imaginário da população, trabalham com um conjunto de conceitos que estão presentes no dia a dia de uma secretaria.

Hoje, por exemplo, na área de transporte, as pessoas estão trabalhando com a idéia do “não-transporte”, trabalhar com bicicleta, poupar a ida de carros ao centro da cidade, etc. E o que é isso senão cultura? Quer dizer, uma nova cultura, talvez emergente, infiltrando-se no plano do urbano. Hoje a questão da ecologia, do meio ambiente, etc., é uma nova cultura que também é preciso considerar.

Portanto, a questão da cultura é uma questão muito abrangente. E felicitamos a presença de vocês aqui: é essa heterogeneidade dos municípios que ajuda em muito a discussão. O importante também é, a partir daí, estabelecer uma troca de endereços, de trabalho, etc. Nós temos aqui hoje, por exemplo, um Centro de Documentação e Informação, estamos fazendo um mailing da área de Cultura, estamos fazendo um acúmulo bibliográfico, uma memória das diversas experiências de prefeituras. O nosso interesse, inclusive, é fazer circular essa documentação, não só os estudos que a gente vai realizar mas essa documentação toda. Encaminhar um seminário nacional, talvez numa maior dimensão, como a gente tem feito em outras áreas - de Reforma Urbana, de Transporte, etc. - onde possam ser discutidos temas substantivos, desde o conceito de Cultura até a questão da ação cultural na cidade.

Nosso sistema de seminário é tentar polemizar um pouco, a partir da experiência da regionalização. Não chegaram todas as pessoas que vão falar, mas a gente já poderia começar a dar um breve retrato do que foi essa ação regional: que tipo de conceitos, que problemas, por que a ação regional foi

implementada principalmente no último ano da gestão, quando é uma ação de caráter muito significativo em qualquer tipo de gestão? Enfim, quais foram os problemas de viabilização desse projeto de Cidadania Cultural que, do ponto de vista conceitual, talvez seja o mais avançado que o país já teve, no sentido de uma política cultural consciente - estou dizendo isso porque, do que tenho lido, esse aponta para uma retomada da cidade como um espaço cultural - mas a ação cultural com esse corte foi da regionalização, estimulada apenas nesse último ano.

O sistema que a gente tem adotado nos outros seminários é assim: o coordenador regional fala, apresenta suas principais idéias, depois as pessoas fazem perguntas de esclarecimento e a gente deixa para o final um tempo bem livre para o debate, experiência, contra-pontos, etc.²

ALCEMIR PALMA

Eu posso dar uma visão que talvez contribua para o porquê da regionalização. A administração da Chauí foi de 1989 a 1992 e a regionalização surgiu no meio, no segundo semestre de 91, e foi até dezembro de 1992.

No início de 1989, havia uma intenção de se regionalizar ou se fazer ação cultural pelos bairros ou tentar descentralizar. A partir de 90, entrou uma outra equipe com uma experiência que havia no Paraná, em Curitiba. Essa equipe tinha imbuído na ação cultural a implantação de Casas de Cultura. Era intenção, a partir das Casas de Cultura, fazer uma ação cultural pelos bairros. Também não deu certo. E, fora essa política das Casas de Cultura, havia os departamentos que também tinham seus programas e seus projetos. Mas, fugindo dos departamentos, fugindo do esquema burocrático, essa foi uma primeira intenção desse grupo de pessoas que já tinha experiência em Curitiba. E também não foi feliz, tanto na implantação de Casas de Cultura quanto na descentralização das atividades.

Fundação Cultural “Gregório de Mattos” - Salvador/BA. Conta com o apoio de pessoas, movimentos e órgãos ligados à cultura de todo o Brasil (Fórum de Diretores Culturais do Distrito Federal, FOCULT do Ceará, Fórum de Cultura de Ouro Fino/MG, FUNCART - Londrina/PR, FETARG/RS, COTAESP/SP, Fundação Cultural “Cassiano Ricardo” - São José dos Campos/SP etc).

² Na edição desse Seminário optamos por registrar somente as falas dos Coordenadores Regionais devido ao espaço escasso desta publicação.

No começo de 91, começou a se fazer essa discussão da necessidade de se fazer isso, e discutia-se também, junto com a Prefeitura, a reforma administrativa. No projeto de reforma administrativa estava colocada a necessidade de se ter subprefeituras. Então havia uma proposta de se criar 13 subprefeituras. Essa era uma proposta da Secretaria de Reforma Administrativa da Prefeitura. Acabamos encampando a divisão da reforma administrativa. Só que houve um problema: a reforma não foi aprovada na Câmara, e nós mantivemos o número 13.

Aqueles bairros que estão mais na ponta da cidade acabam não tendo contato com a Secretaria

A partir do segundo semestre, então, começamos a implantar essa divisão. E como vai se fazer essa divisão? De onde vai se tirar as pessoas para implantar a regionalização? De onde se vai tirar estrutura para se criar essa regionalização? Fez-se o seguinte: a Secretaria tem uma estrutura verticalizada, e isso remonta à época do Mário de Andrade, da década de 30, 40; ela tem uma divisão por departamentos. Ela era ligada à Educação até 1975, a partir de 1975 ela passou a ser Secretaria, com divisão por departamentos. Então existem, não sei se eu vou lembrar todos, existem cinco departamentos: de Bibliotecas Públicas, de Bibliotecas Infanto-Juvenis, de Patrimônio Histórico, de Teatro e o Centro Cultural. Essa estrutura verticalizada, uma estrutura que está na Paulista hoje, tentando trabalhar sua política de cultura para a cidade, é inviável. Aqueles bairros que estão mais na ponta da cidade acabam não tendo contato com a Secretaria. Ou os bairros que têm contato com a Secretaria, sejam as bibliotecas, sejam os equipamentos físicos que estão na ponta, acabam tendo uma visão fragmentada da Secretaria. Acredito que hoje ainda é assim: vai-se a uma biblioteca de bairro e tem-se uma visão do que a biblioteca faz. E muito provavelmente não se tem uma visão do que o outro departamento da Secretaria está se propondo a fazer ou se propõe a fazer.

Então, nesse primeiro processo de criação, a gente fez o seguinte: foram - não sei se a palavra é essa - “emprestados” ou foram

“retiradas” pessoas dos departamentos para formar equipes regionalizadas.

Ou seja, dos vários departamentos se tiraram pessoas, e o perfil que alinhavava esse grupo que ia coordenar uma região era um perfil político. Eram pessoas que tinham a ver, ou pessoas que tinham uma proposta a ver com a administração. Com uma administração que se propunha realizar uma política de cidadania cultural. E, sem dúvida alguma, pessoas que estavam comprometidas e até realizando isso.

Num primeiro momento pensamos: bom, para gente tentar implementar na região, tentar divulgar o que é a Secretaria, a gente acabou tirando três linhas básicas: uma era a extroversão das atividades que os departamentos verticalizados fazem: pegar aquilo que é feito numa determinada área, expandir e levar, principalmente para os bairros que nem informação tinham do que acontece na Secretaria.

O segundo momento foi tentar fazer, dependendo da região, um alinhavo de funcionários, de pessoas que trabalham na ponta, tentar globalizar as informações.

E um terceiro momento foi realizar atividades no próprio bairro, alinhavando com os próprios grupos que há nos bairros, com as Secretarias que atuam no bairro, tentando trazer, ou fazer um mínimo de informação, fazer algumas atividades com a intenção de minimamente realizar alguma atividade que unisse esses vários segmentos.

Só que, para fazer isso, havia necessidade de, no mínimo, conhecer o que a Secretaria faz. Eu acredito que ainda hoje a maioria das pessoas que trabalham na Secretaria da Cultura, no departamento X ou Y não conhecem a Secretaria e o que ela própria faz. Então tivemos uma batelada de reuniões, por departamentos e por assessorias. O Departamento de Patrimônio Histórico informava tudo que ele fazia e qual era a proposta. O Departamento de Biblioteca Infanto-Juvenil informava, falava quais eram as propostas e tudo que fazia. E tentando assimilar isso, tentávamos, na ponta, divulgar, informar, fazer o que a gente chama de *extroversão* e tentar unir o que estava na ponta.

Eu acho que isso foi a intenção maior, quer dizer, trabalhamos um ano e meio na ação cultural regionalizada.

HAMILTON FARIA

Vamos passar, então, aos relatos das pessoas que participaram desta Ação Cultural Regionalizada nas diversas regiões da cidade.

ROSANA MIZIARA

A Região Central compreende no mapa, pela divisão da região administrativa, o Bixiga, Cambuci, Pari, Consolação, República, Aclimação, Liberdade e Sé. Essa região é muito rica na parte de equipamentos, não só municipais como estaduais, federais, creches, hospitais, escolas e equipamentos culturais. Só que ela tem o caráter metropolitano, ou seja, a gente tem os grandes equipamentos concentrados nessa região: o Teatro Municipal, o Hospital Menino Jesus, a maior creche hospitalar. Enquanto bairro, sobra Cambuci e Aclimação e um pouquinho da Liberdade e Campos Elíseos. Campos Elíseos é aquela região atrás da Estação da Luz onde havia os antigos casarões dos barões do café, e que hoje são grandes cortiços. E a população, num contingente geral, em termos percentuais 10% somente habita na região do centro, o restante circula, trabalha, vem gente do Brasil inteiro, São Paulo inteiro, mundo inteiro, passando pelo Centro. Tem uma concentração muito grande de sindicatos, office-boys, muito bancário, e com o passar dos anos e com a recessão, um contingente de trabalhador informal cada vez maior, os chamados “camelôs”. E uma tentativa que precisava ser rompida também nesse trabalho era a dicotomia centro-periferia. Cultura de centro e cultura de periferia que, grosso modo, acaba sendo um pouco do reflexo da cultura popular e erudita. Então é aquela coisa de balé e orquestra no Municipal. “Não pode entrar popular porque popular não vai entrar”.

Então, quando sentava o conselho político, os representantes das secretarias com os diretórios municipais, o que mais se escutava era isso, quer dizer, a crítica era essa: o Municipal não é acessível, sendo que tinha entrada gratuita, uma ampla divulgação para gente levar à população, não só do Centro como da cidade inteira; mas era discutir mesmo o próprio caráter do que estava sendo levado no Municipal. O que estava sendo levado no Municipal não estava atingindo a

população, a classe trabalhadora, não-trabalhadora, e que tinha que ter um tipo de programação que fosse mais revolucionária, de acordo com o objetivo da esquerda.

A primeira vez que fomos para a região, comecei a desenvolver um trabalho com o Sindicato dos Bancários de São Paulo, com a CUT Nacional, Secretaria de Meio Ambiente que também estava se instituindo naquele momento, com o Movimento Negro Unificado (MNU), com quem a gente já vinha tendo uma relação, então fomos, numa atitude quixotesca, tentar formar um fórum das entidades da região central, numa tentativa de qualificar mais as demandas que cada movimento, cada grupo organizado trazia para gente suas reivindicações.

Vem gente do Brasil inteiro,
São Paulo inteiro, mundo inteiro,
passando pelo Centro

Então elegeu-se um tema na região central que era a questão da “qualidade de vida”, entendendo aí a questão de veículos no Centro e todos os tipos de poluição; estava estourando naquela região o escândalo dos menores da Praça da Sé, e sobretudo, a ocupação de espaços na região central, porque verificou-se que esses 10% da população moradora do Centro, não tinham acesso aos equipamentos, por eles serem de caráter metropolitano. Então era a população que não entrava na Bibliotecas Mário de Andrade e na Monteiro Lobato. O contingente que entrava era muito pequeno. Não entrava no Municipal e equipamentos menores não havia, nós tínhamos só esses de caráter metropolitano. Então começamos uma política de ocupação dos espaços. Nesse sentido, a ocupação do Largo Coração de Jesus, e que foi um projeto chamado *Cria Criança*. Acontecia de terça a domingo no próprio Largo Coração de Jesus, feito com aquelas crianças dos casarões do entorno, dos Campos Elíseos. Então, em função disso, só para exemplificar como funcionou a ação do governo local, que era representante das outras secretarias, mais os departamentos da SMC atuando naqueles espaços. Primeiro foi um Ônibus-Biblioteca. Toda sexta-feira tinha o programa de cólera, que é desenvolvido também num ônibus da

Secretaria Municipal de Saúde da região central. E as oficinas, a gente tinha um cardápio de oficinas mas nunca teve oficina na região central, porque não tinha Casa de Cultura. Então era aquela idéia que tinha que acontecer ou na Casa de Cultura ou, quando muito, numa biblioteca. Pela primeira vez, conseguiu-se levar a oficina para a praça, porque aquelas crianças iam para praça. Conseguimos a merenda da SEMAB (Secretaria Municipal de Abastecimento), todo dia tinha comida para essas crianças. A Secretaria Municipal de Esportes colocou monitores, professores de Educação Física, para monitorar as crianças e a Secretaria da Educação, duas vezes por semana, tinha o projeto de educação informal. Era um projeto micro, porque abrangia cerca de 200 crianças só, o que é um número muito pequeno. Mas foi uma experiência muito rica, porque ela começou só com 20 pessoas e chegou a 200. No começo, as crianças iam para comer, nem era preciso desenvolver qualquer atividade, bastava jogar meia dúzia de bola, mas a hora do lanche era sagrada. Com o passar do tempo foi-se criando a necessidade, as crianças foram sentindo essa necessidade de estar participando

das atividades. Aí aconteceu o inverso, da metade do projeto para o fim, não tinha mais comida, só atividades, por causa de problemas de licitação, essas coisas que acontecem na Prefeitura. Acabou a verba do projeto, e continuou só com as atividades, mas foi aí que houve o aumento do número de crianças. Então, quer dizer, foi um trabalho mesmo de educação informal. Essa foi a experiência mais rica que a gente teve na região central, enquanto gestão coletiva, e participava também o movimento de cortiços. Fazia-se uma ponte com o movimento de cortiços: havia reunião com os pais dessas crianças, com as crianças, com as lideranças locais e com representantes de outras secretarias.

Pegamos um outro espaço totalmente carente de produção cultural e de acesso ao que é produzido na cidade, que é a Estação da Luz, no centro da cidade. Então para juntar as duas coisas, essa demanda que existia de grupos alternativos que não fazem parte do mercado cultural, e nem são alternativos no sentido de produção independente, e arrumar um espaço para eles.

Um projeto, que é globalizado e aconteceu em todas as regiões, foi o da Terceira Idade,

Projeto "Paulicéias Perdidas" 438º aniversário da cidade de São Paulo - Vale do Anhangabaú - 1992



um trabalho com idosos. Na região central, o projeto de idosos aconteceu em cinco lugares: na Biblioteca da Aclimação, que é uma biblioteca linda, que fica dentro de um parque, e lá tem um grupo de idosos de terceira idade muito grande; na Biblioteca Monteiro Lobato, que é na região central, Santa Cecília; na Adelfa Figueiredo que é no Pari-Canindé; e no Centro de Convivência Praça Roosevelt, que é um outro projeto que inventaram para a região central.

Outro projeto, que é uma reivindicação antiga da cidade, foi revitalizar (e a gente conseguiu fazer isso em 100%) a Praça Roosevelt. A Praça Roosevelt em anos anteriores funcionava como pólo cultural informal mas funcionava, porque tinha uma feira de troca de livros e as pessoas se encontravam lá: tentamos fazer uma programação cultural em nível de governo local, com representantes de cada secretaria. Então começou a funcionar uma série de oficinas culturais. Era mais utilizado pela Saúde e Bem Estar Social que dá o nome de Centro de Convivência. Com a regionalização, a Secretaria de Cultura passou a fazer parte desse Centro de Convivência, tentando equacionar uma programação.

Houve alguns eventos nos quais conseguimos globalizar o desejo das entidades, dos moradores. Um deles foi o *São Paulo dos Mil Povos*, foi no aniversário de São Paulo, que foi aquele grande show do Caetano Veloso que acabou no Vale do Anhangabaú: mas foi uma programação de uma semana inteira. Então durante uma semana, do dia 19 ao dia 25 de janeiro, nos sete bairros da região central, conseguimos fazer um encontro na semana inteira simultaneamente em todos os bairros da Região Centro com patrocinadores comuns. E quem eram os nossos patrocinadores? Os próprios sindicatos e movimentos. Então, na Estação da Luz aconteceu a programação *Pare e Olhe Cidade Viva* a semana inteira, com os grupos de todas as regiões se apresentando, e também na *Galeria da Consolação* onde nós trabalhávamos muito e que era da Administração Regional da Sé.

Durante essa semana do 25 de janeiro, no Bexiga, trabalhamos com as entidades não só do Bexiga mas com todas que estavam

encampando o projeto. Foi montada uma programação conjunta com todas as pessoas, com todas as entidades que chamávamos de “relações horizontais”: tentar horizontalizar cada vez mais as relações. Não só a atuação da secretaria como dos movimentos entre si. Eu acho que na região central o saldo positivo que ficou foi exatamente isso: as relações horizontais. Não no que refere à Secretaria de Cultura em relação a eles, porque eu acho que a gente não conseguiu horizontalizar, na região central ficou muito deficiente, quer dizer, o que a Secretaria de Cultura tinha para oferecer para os bairros ficou muito deficiente. O que eu quero dizer com isso é o seguinte: com um seminário como o *Ética* no MASP, a idéia era fazer um bloco menor dele acessível para os bairros, o que foi impossível. Também o *Rede Imaginária* foi um seminário macro que aconteceu no Centro Cultural São Paulo, com um caráter muito acadêmico, e do jeito que estava não tinha como levar para a população, então a idéia era fazer blocos menores dele e distribuir no bairro.

Foi montada uma programação conjunta com todas as pessoas, com todas as entidades que chamávamos de “relações horizontais”: tentar horizontalizar cada vez mais as relações

Passávamos horas, dias, meses discutindo isso, conversando com a população, e chegava na hora, a Secretaria de Cultura falhava. Teve uma deficiência muito grande de desmembrar esses grandes projetos da Secretaria, também o *Pátria Amada Esquartejada*, grandes projetos, com muita verba no que acontecia e com uma linguagem muito acadêmica, e que não era possível deslocá-los para a população. Essa questão de horizontalizar os programas da Secretaria para a população ficou deficitária. Mas, em compensação, a Secretaria de Cultura na região central teve um papel aglutinador, de formar esse fórum das entidades da região central. E hoje há no centro uma grande associação dos empresários que se chama Associação Viva o Centro e, acreditem se quiser, essa associação é baseada até no nosso “logo” que era Viva o Centro com as entidades, com o



III Feira Cultural do Butantã - av. Valdemar Ferreira - "Teatro Popular Solano Trindade"

sindicato, com os movimentos, com as associações de moradores.

Houve vários encontros: Primeiro Encontro de Cidadãos da Região Central, feiras, seminários, etc. O que falei foi sobre os projetos que realizamos nessa região da cidade.

MARIA DAS GRAÇAS SANTOS

Eu trabalhei na Região Oeste 1 - compreendendo seis distritos: Lapa, Barra Funda, Jaraguá, Jaguaré, Vila Leopoldina - que é o segundo pólo industrial de São Paulo e um enorme centro comercial, principalmente a Lapa. Porque quando eu cheguei na região, os distritos do Jaguaré e Jaraguá, que são a periferia da região Oeste, não faziam parte da divisão administrativa. Na verdade, até o final de agosto de 1992, a ação foi nesses quatro distritos. A população da Lapa se divide, como no Centro, em uma população fixa, residente, tipicamente classe média, e uma população trabalhadora (no sentido de participar ali com seu trabalho e voltar para os bairros dormitórios, que são principalmente Pirituba, Osasco, Freguesia do Ó): a Lapa era assim um corredor onde passavam milhares de trabalhadores. Essa

tipificação da população orientou, de certa forma, o trabalho de coordenação nessa região. Um dado que sempre esteve ali foi esse da população híbrida. Uma população tradicional, voltada para a constituição da Lapa enquanto estrutura urbanizada - não como o caso de São Mateus, o caso da região Norte - com cinco favelas apenas porque em São Paulo há o disparate de ter, às vezes, a maioria da população favelada, dependendo da periferia. Este é um dado também importante porque orientou um plano de trabalho, evidentemente intuitivo, que nós não pudemos sentar e fazer um plano de trabalho com o que encontramos quando chegamos.

Uma coisa importante que encontramos foi um trabalho independente, criado pela Administração Regional da Lapa, que se chamava *Espaço Cultural Tendal da Lapa*. Um trabalho cuja independência não foi voluntária, mas que foi se configurando em relação à SMC: quando chegamos, já havia esse quadro de independência do trabalho deste Espaço Cultural que, vou fazer uma ressalva, já era uma espécie de antecipação da ambigüidade do caráter das subprefeituras que estava a caminho.

Havia três demandas bem claras na Lapa, que foram aos poucos, como diz a Rosana, “qualificadas no bojo da ação”. A primeira demanda foi em relação à questão da Terceira Idade. Foi uma demanda que veio de uma Secretaria e do mapeamento feito com o governo local da composição etária da Lapa que é uma região marcada por um grande número de aposentados, que hoje ganham na faixa de um salário mínimo, e que se organizaram, uns para a questão do 147% (aumento devido aos aposentados) e outros para a questão do lazer. Havia 30 grupos de idosos organizados na região: com monitores e com associação, mas sem uma ação cultural. Nós nos deparamos com a teoria do “desengajamento” de um lado, e, de outro, com a teoria da “atividade” com o movimento dos aposentados.

Nesse contexto, a ação cultural seria uma alternativa, uma “terceira via”, que ainda acredito que seja. Então, começamos a fazer um primeiro encontro, que ainda não era um grupo intersecretarial, mas o primeiro encontro dos idosos da região num equipamento da Cultura que foi o *Teatro Cacilda Becker*. E lá, junto com médicos, liderados pela Lélia Abramo, organizamos em encontro de uma semana para começar a ver quais questões emergiam. E, aliada a isso, a questão dos corpos estáveis do municipal, propiciando também a questão da Cultura erudita e disso saiu uma demanda grande. Partimos para a área e fomos visitar os vários grupos e tirar uma proposta de projeto de continuidade, para todo o trabalho. Saiu daí um fórum, chamava-se FIS, *Fórum Inter-Secretarial*, aglutinando quatro secretarias: Saúde, Bem Estar, Esportes, Cultura e posteriormente o Tendal da Lapa, chegando a um trabalho de governo local. E fizemos uma série de intervenções que redundou num eixo que seria a questão do feminino idoso, seria a mulher trabalhadora, a cidadania da mulher idosa, e para isso foram feitas intervenções e ações culturais em todos os equipamentos de todas as secretarias, com discussões sobre os direitos sociais da terceira idade, aliados a um atrativo cultural: um chorinho, ou outra atividade que viesse dos próprios idosos, recital de poesia, corpo estável, uma gincana cultural. As questões da previdência social e do aposentado foram para um projeto da SMC, um projeto especial chamado *Pátria*

Amada Esquartejada, do qual passamos a ocupar uma parte.

O objetivo do trabalho foi mostrar que a unificação pelos direitos da Saúde, Lazer, Cultura e Esportes foi um trabalho que despontou durante toda a ação.

As bibliotecas passaram a ter regularmente oficinas literárias com a Terceira Idade e o Contador de Histórias passou também a ter uma atividade com os idosos. Na perspectiva do projeto da Lélia Abramo, que era mostrar que a primeira e terceira idade têm pontos em comum, esse trabalho teria que ser feito de uma forma onde o imaginário da criança fosse resgatado, através da valorização do idoso como educador, e não apenas como alguém que não tem nenhum papel social a cumprir. Daí a idéia do contador de histórias informal integrar-se ao Contador de Histórias formal, institucionalizado dentro das bibliotecas. Ainda essa fase não foi consolidada, isso ficou dentro do final dos trabalhos e paramos nessa fase. Houve também integração com os vários conselhos das instâncias de representação estadual e com os movimentos de idosos a nível municipal.

Nós nos deparamos com a teoria do “desengajamento” de um lado, e, de outro, com a teoria da “atividade” com o movimento dos aposentados

Outro tema foi a **questão da criança e do adolescente**. Quando a gente chegou na região, o Estatuto da Criança, que foi regulamentado em 90, estava já dentro da sociedade civil. As entidades de defesa já aglutinavam, intersecretarialmente, aliás, se reuniam no espaço das várias regiões, para implementação da instância de representação da criança e do adolescente. E nos incorporamos a um outro fórum e passamos a coordená-lo, que era um fórum popular de defesa dos direitos da criança e do adolescente, que resultou depois na nossa atuação como conselheira, fazendo um trabalho de dupla mão. O processo final aconteceu quando o governo local assumiu esse tema como eixo, e foram responsabilizadas todas as instâncias de

9

governo, com a sociedade civil da Lapa, para implementar um **Conselho Tutelar na Lapa**, que não existia no momento em que a Secretaria de Cultura não estava lá: isso foi realmente um fato, uma vez que existia um fórum da Região Oeste e não um fórum da região da Lapa.

Enfim, as ações mais pontuais consistiram em palestras sobre o estatuto da criança e aulas públicas com essa biblioteca que foi entregue, onde fosse realmente colocada a questão da gravidez da menina atendida no posto de saúde do Jaguaré, sendo considerada com uma questão da adolescente de rua. Então a questão da menina de rua, da adolescente de rua, foi o foco de trabalho do 5º Ônibus-Biblioteca que ajudamos a entregar na região do Jaguaré, num trabalho integrado com a ação local.

Percebemos a necessidade de discutir a questão do trabalhador e a cultura. Por incrível que pareça, a CUT tinha uma proposta cultural

Um outro eixo foi a questão do “Trabalho e Cultura”. A Lapa abriga uma sede zonal da CUT e quando nós chegamos, como ex-professora, tínhamos acesso à APEOESP e percebemos uma necessidade de, uma vez que estávamos na coordenação da ação cultural, discutirmos e levarmos à Secretária, junto com as lideranças sindicais, a questão do tema importantíssimo que é o Trabalhador e a Cultura. E em reuniões informais com as lideranças dos vários movimentos sindicais, que não compõem o movimento metalúrgico, vimos os plásticos, as costureiras, os químicos, os bancários e passamos para a discussão de qual a pretensão da Secretária ao ir a uma central sindical colocar a política da cidadania cultural. Por incrível que pareça, a CUT tinha uma proposta cultural: esse documento era uma espécie de panfleto, com fundamentação. Os equipamentos foram levados a se envolver com o tema, fizemos concurso literário com os sindicalistas, um trabalho envolvendo poesia, um show na sede e observações sobre a jornada dupla da mãe trabalhadora, com discussões das mães ou idosos nas creches.

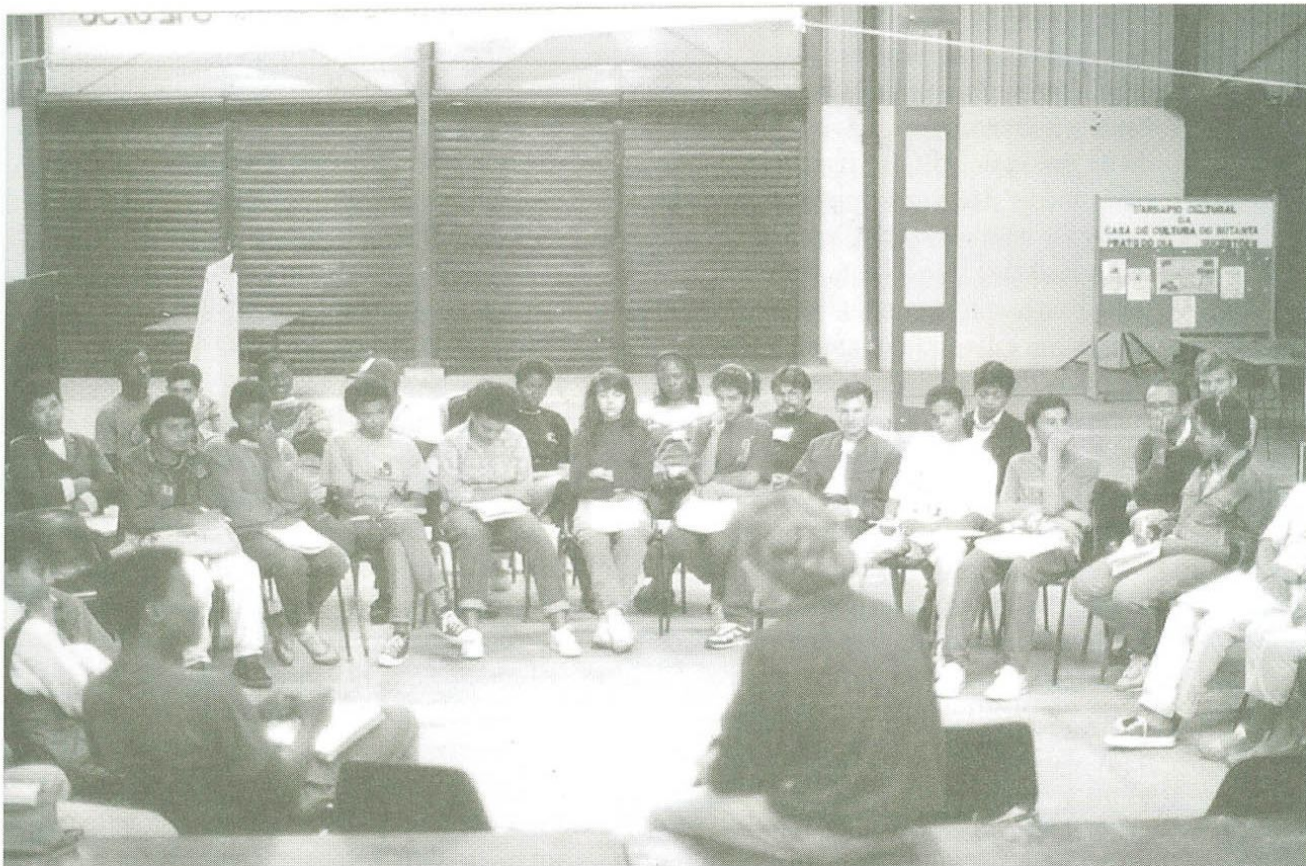
Também com a CUT fizemos um trabalho ligado à questão da AIDS, que foi a ocupação dos calçadões com som e luz (som da CUT); fizemos uma discussão sobre futebol de várzea e agregamos a Secretaria de Esportes, até redundar no projeto do Museu da Lapa, que tinha um material riquíssimo sobre a história do futebol de várzea, e reativamos o acervo do Museu da Lapa, juntamente com o governo local, sobre a questão do esporte popular, ou do esporte de várzea, quando a Administração Regional entrega então um espaço para o futebol de várzea.

Um outro trabalho foi a preparação das **audiências públicas**. A gente tinha um trabalho com o governo local, que era de estar junto com as outras secretarias preparando a proposta orçamentária para os anos de 1992 e 1993. Por distrito, eram feitas audiências com a população e apresentadas as propostas das várias Secretarias, ouvindo as demandas da população no tocante à Cultura.

E o último trabalho que realizamos foi a respeito da **questão do Tendal da Lapa**, que se incorporou na última audiência pública, quando a SMC faz uma grande audiência, com toda a cidade, a respeito do orçamento de 1993 da Cultura para esse ano; nós e o movimento “Associação dos Amigos do Tendal” fomos juntos até a audiência e se franqueou a possibilidade da institucionalização desse espaço, via ação conjunta da administração regional com a Secretaria Municipal de Cultura. Também é bom salientar que, por ironia da situação, institucionalmente conseguimos no último dia do ano, foi 31 de dezembro, um decreto inter-secretarial passando a ser esse o destino do Tendal.

Também fizemos a impressão e a integração junto à imprensa do governo local da “prestação de contas” desses quatro anos, e no caso, da Secretaria de Cultura na região nos últimos dois anos.

Em relação à favela do Jaguaré, houve uma ação pontual que foi a implantação de duas **mini-bibliotecas**, que na Secretaria de Cultura se chama de **caixa-estante**. A favela tem várias entidades, num trabalho ligado à Pastoral. Não sei se esse trabalho continua, que era o direito à leitura com crianças de centros de juventude e creches que existem dentro da grande favela do Jaguaré.



Palestra/Debate - Índios Tupi, com Luis Donizete - 1991

Na Lapa, foram criados três centros de convivência dentro da gestão. Um da Saúde, um da Secretaria de Bem-Estar Social e um da gestão da própria Regional. Nas quadras de baixo do viaduto da Lapa, houve um espaço criado sob a ação integrada de três secretarias (Educação, Cultura e Esportes), junto com a gestão da Regional e o Centro de Convivência também da Vila Anastácio, com uma população fabril, onde também houve essa implantação das mini-bibliotecas. E no espaço do Centro de Convivência da Saúde, houve também um trabalho com essas mini-bibliotecas, oficinas, hora do conto, etc.

ANTÔNIO DA SILVA PINTO

A região Sul é composta por Santo Amaro, Brooklin, Campo Belo, Vila Joaniza, Cidade Ademar e Pedreira. Região típica de classe média, embora o centro de Santo Amaro seja um mini-centro da Região Sul e dos municípios que fazem divisa com São Paulo na direção da Região Sul. No centro de Santo Amaro circulam milhões de pessoas, o mesmo fluxo de pessoas que circulam no centro da cidade, ou quase o

mesmo: nessa região, fui desenvolver um trabalho de ação cultural.

Uma região que tinha até uma quantidade razoável de equipamentos. Havia cinco equipamentos: um teatro, duas bibliotecas, duas Casas de Cultura. Equipamentos razoáveis mas com um problema: todos os equipamentos estavam num raio de um quilômetro do centro de Santo Amaro, quer dizer, todos os equipamentos da Secretaria de Cultura naquela região foram construídos na área central, enquanto que nos distritos, nos bairros mais periféricos, não havia qualquer equipamento. Então esse era um problema que a gente tinha logo de cara.

Acabei assumindo também a região Sul 3, que tem outras características. É uma região muito mais pobre que Santo Amaro, extremamente pobre, com um problema gravíssimo de habitação, é uma região de mananciais; então as pessoas ou moram em favelas ou moram em ocupações realizadas por movimentos e com o problema dos mananciais. Normalmente elas não poderiam estar lá e 70% da região sul, da chamada Sul 3, é irregular, é um conjunto de uma população irregular.

Essas regiões devem dar mais ou menos dois milhões e meio de habitantes. Para se ter idéia, é praticamente 30% da cidade de São Paulo - juntando a 2 e a 3, eu tinha uma divisa que ia do ABC ao Itanhaém. Tinha a classe média paulista e tinha comunidades indígenas na divisão com Itanhaém. Então era essa a realidade que a gente tinha que trabalhar, e com algumas tarefas que eram tarefas que cada um dos coordenadores regionais tinha.

Havia uma outra questão: representar a Secretaria Municipal no **fórum do governo local**. No caso, eu tinha dois governos locais, um em Santo Amaro e outro em Capela do Socorro. Tinha que pedir pelo amor de Deus para não marcarem as reuniões no mesmo dia, era uma confusão, éramos eu e um assistente para trabalhar isso.

O governo local era uma preparação para o projeto que a Prefeitura tinha mandado para Câmara, que era de Reforma Administrativa, que nem foi votado. E tinha uma tarefa também de atender as demandas. Eu lembro que nas primeiras reuniões conjuntas da coordenação tinha um problema em qualificar as demandas, as demandas dos movimentos. Era uma região que tinha uma grandíssima variedade de movimentos. Desde

ambientalistas, milhares de movimentos dos sem-terra, sem-teto, milhares de movimentos de saúde, era uma confusão que a gente ia ter que pensar, globalizar, que não era possível, não havia recursos, como os meus antecessores explicaram, não tínhamos orçamento, nossa ação não tinha um orçamento específico, então tínhamos que globalizar para tentar atender o mínimo e atender em conjunto, sem privilegiar um ou outro. Então essa era uma das tarefas que estavam dando para a gente implementar.

E globalizar o quanto possível, pois achávamos que teria mais sucesso do que acabou tendo, globalizar um pouco a ação desse conjunto de regionalização para a cidade inteira. Poucas vezes conseguimos globalizar ações para a cidade inteira. Só no caso da **Terceira Idade**, conseguimos desenvolver uma ação na maioria da cidade de São Paulo e do projeto *São Paulo dos Mil Povos*, que era um projeto centralizado da Secretaria Municipal de Cultura, que trabalhava a questão do preconceito e da discriminação. No restante, foi muito difícil globalizar, em função das diferenças que cada região tinha.

A primeira coisa que fizemos foi uma discussão com os funcionários da Secretaria Municipal de Cultura em Santo Amaro. O objetivo da discussão era que eles pudessem

"Índios no Brasil" - Pavilhão Bienal



Foto: K. K. Alcover

entender o que era a política de cidadania cultural. Já haviam se passado dois anos de governo e eles não tinham conseguido entender. A partir do momento em que eles conseguissem ter uma idéia, começava-se a fazer a proposta de deslocamento das pessoas para onde o cidadão estava, e isso era uma dificuldade, uma coisa muito complicada. Tivemos assim alguns parceiros que se despontaram nessa ação. Temos duas **Casas de Cultura** na região de Santo Amaro, e mais para a frente veio o **Ônibus-Biblioteca**. Conseguimos implantar um ônibus que tinha duas paradas na região de Santo Amaro e duas paradas na Capela do Socorro. Então conseguimos ter mais apoio desses dois departamentos.

O Departamento de Patrimônio Histórico instalou dentro de uma Casa de Cultura um projeto de memória dos movimentos populares. Isso também foi fundamental para se conseguir aglutinar e trabalhar uma ação mais concreta.

A partir do momento que começamos a participar das plenárias com a população, participar das plenárias chamadas pelo governo local, e até das reuniões dos movimentos, conseguimos pontuar algumas ações, que foram os projetos que a ação regional conseguiu propor e encaminhar.

O projeto com duas comunidades indígenas que havia aqui na divisa de São Paulo com Itanhaém, num bairro chamado Parelheiros foi muito importante. O trabalho com essas comunidades tinha um objetivo: eles tinham uma associação com objetivo de construir um **Centro de Cultura Guarani**. Eles eram guaranis e tinham uma proposta de construir um centro cultural que resgatasse um pouco da cultura guarani e fizesse, trabalhasse um pouco a relação do índio com a metrópole. Eles estavam numa zona considerada zona rural da cidade de São Paulo, mas diversas vezes invadida por pescadores, caçadores, por projetos do governo. Junto com a Secretaria Municipal de Educação - Regional de Capela do Socorro - foi proposta uma ação política, essencialmente política, de duas mãos. Uma, os índios tinham algumas necessidades básicas. Por exemplo, a maioria dos índios estava passando fome porque a terra onde eles estavam tinha dificuldades

para o plantio, precisaria de agrônomos, ia precisar de uma assistência técnica para que essa terra se tornasse produtiva. Então a maioria dos índios estava passando fome, e os antigos governos, tanto estadual, federal, tinham uma relação com os índios que era uma relação paternalista de chegar e simplesmente levar alimentos e era essa relação que o índio tinha com o poder público. Ao mesmo tempo que eles estavam passando fome tinham esse objetivo de construir o centro cultural, porque entendiam que o centro cultural deles era o que eles estavam buscando com o passado, que eles chamam *passado milenar*, uma cultura milenar que eles têm de recuperação da sua terra e da sua cultura e de travar relação com a *sociedade civilizada*. E eles tinham conseguido uma verba de uma Fundação para a construção de parte desse centro cultural. Por mais que essas comunidades indígenas estivessem incrustadas na cidade de São Paulo, a dificuldade da conversa, de interlocução com esses índios era bastante grande. A maioria dos índios, com exceção das lideranças, falavam guarani, tinha o que eles chamavam uma *outra escala de valores*, a relação era extremamente complicada.

Os Guaranis tinham uma proposta de construir um centro cultural que resgatasse um pouco da cultura e trabalhasse a relação do índio com a metrópole

Tínhamos um projeto de ajuda na construção, ajuda no tratamento da terra dos índios e recuperação da sua cultura. E essa proposta tinha duas mãos: uma que era auxiliar na implantação de uma escola eles tinham um projeto de uma escola bilingüe; que eles tivessem educação em Português e em Guarani, isso foi um projeto que fizemos junto com a Secretaria Municipal da Educação, que acabou construindo uma escola dentro da aldeia e contratando professores dentro da própria comunidade, duas pessoas da comunidade que tinham formação superior para dar esse curso nas duas línguas.

E, por outro lado, trazer os índios para cidade de São Paulo, para a chamada civilização, para debater com a sociedade civil

e com os poderes públicos a questão do problema especial dessas comunidades na cidade de São Paulo. Então a fizemos diversos seminários nas Casas de Cultura e Bibliotecas.

Tínhamos um outro projeto, que desenvolvemos com a Secretaria do Bem Estar Social, e tocado através das Casas de Cultura, que é um trabalho com **meninos de rua**, que já era um outro problema. A região de Santo Amaro concentrava no seu centro, chamado Largo Treze de Maio e Praça Floriano Peixoto, uma grande quantidade de crianças de rua. Então, começamos a participar disso com uma ação que aconteceu no conjunto da regionalização da cidade inteira. Primeiro intensificar a ação da Secretaria de Cultura num fórum de defesa da criança montado a partir do estatuto da criança. E, depois, nós estabelecemos uma política de ação junto à Secretaria do Bem Estar Social tendo como instrumento o Centro de Convivência de Santo Amaro, que desenvolvesse programação e uma ação que discutisse o problema desses meninos que trabalhavam e freqüentavam, dormiam no centro de Santo Amaro. Ter bem claro, inclusive, que essas crianças, a maioria delas, não era de Santo Amaro: vinham ou da Capela do Socorro ou da região do Campo Limpo, que era uma outra região da Sul, que tinha uma outra coordenação, e dos municípios vizinhos (Taboão da Serra, Itapecerica da Serra, Embu-Guaçu).

Ficamos dois anos para definir se era movimento cultural, entidade cultural, agrupamento cultural: havia uma grande concentração desses grupos. E foi uma dificuldade, também com esses grupos

Trabalhamos também com um outro projeto, que existia uma grande concentração dos chamados “movimentos culturais”, que a gente tem uma grande discussão. Ficamos dois anos para definir se era *movimento cultural*, *entidade cultural*, *agrupamento cultural*: havia uma grande concentração desses grupos. E foi uma dificuldade, também com esses grupos, fazer a discussão da ação da cidadania cultural, porque esses grupos tinham, inclusive pela característica da região, uma Casa de Cultura (antes do governo da Luíza Erundina não era

Casa de Cultura mas era um espaço de concentração onde as pessoas trabalhavam oficinas), e tinha um teatro, que é o **Teatro Paulo Eiró**. A relação com esses grupos culturais era de balcão. A maioria dos grupos culturais aparecia com um projeto, individuais ou corporativos, ou em nome de si próprio ou em nome de um grupo, mas sempre corporativo. Eles apresentavam esse projeto na esperança que a Secretaria Municipal de Cultura financiasse esses projetos. E muitos deles não queriam nem a intervenção da Secretaria Municipal de Cultura, não queriam nem discutir com a secretaria o teor desse projeto: essa era a prática dos governos anteriores. Então, tivemos que fazer uma discussão com esses grupos, porque com a Secretaria Municipal de Cultura houve uma ruptura.

Começamos também o projeto **mutirão cultural**. Participávamos de uma plenária, por exemplo, com 20 produtores culturais, e em conjunto também com o governo local, e tinha um problema, por exemplo, havia na região de Santo Amaro a segunda maior favela da cidade de São Paulo, que é a **Favela do Buraco Quente**, que teve um problema de incêndio e tem um problema de saneamento básico grave. O governo local tinha uma proposta de fazer uma discussão com a população da Favela do Buraco Quente, que não tinha entidade organizada, tinha que fazer diretamente com a população a discussão sobre a questão do cólera, sobre a questão do saneamento básico, sobre a questão da reurbanização da favela, utilizando o projeto da prefeitura.

Então fizemos um projeto conjunto com as outras secretarias e convidamos os artistas a se engajarem nessa proposta. A primeira experiência foi na Favela do Buraco Quente: levamos o palco, o som e a luz; a Secretaria de Saúde levou preservativo e ambulância; a Secretaria de Esportes levou bola e rede. A partir da ação de cada técnico de cada Secretaria, de cada bibliotecário, ou do professor de educação física, reuniu-se a população no campo de futebol e fez-se a discussão sobre os problemas daquela região.

Na favela deparávamos com pessoas que tinham vergonha de pegar o preservativo, que não conseguiam pegar o preservativo. Imagina discutir esse assunto. Então era uma proposta

da Secretaria Municipal de Saúde, tentar aproximar essas pessoas com o uso do preservativo e tal.

Tinha um outro trabalho que privilegiamos: meio ambiente. Essa região tem os dois maiores reservatórios de água do mundo, que é a Billings e a Guarapiranga. A Billings é o maior reservatório de água do mundo e tinha um problema grave, inclusive com o Governo do Estado. Participávamos de outro fórum, que era um fórum chamado **SOS Mananciais**, que era um fórum das Secretarias da Prefeitura, das Administrações Regionais, e participava também desse fórum a SABESP, a Eletropaulo e a Secretaria de Meio Ambiente do Governo do Estado. E nesse fórum discutia-se a ação do governo, do poder público, com relação a mananciais e à preservação da Represa Guarapiranga.

Boa parte do esgoto da cidade de São Paulo é jogado na Represa Billings. Como o Governo do Estado não tem nem projeto, nem tinha proposta de solução para o problema do esgoto, eles evitavam fazer a discussão da Represa Billings. E isso tinha um problema mais agravante, havia um grupo de organizações não-governamentais que faziam essa briga pela recuperação da Represa Billings. E no começo do ano passado o Governo do Estado recupera um projeto, que é um projeto antigo, de construção de uma nova represa, que é a Represa do Capivarimim que iria inundar, alagar, ser construída exatamente na área demarcada dos índios de Parelheiros. Então o Governo do Estado queria construir uma represa no local onde os índios estavam trabalhando. Foi aí que se conseguiu, por exemplo, unificar o trabalho que fazíamos com os índios de Parelheiros com as organizações que brigavam pela questão da Billings, instalando, no final do ano passado, um fórum que se chamava **Fórum das Águas**, e convidava o Governo do Estado para discutir o problema do Capivarimim.

Basicamente a ação foi essa. Algumas, como sempre se privilegiou o trabalho com entidades não-governamentais, algumas continuam vivas. Por exemplo o Fórum das Águas continua se reunindo, continua brigando, continua discutindo com o Governo do Estado o problema da Represa Billings.

As outras atividades, tanto o mutirão cultural, o trabalho com meninos de rua, que tinha um Centro de Convivência lindíssimo no nosso governo que o governo atual fechou. Está fechado, o atual governo fechou a Casa de Cultura de Santo Amaro e instalou a guarda-civil metropolitana no espaço onde outrora era a Casa de Cultura de Santo Amaro. Hoje existe ainda um **Fórum de Produtores Culturais**, que foi instalado na nossa gestão, que continua brigando pela reinstalação, reabertura tanto do Centro de Convivência como da Casa de Cultura de Santo Amaro.

ALCEMIR PALMA

A região que eu acabei coordenando é Leste 3. Eu vim de Casas de Cultura e acho que a contribuição que acabei dando nesse tempo de coordenação que a gente tinha na Casa de Cultura e acabou se ampliando, com o pessoal da regionalização, que era o da ação cultural, o que era esse conceito e o que ele levava. Então já tinha uma bagagem, uma diferença clara do que era e o Teixeira Coelho coloca: a diferença entre *animação cultural* e *fabricação cultural*. Tentando um pouco dar uma resumida, fabricação era uma coisa de oficina para oficina, que tinha começo, meio e fim, ou tinha uma carga ideológica, principalmente nos anos 60. Animação era relacionada ao evento, uma coisa mesmo de animar festa, de animar show, de animar alguma coisa, que vem da França.

Um outro trabalho que privilegiamos: meio ambiente. Essa região tem os dois maiores reservatórios de água do mundo

Então, esse conceito de fazer a ação, estimular, botar fogo, criar, e de fazer a discussão aflorar, fazer as discussões se criarem ao pé do fato, ao pé do seminário, é uma intenção que a gente acabava se metendo: o que tem a ver Cultura com criança abandonada? O que tem a ver Cultura com idoso? Muitas vezes, essa ação acabava esbarrando em algumas resistências que eram o seguinte: “Pô, isso não faz parte da Cultura, não é a Secretaria de Cultura que deve estar mexendo com meio ambiente, discutindo a questão da qualidade da água, qualidade de

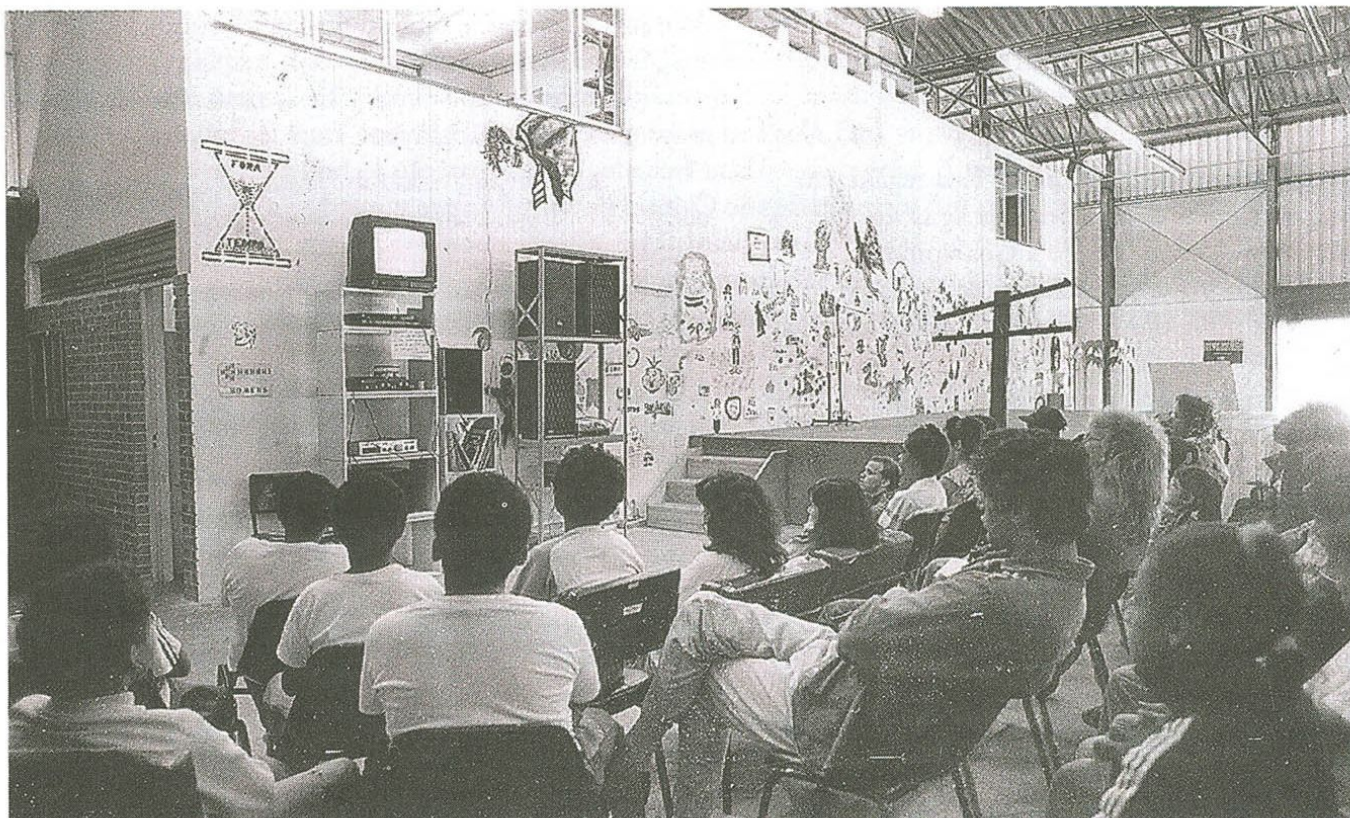


Foto: Sósó Parma

Palestra e Vídeo sobre os Índios

vida”. Não é a Cultura que deve mexer com problema de habitação, quando fazíamos atividades com mutirão habitacional.

Na minha região (Leste 3), eu tive um serviço que era o seguinte: unir as unidades na ponta, unir os equipamentos na ponta. Eu tinha um equipamento só, que era uma biblioteca de 200 metros quadrados, onde eu ficava. E a característica dessa região se parece muito pouco com Campo Limpo ou com Parelheiros.

Lá não tinha movimento cultural de produtores, de artistas ou de pessoas que reivindicavam, mas havia movimento de habitação e de problemas de carência. Nessa região, me identifiquei com uma Administração Regional que fazia parte dessa região, que era São Mateus: o grande problema era a falta de espaço. Havia uma população em São Mateus que é de 450 mil habitantes (a mesma população da cidade de São José dos Campos). E como realizar, como fazer essa ligação sem ter nada: o que eu vou fazer aqui? Com quem vou falar? Onde vou falar? As minhas ações dependiam muito da organização das outras Secretarias que já estavam lá há dois anos. Então eu acabava me integrando numa ação que a Secretaria do

Bem-Estar Social já tinha, ou numa ação que a Secretaria de Habitação já tinha. Ia aos mutirões habitacionais e lá tentava fazer uma discussão com o grupo e propor alternativas efetivas.

A grande contribuição foram as **caixas-estantes**, que era tentar trabalhar com a leitura, com a ação, com a oficina de teatro com pessoas que estivessem a fim de fazer teatro. Depois no fim, e numa outra linha, acabei trabalhando também com um problema muito sério: os meninos de rua. Os meninos de rua que tinham problema no centro da cidade moravam lá, na periferia, e tinha um problema muito sério: as drogas, a questão do crack. Havia meninos que morriam dependentes. E como é que se engaja nessa discussão? Como é que se faz uma discussão sobre drogas, ou sobre dependência e outros problemas que esses meninos acabavam tendo? Então fez-se um seminário, depois acabou propondo ações concretas, e o único espaço que havia era o centro comunitário, centro de convivência - um centro de juventude que eram dois cômodos num bairro perto duma favela. Era o único espaço que se podia dizer que era um espaço social, que era da Secretaria do Bem-Estar Social.

Lá fizemos algumas atividades, fazendo com que as pessoas que estavam nos postos de saúde, estavam nas creches ou no centro de juventude tivessem um mínimo de informação, inclusive se ouviu qual era a dificuldade de se trabalhar com pessoas dependentes nesse sentido. E depois chegamos também a trabalhar com pessoas no **Ônibus-Biblioteca**. O grande serviço, e o grande projeto da própria secretaria foi o **Ônibus-Biblioteca**, pois ajudou a fazer uma ponte com as pessoas. Tem dois ônibus na minha região, até pela própria falta de equipamentos. Acabei também contribuindo para fazer essa ligação também.

Depois acabamos trabalhando próximo à Administração Regional, que era a questão do governo local, e dependia muito do temperamento do Administrador Regional para fazer essa atividade. Conseguimos fazer uma grande coisa: um auditório na Administração Regional que era uma sala de aula numa escola que estava abandonada no prédio da Administração Regional, uma sala de leitura, através de doações do Departamento de Biblioteca, através da vontade política de se fazer isso, e também conseguimos fazer a própria implantação das caixas-estantes. Hoje, esses dois espaços estão sendo ocupados pela Guarda Metropolitana, como no Tendam e na Casa Amarela.

E o grande problema, na minha visão, que existe hoje e sempre vai existir, é o seguinte: a pessoa que mora lá nos cafundós do Judas e quer falar com a Secretaria de Cultura, a quem ele se remete? Hoje, na cidade de São Paulo, a quem ele vai se remeter? Com quem ele vai falar? Antes de ter a regionalização, o cara ia no expediente, ou ia no gabinete ou ia no departamento. O grande trabalho que eu tive era de porta-voz da Secretaria, falando: “Olha, a secretaria é assim. Entenda que ela tem limitações”.

O outro ponto que a Secretaria nunca chegou realmente a discutir a fundo, e que as outras secretarias discutiam, é a questão da participação popular. Uma proposta a longo prazo era criar fóruns de cultura com uma certa consistência, uma certa participação, para que pudessem intervir nas ações da Secretaria. E alguns vingaram, como na Zona Sul que tem uma consistência um pouco mais

forte porque tem uma referência de Casas de Cultura, porque tem uma história. Em São Miguel, na primeira ação do Paulo Maluf de desmontar o que estava construído o pessoal se desarticulou.

AGENOR PALMORINO MÔNACO JR.

A minha região é a Região Norte. Trabalhamos na Região Norte, eu, como coordenador, o Paulo Oiram como assistente e o Abraão. Como todas as demais regiões, nós trabalhamos quase que *full time*, aliás a Administração em geral trabalhou dessa forma. Com poucos recursos, uma demanda intensa, e num curto espaço de tempo. É preciso que se diga uma coisa, porque acho que devemos ter olhos críticos, visão crítica, e uma das características do nosso trabalho foi estar tendo que responder, de uma forma intensiva, quantitativa, e ao mesmo tempo estar o tempo inteiro analisando, avaliando e auto-criticando nosso próprio trabalho, numa intervenção que praticamente teve seu centro fundamental de ação no último ano de governo. E esse é um problema sério.

O grande serviço, e o grande projeto da própria secretaria foi o **Ônibus-Biblioteca**, pois ajudou a fazer uma ponte com as pessoas

Existem três contradições: uma, a contradição entre a riqueza da diretriz, e sua implementação de um lado, e a burocracia de outro.

Quanto às demandas, elas são efetivas. Porque, ao contrário do que pensa, apesar de todas as limitações, do ponto de vista do entendimento da população no tocante ao conceito de Cultura e ao papel da Secretaria e a relação dos movimentos sociais, movimentos culturais e a sociedade civil com o poder público, existe sim uma intensa demanda, concreta e potencial. E quando nós fomos para a base, nós também contribuimos para que essa demanda aflorasse, e que as nossas próprias contradições se intensificassem ainda mais: era um processo no qual nós ficávamos num situação de cobrados pelo movimento e

9

ao mesmo tempo atuando junto ao movimento e travando uma luta com uma extrema necessidade de praticar diplomacia, não só com os departamentos no seu centro diretivo, mas em relação aos próprios equipamentos. Porque muitas vezes há um descompasso, em que pese um grande investimento que se fez, no sentido de buscar unificar politicamente a Secretaria, e se fez esse investimento, quem já estava na Secretaria, como nós que somos funcionários de carreira, em relação ao ideal, mas em relação ao que era nós demos passos esplêndidos, com um orçamento que cresceu em relação à destinação para a área de Cultura: a Secretaria reequipou o sistema de bibliotecas no tocante a acervo e a pessoal, no tocante à formação dos recursos humanos, se avançou nessa área, e isso é uma coisa que tem que ser levada em consideração o tempo inteiro. Fez-se um investimento no sentido de

Som do Meio-Dia - Público - Jorge Benjor

Foto: Sossó Parma



recuperação dos equipamentos municipais da área de Cultura, como por exemplo as **Casas Históricas** que passaram por um processo de restauro.

Estou levantando isso aí no final, nessa minha última fala antes de explicar o trabalho que a gente desenvolveu: tem esse lado crítico sim, e é importante penetrar nele, esmiuçá-lo, para que a gente aprenda com esse processo, e esse trabalho que está sendo feito aqui é importantíssimo, porque, de uma certa maneira, é uma avaliação que está sendo feita, está por ser feita, e tem que ser feita, que ainda a gente tem passos para dar: a criticidade é fundamental. Mas tem esse outro dado, aquilo que explica o nosso próprio apuro, aquela situação de querer dar conta e ao mesmo tempo não querer cair numa postura eminentemente clientelista, ou simplesmente atender politicamente às demandas e ao mesmo tempo saber que a gente está fazendo um trabalho que é um trabalho político nos dois sentidos da política: é um trabalho político no sentido da qualificação da política, mas também é um trabalho político que responde a demandas e que nós temos objetivos práticos e imediatos, e que também não se pode, sob pena de cair numa posição purista, simplesmente virar as costas.

Muitas vezes, tinha que se trabalhar com as reivindicações sabendo-as de *per si* clientelistas, corporativas, atrasadas, por esses dois sentidos, quer dizer, no sentido de disputar uma base que pode ser disputada, deve ser disputada e que pode ser qualificada na sua capacitação e na sua intervenção enquanto atores políticos. E muitas vezes nós deixamos de atuar politicamente. E era muito difícil, na precariedade de discussão político-cultural que nós tínhamos com a população, convencer aqueles segmentos, em geral vinculados a movimentos sociais, a entidades representativas da sociedade civil, à Sociedade Amigos de bairros, de que aquela reivindicação não era possível atender.

A Região Norte 2 tem uma característica tradicional - eu não peguei a Região Norte como um todo - era Santana, Tucuruvi, Vila Maria e Vila Guilherme. São bairros que têm uma tradição extremamente conservadora, onde a esquerda, os segmentos progressistas

avançaram ao longo desses anos, mas onde muitos passos ainda têm que ser dados. É uma situação onde não se encontrou nenhuma Casa de Cultura. É uma região que também é diversa, porque se pensa sempre a Região Norte como Santana e Jardim São Paulo, aquela região clássica de classe média alta, mas há regiões que são extremamente carentes. Tanto que tem movimento de moradia na Zona Norte que envolve 4.000 famílias. O segundo mutirão de moradia da cidade de São Paulo estava na Zona Norte. Há essa contradição de caráter sócio-econômico, como há em todas as regiões, mas é que a Zona Norte vende uma idéia de que ela é um bairro de classe média. Mas ela vende essa idéia de que ela é um bairro de classe média para classe média, para burguesia, para os centros de poder, burguesia entre aspas, quando não é: é um bairro que tem essa diversidade.

Não tínhamos nenhuma Casa de Cultura. Dos departamentos da Secretaria de Cultura, nós tínhamos oito bibliotecas e um teatro. Uma das frentes de trabalho nosso era tentar não só extroverter a ação da política de cidadania cultural, regionalizá-la, descentralizá-la a partir do centro da ação cultural regionalizada enquanto um projeto da Secretaria, mas também no trabalho que a gente desenvolvia nos Departamentos. Em primeiro lugar, precisávamos dos departamentos porque precisávamos daqueles equipamentos para fazer as coisas acontecerem. Em segundo lugar, porque também tínhamos uma obrigação, se não administrativo-orgânica, pelo menos política, de buscar zelar também pela unidade da política traçada pelos Departamentos na sua base. O que coloca um outro problema também, porque tradicionalmente os equipamentos da Secretaria funcionam muito mais do ponto de vista administrativo do que em função de uma linha política.

Ao contrário do que diz o atual Secretário da Cultura, as bibliotecas públicas municipais tinham uma política cultural, elas tinham uma política muito bem delineada, mas numa estrutura que tem tradição de não ter política. Então havia muitas vezes um descompasso e um terror muito grande que nós viéssemos a quebrar essa estrutura departamental e exercer a vigilância, no sentido de zelar pela relação

entre a linha traçada democraticamente, quer dizer, obedecendo o princípio da soberania popular pela Secretaria, pelo centro do Departamento, ter a sua aplicação na base, que muitas vezes ficava comprometida por uma resistência de funcionários e chefias que dizem “sim, senhor” na frente, mas, pelas costas, de uma forma calada, velada, traiçoeira, amedrontada, se recusam a exercitar a política. E isso é uma prática corrente dentro de uma estrutura burocrática. Nós também temos responsabilidade pela reprodução dessa prática em boa parte, quer dizer, nós temos uma cota de responsabilidade em relação a isso em função da política de recursos humanos. Essa é uma outra questão, mas nós encontramos isso.

Tradicionalmente os equipamentos da Secretaria funcionam muito mais do ponto de vista administrativo do que em função de uma linha política

Além de tentar sintetizar, encontramos dois tipos de reivindicação básica quando chegamos. A regionalização tinha uma outra característica que é o seguinte: todos tiveram dificuldade, e a ordem das dificuldades eram diferenciadas, e as equipes também eram. Por exemplo, a nossa equipe, como outras equipes, eram de fora, nós não éramos moradores da região, não conhecíamos a problemática específica da região - com a Graça aconteceu a mesma coisa - algumas equipes, não todas as equipes, mas algumas equipes tinham essa característica.

Mas isso, em função do caráter militante do nosso trabalho, isso fazia diferença. Eu não digo para pior, quer dizer, modificava as ordens de problemas. Talvez fosse mais difícil para um coordenador que tivesse intervenção junto ao movimento social da região dizer não para o movimento. Ou então já havia um conhecimento anterior de uma discussão acumulada.

Nós chegamos para desenvolver um trabalho de um ano e nos deparamos com essa postura crítica em relação à ausência, explicável em função da qualidade da ação política mas também ausência indevida em função das limitações da Secretaria, do ponto de vista cultural, e também dos nossos erros do ponto de vista de



Foto: João Mussolini

Ônibus-Biblioteca da SMC

ação política. Então nós recebemos essa pressão violenta, e isso se consubstanciou numa reivindicação: nós queremos a Casa de Cultura aqui. E a reivindicação não vinha só dos movimentos sociais, ela vinha do centro da administração regional, quer dizer, o administrador regional colaborou com a gente bastante, expressava também essa reivindicação, de outras secretarias e dos movimentos sociais.

Na primeira plenária setorial de cultura que a gente fez, a reivindicação da Casa de Cultura era algo que estava dado como imperativo. Até explicarmos os aportes que a gente tinha feito no plano, por exemplo, das bibliotecas, e lá havia oito bibliotecas e todas tinham sido favorecidas, e o que isso significava e por que a gente não podia estar investindo em outras áreas, tínhamos que recuperar próprios, essa coisa toda, quer dizer, foi uma dificuldade muito grande.

E outra reivindicação que era dar expressão pelo desenvolvimento das atividades: reivindicação de palco, som e luz; feira de artesanato que queria apoio da Secretaria de Cultura; ou então Associação Amigos de Bairros que reivindicavam a participação da Secretaria nas festas de aniversário dos bairros.

No começo, nossa intervenção foi no sentido de desenvolver um projeto de ocupação de espaços públicos com atividades

culturais, tentando responder a essa demanda, para desenvolver as atividades de cunho específico de uma forma regular. E, por outro lado, e algumas vezes deu para articular, responder a essas reivindicações pelo desenvolvimento de eventos.

Nós atuamos no sentido de qualificar eventos. Em que sentido? Por exemplo, muitas vezes alguma associação vinha nos procurar e solicitava desenvolvimento de uma determinada festa. Por exemplo, nós fizemos duas vezes ocupações na Feira de Artesanato da Zona Norte, que é um lugar estratégico onde acontecia uma feira de artesanato todo final de semana e nos procuraram porque eles queriam que a Secretaria viesse animar uma atividade de um setor alternativo, que merece também o apoio da Secretaria de Cultura, de *per si* merece, mas a questão é definir recursos e a classificação dessa carência no universo geral delas.

O que nós fizemos muitas vezes? Nós ampliamos o raio das entidades envolvidas, buscamos articular as reivindicações e trabalhamos para vincular esses eventos com temáticas gerais que respondessem às lutas travadas por diferentes movimentos. Então foi possível articular, em determinados momentos, a entidade representativa do movimento negro local com artesãos, com movimento de defesa da criança e

do adolescente, que se constituía nesse processo de constituição dos conselhos e entidades que já existiam anteriormente. Quer dizer, foi possível em vários momentos realizar um evento, quali-ficando esse evento e ampliando a sua magnitude social, a sua capacidade de intervenção e, ao mesmo tempo, dando uma temática para esse evento que possibilitasse um estreitamento da relação com a população. Isso se fez.

Nós, por definição, trabalhamos em algumas festas de aniversário que eram reivindicações de aniversário de bairros (festa de aniversário do Jardim Brasil, festa de aniversário do Jardim Japão, festa de aniversário do Tucuruvi) buscando ampliar, e discutir com as entidade promotoras, no sentido dessa ampliação. Algumas vezes havia um elemento de chantagem. Muitas vezes nós não topamos e não fizemos porque havia uma postura meramente clientelista: “Olha, se vocês não fizerem, nós vamos pedir para o vereador tal, que ele topa” - em geral da oposição, à direita. E quando não havia essa disposição de travar discussão, ampliar a magnitude social, a magnitude temática, dizíamos não e agüentávamos o que vinha por aí, em termos de reação de barulho que se fazia e de perda no saldo político. Várias vezes aconteceu isso, mas assumimos essa política.

E outra política que nós tocamos foi a de ocupação de espaços culturais. O grande problema não era a constituição da Casa de Cultura, a constituição de espaço. Quando assumimos, o Regional levou-nos num espaço que eles tinham, da Regional, que era um espaço de garagem, e falou: “Esse galpão é de vocês, nós damos para vocês e aqui nós vamos constituir a Casa de Cultura. Vocês topam fazer isso”? Não dava, porque a questão era menos o espaço e eu costumo dizer que, a questão do espaço era menos importante. A grande questão era: que tipo de atividade se tinha para desenvolver, para colocar no espaço. A questão do espaço, se não tivesse tido espaço nenhum para nenhuma Casa de Cultura, ainda assim poderíamos ter feito muita atividade cultural, muita oficina. E uma

coisa que eu aprendi foi que uma intervenção do tipo oficina favorece o desenvolvimento e a constituição de movimentos culturais em potencial. Porque movimentos culturais, artístico-culturais, nós não encontramos, até de uma certa maneira, num primeiro momento, gerando frustração em nós. Eles existiam, mas em geral, quando se dirigiam a nós era para solicitar seus interesses imediatos, sem uma visão política de procurar articular esses movimentos no sentido de discutir a sua relação com o poder público e estabelecer um projeto comum que respondesse a essas limitações do poder público também.

O grande problema não era a constituição da Casa de Cultura. A grande questão era: que tipo de atividade se tinha para desenvolver, para colocar no espaço

Mas a potencialidade no desenvolvimento de movimentos culturais é de uma riqueza imensa. Com isso travamos contato. Levamos oficinas, e a depender inclusive da maneira, não se trata só de levar oficina, trata-se também de qualificar o profissional que dá a oficina. Às vezes se tem um profissional tecnicamente muito bom, mas do ponto de vista humanístico, artístico, político, cultural, ele é limitado. Quando se consegue articular as duas coisas, consegue-se fazer avançar a discussão que se queria, e isso é importante, pois se consegue fazer avançar uma discussão que a gente não consegue avançar em cima da discussão política para grupos que começam discutindo a sua atividade, seguem a discutir, de repente eles estão discutindo teatro, e de teatro para discutir política, a existência e o mundo é um pulo de uma forma que se não consegue levar pelas vias clássicas. E essa foi uma experiência que - estou apontando para isso que parece uma coisa limitada - foi uma das experiências mais ricas que tivemos de quebrar lanças para conseguir levar essas oficinas diante de uma Secretaria que tinha limitações mesmo para poder estar tocando esse projeto.

ANEXO I

Lei nº 10.923 de 30 de dezembro de 1990

Dispõe sobre incentivo fiscal para a realização de projetos culturais, no âmbito do Município de São Paulo.

Luíza Erundina de Sousa, Prefeita do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 30 de dezembro de 1990, decretou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito do Município de São Paulo, incentivo fiscal para a realização de projetos culturais, a ser concedido a pessoa física ou jurídica domiciliada no Município.

Parágrafo 1º - O incentivo fiscal referido no "caput" deste Artigo corresponderá ao recebimento, por parte do empreendedor de qualquer projeto cultural no Município, seja através de doação, patrocínio ou investimento, de certificados expedidos pelo Poder Público, correspondentes ao valor do incentivo autorizado pelo Executivo.

Parágrafo 2º - Os portadores dos certificados poderão utilizá-los para pagamento dos impostos sobre serviços de qualquer natureza - ISS - e sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor devido à cada incidência dos tributos.

Parágrafo 3º - Para o pagamento referido no Parágrafo anterior, o valor de face dos certificados sofrerá desconto de 30% (trinta por cento).

Parágrafo 4º - A Câmara Municipal de São Paulo fixará, anualmente, o valor que deverá ser usado como incentivo cultural, que não poderá ser inferior a 2% (dois por cento) nem superior a 5% (cinco por cento) da receita proveniente do ISS e do IPTU.

Parágrafo 5º - Para o exercício de 1991, fica estipulada a quantia equivalente a 5% (cinco por cento) da receita proveniente do

ISS e do IPTU, excluindo-se o valor destinado ao FUNTRAN.

Art. 2º - São abrangidas por esta lei as seguintes áreas:

I - música e dança

II - teatro e circo

III - cinema, fotografia e vídeo

IV - literatura

V - artes plásticas, artes gráficas e filatelia

VI - folclore e artesanato

VII - acervo e patrimônio histórico e cultural, museus e centros culturais.

Art. 3º - Fica autorizada a criação, junto à Secretaria Municipal de Cultura, de uma Comissão, independente e autônoma, formada majoritariamente por representantes do setor cultural - a serem enumerados pelo Decreto regulamentador da presente lei - e por técnicos da administração municipal, que ficará incumbida da averiguação e da avaliação dos projetos culturais apresentados.

Parágrafo 1º - Os componentes da Comissão deverão ser pessoas de comprovada idoneidade e de reconhecida notoriedade na área cultural.

Parágrafo 2º - Aos membros da Comissão, que deverão ter um mandato de 1(um) ano, podendo ser reconduzidos, não será permitida a apresentação de projetos durante o período de mandato, prevalecendo esta vedação até 2 (dois) anos após o término do mesmo.

Parágrafo 3º - A Comissão terá por finalidade analisar exclusivamente o aspecto orçamentário do projeto, sendo-lhe vedado manifestar-se sobre o mérito do mesmo.

Parágrafo 4º - Terão prioridade os projetos apresentados que já contenham a intenção de contribuintes incentivadores de participarem do mesmo.

Parágrafo 5º - O Executivo deverá fixar o limite máximo de incentivo a ser concedido por projeto, individualmente.

Parágrafo 6º - Uma parcela dos recursos a serem destinados ao incentivo deverá ser destinada para a aquisição de ingressos.

Art. 4º - Para a obtenção do incentivo referido no Artigo 1º, deverá o empreendedor apresentar à Comissão cópia do projeto cultural, explicando os objetivos e recursos financeiros e humanos envolvidos, para fins de fixação do valor do incentivo e fiscalização posterior.

Art. 5º - Aprovado o projeto, o Executivo providenciará a emissão dos respectivos certificados para a obtenção do incentivo fiscal.

Art. 6º - Os certificados referidos no Artigo 1º terão prazo de validade, para sua utilização, de 2(dois) anos, a contar de sua expedição, corrigidos mensalmente pelos mesmos índices aplicáveis na correção do imposto.

Art. 7º - Além das sanções penais cabíveis, será multado em 10 (dez) vezes o valor incentivado o empreendedor que não comprovar a correta aplicação desta lei, por dolo, desvio do objetivo e/ou dos recursos.

Art. 8º - As entidades de classe representativas dos diversos segmentos da cultura poderão ter acesso, em todos os níveis, a toda documentação referente aos projetos culturais beneficiados por esta lei.

Art. 9º - As obras resultantes dos projetos culturais beneficiados por esta lei, serão apresentadas, prioritariamente, no âmbito territorial do município, devendo constar a divulgação do apoio institucional da Prefeitura do Município de São Paulo.

Art. 10º - Fica autorizada a criação, junto à Secretaria Municipal de Cultura, do Fundo Especial de Promoção das Atividades Culturais - FEPAC.

Art. 11 - Constituirão receitas do FEPAC, além das provenientes de dotações orçamentárias e de incentivos fiscais, os preços da cessão dos corpos estáveis, teatros e espaços culturais municipais, suas rendas de bilheteria, quando não revertidas a título de cachês, a direitos autorais e à venda de livros ou outras publicações e trabalhos gráficos editados ou co-editados pela Secretaria Municipal de Cultura, aos patrocínios recebidos à participação na produção de filmes e vídeos, à arrecadação de preços públicos originados na prestação de serviços pela Secretaria e de multas aplicadas em consequência de danos

praticados a bens artísticos e culturais e a bens imóveis de valor histórico, quando não seja receita do CONPRESP, o rendimento proveniente da aplicação de seus recursos disponíveis, além de outras rendas eventuais.

Art. 12 - Caberá ao Executivo a regulamentação da presente lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar de sua vigência.

Art. 13 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO II

Lei nº 11.287 - de 23 de novembro de 1992 Reorganiza o Conselho Municipal de Cultura, e dá outras providências

Luíza Erundina de Souza, Prefeita do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 4 de novembro de 1992, decretou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - O Conselho Municipal de Cultura, criado pela Lei nº 8.204, de 13 de janeiro de 1975, fica reorganizado, na conformidade desta Lei.

Art. 2º - O Conselho Municipal de Cultura é o órgão que, no âmbito da Secretaria Municipal de Cultura, institucionaliza a relação entre a Administração Municipal e os setores da sociedade civil ligados à cultura, participando da elaboração, da execução e da fiscalização da política cultural da cidade de São Paulo.

Art. 3º - O Conselho Municipal de Cultura, presidido pelo Secretário Municipal de Cultura será constituído por:

I - 8 (oito) Comissões;

II - 1 (um) Conselho Geral;

III - 1 (uma) Plenária.

Parágrafo único. O Conselho Municipal de Cultura, em reunião plenária, deverá eleger entre seus membros um Vice-Presidente um Secretário-Geral e os respectivos suplentes.

Art. 4º - Ao Conselho Municipal de Cultura, que tem caráter preponderantemente normativo e consultivo, compete:

I - representar a sociedade civil de São Paulo, junto ao Poder Público Municipal, e todos os assuntos que digam respeito à cultura;

II - elaborar, junto à Secretaria Municipal de Cultura, diretrizes e normas da política cultural do Município;

III - apresentar, discutir e dar parecer sobre projetos que digam respeito: à produção, ao acesso e à difusão cultural; à memória sócio-política, artística e cultural de São Paulo;

IV - estimular a democratização e a descentralização das atividades de produção e difusão culturais no Município, visando garantir a cidadania cultural como direito de acesso e fruição dos bens culturais, de produção cultural e de preservação da memória histórica, social, política e artística;

V - garantir a continuidade dos projetos culturais de interesse do Município, independentemente das mudanças de governo e/ou de seus secretários;

VI - emitir parecer sobre questões referentes a:

a) prioridades programáticas e orçamentárias;

b) propostas de fundos de incentivo à cultura;

c) propostas de obtenção de recursos;

d) distribuição orçamentaria;

e) estabelecimento de convênios com instituições e entidades culturais.

VII - colaborar para o estudo e o aperfeiçoamento da legislação sobre:

a) política cultural, e âmbito municipal, estadual e federal;

b) política de telecomunicações;

c) política de organização e funcionamento da comunicação no Município de São Paulo.

VIII - avaliar a execução das diretrizes e metas da Secretaria, bem como as suas relações com a sociedade civil.

Parágrafo único. O Conselho Municipal de Cultura terá garantido, para os fins do disposto neste artigo, o direito de acesso a documentação administrativa e contábil da Secretaria, assegurando direito de evocar a análise de questões julgadas relevantes pelo Conselho, na forma de seu Regulamento bem como o direito de publicação de suas

resoluções e avaliações no “Diário Oficial” do Município.

Art. 5º - As Comissões serão divididas por áreas, a saber:

I - Artes Cênicas e Músicas, abrangendo teatro, dança, música, ópera, canto, coral e circo;

II - Artes Visuais abrangendo: artes plásticas, fotografia, artes gráficas e “design”;

III - Artes Audiovisuais, abrangendo: cinema, televisão rádio e vídeo;

IV - Patrimônio Cultural, abrangendo: arquitetura, arqueologia, museus, antropologia, história, sociologia, Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo - CONPRES, e Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo - CONDEPHAT;

V - Livro e Literatura, abrangendo: escritores, bibliotecas e editores;

VI - Ciências, Tecnologia e Educação, abrangendo: universidades, associações do ensino de 1º e 2º graus, centros de pesquisa, institutos de pesquisa, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, escolas de arte e arte-educação;

VII - Eventos de Rua, abrangendo: associações de festeiros de rua, samba e carnaval;

VIII - Instituições da Sociedade Civil e Movimentos Sociais, abrangendo: grupos étnicos, índios, casas de cultura, comissões culturais das centrais sindicais, entidades estudantis e de defesa dos direitos humanos.

Art. 6º - Cada Comissão será assim constituída:

I - 2 (dois) representantes por entidades ou instituição credenciada;

II - 2 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Cultura.

Parágrafo único. Os representantes das entidades ou instituições credenciadas terão direito à voz e a voto e serão indicados na forma prevista em seus estatutos, observados os seguintes critérios:

a) 1 (um) dos representantes deverá pertencer aos quadros associativos da entidade ou instituição;

b) o outro representante será escolhido pelo Secretário Municipal de Cultura, a partir de lista tríplice elaborada pela entidade ou instituição, composta de pessoas tidas pelos seus membros como de reconhecida notoriedade e vivência cultural, ainda que não sejam filiados a ela.

Art. 7º - Às Comissões compete:

I - discutir, de forma abrangente, todas as questões relativas às respectivas áreas de atuação, bem como estabelecer diretrizes e metas anuais e encaminhar suas decisões ao Conselho Geral;

II - escolher seus representantes para o Conselho Geral, observado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do Artigo 9º desta Lei;

III - criar e alterar o seu Regimento Interno, “ad referendum” do Conselho Geral;

IV - estudar ou decidir sobre o credenciamento ou descredenciamento de entidades ou instituições da área, “ad referendum” do Conselho Geral;

V - dirigir-se ao Conselho Geral, como instância de recurso, em caso de conflito com outras Comissões ou com a Secretaria Municipal de Cultura.

Art. 8º - As Comissões renovar-se-ão, parcialmente, a cada ano, observados os seguintes critérios:

I - os representantes que pertencerem ao quadro associativo de entidade ou instituição serão substituídos nos anos ímpares, ou a qualquer momento, no caso de interrupção do mandato por interesse da entidade ou instituição que representem;

II - os demais membros das Comissões serão substituídos nos anos pares, ou a qualquer momento, no caso da vacância.

Parágrafo 1º - Os mandatos dos membros das Comissões poderão ser renovados apenas uma vez.

Parágrafo 2º - Em qualquer hipótese de substituição, deverão ser observados o critérios estabelecidos no Artigo 6º para a escolha de novos membros.

Art. 9º - O Conselho Geral será assim constituído:

I - o Secretário Municipal de Cultura, que o presidirá;

II - 2 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Cultura, escolhidos pelo Secretário;

III - 2 (dois) representantes do Poder Legislativo Municipal, escolhidos pela Comissão de Cultura da Câmara Municipal;

IV - 2 (dois) representantes de cada Comissão prevista no inciso I do Artigo 3º desta Lei, no total de 16 (dezesseis).

Parágrafo 1º - Dos representantes de que trata o inciso IV deste artigo, um deverá pertencer ao quadro associativo de entidade ou instituição e o outro será escolhido pelo Secretário de Cultura, a partir de lista tríplice elaborada pelas Comissões, dentre pessoas de notoriedade e vivência cultural, não necessariamente filiados à entidade.

Parágrafo 2º - Os representantes da Secretaria Municipal de Cultura nas Comissões não poderão ser indicados para o Conselho Geral.

Parágrafo 3º - Quando criados os conselhos Regionais de Cultura, 2(dois) de seus representantes, a serem escolhidos na forma estabelecida por ocasião de sua instituição, integrarão o Conselho Geral.

Art. 10º - Ao Conselho compete:

I - cumprir e fazer cumprir as disposições desta Lei, especialmente o disposto no Artigo 4º, apoiado na decisões das Comissões;

II - criar e alterar seu Regimento Interno, “ad referendum” da Plenária;

III - convocar a Plenária e a ela encaminhar relatório anual;

IV - fiscalizar a administração do Conselho Municipal de Cultura.

Art. 11 - A Plenária de que trata o inciso III do Artigo 3º desta Lei, será o fórum de debates e decisão de todas as questões e divergências surgidas no decorrer do ano, nas Comissões e no Conselho Geral, devendo discutir e aprovar o relatório Anual elaborado por este último.

Art. 12 - A Plenária será assim constituída:

I - todos os membros das 8 (oito) Comissões;

II - todos os membros do Conselho Geral;

III - até 3 (três) convidados indicados por entidades ou instituição credenciada;

IV - até 3 (três) convidados indicados pelas Comissões;

V - até 3 (três) convidados indicados pela Secretaria Municipal de Cultura;

VI - até 3 (três) convidados indicados pelo Poder Legislativo Municipal.

Art. 13 - A Plenária reunir-se-á uma vez ao ano.

Parágrafo 1º - Na reunião a que se refere o "caput" deste artigo, a mesa será constituída por representantes do Conselho Geral e presidida pelo titular da Secretaria Municipal de Cultura, ou por representante por ele indicado, dentre os membros do Conselho.

Parágrafo 2º - A reunião poderá ser pública, não assistindo aos observadores o direito à voz.

Parágrafo 3º - A pauta da reunião será sugerida pelo Conselho Geral e submetida à apreciação da Plenária.

Art. 14 - A Secretaria Municipal de Cultura deverá viabilizar a estrutura física do funcionamento do Conselho Geral e da Plenária, bem como o custeio deste funcionamento, no que se refere a pessoal, materiais, convocações, arquivo e administração geral do Conselho Municipal de Cultura.

Art. 15 - Nenhum membro do Conselho Municipal de Cultura, em qualquer das suas instâncias, receberá, pela sua participação, qualquer tipo de pagamento, a título de jeton, salário, ajuda de custo ou outro.

Art. 16 - O Regimento Interno do Conselho Municipal de Cultura determinará a periodicidade das reuniões e a forma de sua convocação, bem como das reuniões extraordinárias, das 3 (três) instâncias que o compõem, observado o disposto no artigo 10º inciso III, e no artigo 13 desta Lei.

Art. 17 - O credenciamento da entidade ou instituição, a que se refere o inciso IV do artigo 7º desta Lei, ficará a cargo da Comissão Provisória de Credenciamento, a ser constituída pela Secretaria Municipal de Cultura, observado o disposto no Artigo 20.

Art. 18 - A Comissão Provisória de Credenciamento, de que trata o artigo anterior, será composta por 3 (três) representantes da Secretaria Municipal de

Cultura, 3 (três) representantes do Poder Legislativo Municipal, indicados pela Comissão de Cultura da Câmara Municipal, e 3 (três) representantes de entidade de classe.

Art. 19 - A Comissão Provisória de Credenciamento receberá, sem restrição, todas as solicitações de entidades ou instituições interessadas em credenciar-se nas Comissões correspondentes às suas respectivas áreas.

Parágrafo único. A Comissão Provisória de Credenciamento informará à Secretaria Municipal de Cultura, as entidades credenciadas, as justificativas das decisões de não credenciamento, enviando toda a documentação dos solicitantes, para homologação por aquela Secretaria.

Art. 20 - A Comissão Provisória de Credenciamento extinguir-se-á com a posse das Comissões, que absorverão as atribuições estabelecidas nos artigos 17 e 19 desta Lei.

Art. 21 - O cadastramento de qualquer entidade ou instituição não implica direito adquirido à sua participação no Conselho Municipal de Cultura.

Art. 22 - As despesas com a execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 23 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente os artigos 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º da Lei nº 8.204, de 13 de maio de 1975.

ANEXO III

Lei nº 11.325, de 2 de dezembro de 1992
Dispõe sobre a criação de Casas de Cultura na Secretaria Municipal de Cultura, e dá outras providências.

Luíza Erundina de Sousa, Prefeita do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 22 de dezembro de 1992, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Ficam criadas, na Secretaria Municipal de Cultura, 20 (vinte) Casas de Cultura, às quais compete a coordenação, promoção e desenvolvimento de atividades, programas e iniciativas artísticas e culturais.

Parágrafo 1º - As Casas de Cultura referidas no “caput” deste artigo serão instaladas em locais a serem definidos pelo Executivo a partir de:

I - estudos e critérios de prioridades discutidos em conjunto com a comunidade, respeitando o processo de regionalização;

II - identificação prévia da demanda e ausência de equipamento de cultura.

Art. 2º - As Casas de Cultura deverão:

I - afirmar a cultura como direito dos cidadãos;

II - garantir um espaço de democratização do acesso aos bens culturais e a superação de preconceitos de qualquer natureza, desenvolvendo junto à população hábitos de convivência cultural pluralista e comunitária;

III - facilitar a emergência de produção cultural das regiões de São Paulo e a afirmação de sua pluralidade, respeitando sua diversidade, para superação de toda discriminação cultural entre centro e periferia;

IV - propiciar o crescimento da consciência cidadã norteada pela diretriz de uma política cultural fundamental no conceito de Cidadania Cultural, garantindo:

a) o direito à população de participar das decisões quanto ao fazer artístico-cultural;

b) o direito à informação, à comunicação, aos serviços artístico-culturais, à sua fruição e participação neles;

c) o direito à experimentação e à invenção do novo nas artes, nas humanidades e nas técnicas;

d) o direito a espaço para reflexão, debate e crítica, e a criação de condições para o desenvolvimento de agentes argumentativos e críticos, capazes de multiplicar as ações artístico-culturais locais e regionais.

Parágrafo único. Considera-se atividades do setor artístico-cultural tudo o que deriva de atividade humana, como resultado de criação interpretação ou execução de obra artística, científica ou tecnológica.

Art. 3º - Os municípios, através das associações locais e comunitárias reunidas em Conselho, participarão das decisões da Secretaria Municipal de Cultura, quanto à utilização dos espaços das Casas de Cultura, na forma que se estabelecer em regulamento próprio.

Art. 4º - A Secretaria Municipal de Cultura poderá patrocinar a realização, nas Casas de Cultura, de programas ou iniciativas de natureza artística, científica e tecnológica desenvolvidas em conjunto com outros espaços e instituições públicas.

Art. 5º - As Casas de Cultura serão implantadas no prazo de 12 (doze) meses, a contar da vigência da presente lei.

Art. 6º - A Casa de Cultura deverá ficar administrativamente subordinada à subprefeitura da região em cuja delimitação territorial estiver inserida.

Parágrafo único. Enquanto não forem implantadas as subprefeituras, as Casas de Cultura ficarão subordinadas à Secretaria Municipal de Cultura.

Art. 7º - O Conselho Gestor das Casas de Cultura é o órgão que, no âmbito da Secretaria Municipal de Cultura, institucionaliza a relação entre as Casas de Cultura e os Núcleos de Produção Artístico-Culturais.

Art. 8º - O Conselho Gestor de Casas de Cultura será composto por:

I - 1 (um) funcionário da SMC;

II - 3 (três) usuários;

III - 7 (sete) produtores culturais representantes das diversas formas de expressão artística.

Art. 9º - Ao Conselho Gestor das Casas de Cultura, que tem o caráter Normativo, Deliberativo e Consultivo compete:

I - fiscalizar os recursos materiais;

II - definir e propor contratação dos recursos humanos para o desenvolvimento e execução das atividades artístico-culturais das várias linguagens;

III - elaborar a programação das atividades da Casa da Cultura;

IV - avaliar os projetos apresentados pela comunidade e decidir sobre a executabilidade, em discussão com a comunidade;

V - garantir o direito de acesso aos bens culturais e à criação cultural emergente da comunidade;

VI - desenvolver um intercâmbio entre as demais casas de cultura;

VII - discutir com a comunidade local nas regiões as necessidades vivenciadas no âmbito da Cultura.

Art. 10º - Os 3 (três) usuários e os 7 (sete) produtores culturais do Conselho Gestor serão eleitos por processo eleitoral com procedimentos a serem regulamentados por decreto.

Parágrafo 1º - Os usuários concorrentes à eleição precisam comprovar o mínimo de 1 (um) ano de frequência na Casa de Cultura.

Parágrafo 2º - Os produtores culturais concorrentes à eleição precisam comprovar o mínimo de 1 (um) ano de frequência na Casa de Cultura e 1 (um) ano de experiência comprovada na área de atuação pretendida.

Art. 11 - As Casas de Cultura instaladas após aprovação desta lei não precisarão obedecer as exigências prevista nos parágrafo 1º e parágrafo 2º do artigo anterior.

Parágrafo único - A Comunidade Local escolherá um Conselho Gestor Provisório, até que ocorram as eleições, no prazo máximo de 6 (seis) meses.

Art. 12 - Os componentes do Conselho Gestor das Casas de Cultura não receberão qualquer tipo de remuneração da Prefeitura Municipal de São Paulo.

Art. 13 - As decisões do Conselho Gestor só terão validade se tomados em reunião com a presença de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) de seus membros componentes.

Art. 14 - O Conselho Gestor de Cultura terá o prazo de 30 (trinta) dias, após a instalação, para apresentar o Regimento Interno obedecidas as necessidades peculiares de cada comunidade.

Art. 15 - As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 16 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 17 - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de São Paulo. Aos 29 de dezembro de 1992, 439º da fundação de São Paulo.

Luíza Erundina de Sousa, Prefeita

Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 29 de dezembro de 1992.

PÓLIS - ASSESSORIA, FORMAÇÃO E ESTUDOS EM POLÍTICAS SOCIAIS

Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais, o PÓLIS é uma entidade civil, sem fins lucrativos, apartidária e pluralista. O seu objetivo é a reflexão sobre o urbano e a intervenção no espaço público das cidades, contribuindo assim para a radicalização democrática da sociedade, a melhoria da qualidade de vida e a ampliação dos direitos de cidadania.

Sua linha de publicação visa abrir um canal de debates sobre um conjunto de estudos e pesquisas centradas na questão urbana. Volta-se, portanto, para subsidiar ações e reflexões de múltiplos atores sociais que hoje produzem e pensam as cidades na ótica dos valores democráticos de igualdade, liberdade, justiça social e equilíbrio ecológico. Seu público-alvo são os movimentos e entidades populares, ONGs, entidades de defesa dos direitos humanos, de estudos e pesquisas urbanas, sindicatos, prefeituras e órgãos formuladores de políticas sociais, parlamentares comprometidos com interesses populares, e universitários.

A temática destes estudos fundamenta-se nos campos de conhecimento que o Pólis definiu como prioritários em seu trabalho:

Gestão Democrática, Poder Local e Políticas Públicas - abrangendo temas como democratização da gestão municipal; descentralização política; reforma urbana; experiências de poder local; políticas públicas.

Participação Popular e Construção da Cidadania - envolvendo temas como participação; lutas sociais urbanas; conselhos populares; mecanismos jurídico-institucionais de participação; direitos de cidadania.

Meio Ambiente e Qualidade de Vida - abordando temas como meio ambiente urbano; saneamento ambiental; educação ambiental; políticas ambientais; estilos de desenvolvimento e aspectos político-culturais da qualidade de vida urbana.

Cultura Urbana - envolvendo temas como políticas e ações culturais; cultura popular; o imaginário das cidades; valores e comportamentos dos cidadãos; cultura política; memória urbana; o fazer cultural nas cidades.

Estes campos de conhecimento são trabalhados na dimensão local e apresentam três eixos como referencial analítico: a discussão sobre a qualidade de vida, a busca de experiências inovadoras e a formulação de novos paradigmas para a abordagem da questão urbana e local.

O PÓLIS, para isso, além das publicações, utiliza-se de instrumentos como seminários, cursos, workshops, debates, vídeos, pesquisas de opinião e pesquisas aplicadas. Possui uma equipe de profissionais habilitados para responder às exigências técnicas e às demandas próprias para a construção de um projeto democrático de gestão municipal.

REVISTA PÓLIS

A Revista Pólis apresenta estudos sobre os temas mais importantes no campo da gestão municipal, políticas sociais e questões urbanas. É leitura obrigatória para pesquisadores, técnicos e lideranças políticas e sociais envolvidas com estes temas.

Esta revista foi editada eletronicamente pela Escrituras Editora,
com textos compostos em fonte Adobe Garamond 11/12,5.
Impressa em setembro de 1997 nas oficinas da gráfica Bartira.
Tiragem de 2.000 exemplares a cargo do Instituto Pólis

ASSINE A REVISTA PÓLIS

A **Revista Pólis** é o principal veículo de divulgação dos estudos e pesquisas do **Instituto Pólis**. Editamos até hoje 28 números abordando os temas:

- **Gestão Democrática**
 - **Poder Local**
 - **Políticas Públicas**
- **Participação Popular**
 - **Meio Ambiente**
 - **Qualidade de Vida**
- **Cultura Urbana, entre outros**

Cada edição, se comprada isoladamente, custa R\$ 12,00.
Economize R\$ 10,00, fazendo uma assinatura para 5 edições por apenas R\$ 50,00.

O pagamento pode ser feito em **cheque nominal ao Instituto Pólis**
ou por **depósito no Banco Itaú - Ag. 0399 - conta 15730-4**.
Neste caso enviar comprovante de depósito pelo Fax: (011) 820.5279

INSTITUTO PÓLIS - CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO
R. Joaquim Floriano, 462 - Itaim Bibi - 04534-002 - S. Paulo, SP
Tel.: (011) 820.2945 - 820.3514 - E-mail: polis@ax.apc.org
Homepage - <http://www.polis.com.br>



DESEJO FAZER UMA ASSINATURA POR 5 NÚMEROS DA REVISTA PÓLIS

Nome _____

Endereço _____

CEP _____ - _____ Cidade _____ UF _____

Fone _____ Fax _____ E-mail _____

ENVIE O CUPOM PARA

Rua Joaquim Floriano, 462 - Itaim Bibi - CEP 04534-002 - São Paulo, SP
Tels.: (+5511) 820.6572 - 822.9076 - 820.2945 Fax: (+5511) 820.5279
E-mail: polis@ax.apc.org

EDIÇÕES PUBLICADAS

- 1 - Reforma urbana e o direito à cidade
- 2 - Cortiços em São Paulo: o problema e suas alternativas
- 3 - Ambiente urbano e qualidade de vida
- 4 - Mutirão e auto-gestão em São Paulo: uma experiência de construção de casas populares
- 5 - Lages: um jeito de governar
- 6 - Prefeitura de Fortaleza administração popular: 1986/88
- 7 - Moradores de rua
- 8 - Estudos de gestão: Ronda Alta e São José do Triunfo
- 9 - Experiências inovadoras de gestão municipal
- 10 - A cidade faz a sua constituição
- 11 - Estudos de gestão: Icapuí e Janduís
- 12 - Experiências de gestão cultural democrática
- 13 - As reivindicações populares e a constituição
- 14 - Participação popular nos governos locais
- 15 - Urbanização de favelas: duas experiências em construção
- 16 - O futuro das cidades
- 17 - Projeto cultural para um governo sustentável
- 18 - Santos: o desafio de ser governo
- 19 - Revitalização dos centros urbanos
- 20 - Moradia e cidadania - um debate e movimento
- 21 - Como reconhecer um bom governo
- 22 - Cultura, políticas públicas e desenvolvimento humano
- 23 - São Paulo: conflitos e negociações na disputa pela cidade
- 24 - "50 DICAS" - Idéias para a ação municipal
- 25 - Desenvolvimento Local - Geração de emprego e renda
- 26 - São Paulo: A Cidade e seu Governo

*Especial 1 * Ordenamento jurídico: inimigo declarado ou aliado incompreendido?*

*Especial 2 * Alternativas contra a fome*

INSTITUTO PÓLIS

Rua Joaquim Floriano, 462 - CEP 04534-002 - São Paulo - SP
Contatos: Telefone: (011) 820 3514 - E-mail: polis@ax.apc.org
Visite nossa Home Page: <http://lanic.utexas.edu/project/ppb/polis/>

*Um índio descerá de uma estrela colorida brilhante
De uma estrela que virá numa velocidade estonteante
E pousará no coração do hemisfério sul
Na América num claro instante*

(...)

*E aquilo que nesse momento se revelará aos povos
Surpreenderá a todos não por ser exótico
Mas pelo fato de poder ter sempre estado oculto
Quando terá sido o óbvio*

UM ÍNDIO, Caetano Veloso

PRÓXIMA PUBLICAÇÃO PÓLIS:

“Instrumentos urbanísticos contra a exclusão social”



PÓLIS
ASSESSORIA, FORMAÇÃO
E ESTUDOS EM
POLÍTICAS SOCIAIS

